

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES - CECA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO NÍVEL
DE MESTRADO/PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO**

A UNE E OS PARTIDOS POLÍTICOS NO GOVERNO LULA (2003-2010)

GABRIEL DE ABREU GONÇALVES DE PAIVA

**CASCVEL, PR
2011**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES - CECA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO NÍVEL
DE MESTRADO/PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO**

A UNE E OS PARTIDOS POLÍTICOS NO GOVERNO LULA (2003-2010)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração Sociedade, Estado e Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, pelo aluno Gabriel de Abreu Gonçalves de Paiva como requisito à obtenção de título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Henrique da Conceição

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Central do Campus de Cascavel – Unioeste
Ficha catalográfica elaborada por Jeanine da Silva Barros CRB-9/1362

P168u Paiva, Gabriel de Abreu Gonçalves de
A UNE e os partidos políticos no Governo Lula (2003-2010). / Gabriel
de Abreu Gonçalves de Paiva.— Cascavel, PR: UNIOESTE, 2011.
176 f. ; 30 cm

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Henrique da Conceição
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do
Paraná.
Bibliografia.

1. União Nacional dos Estudantes (UNE). 2. Partidos políticos. 3.
Movimentos estudantis. I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. II.
Título.

CDD 21ed. 371.830981

Bibliotecária: Jeanine da Silva Barros CRB-9/1362

UNIOESTE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

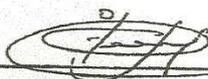
A UNE E OS PARTIDOS POLÍTICOS NO GOVERNO LULA (2003-2010)

Autor: Gabriel de Abreu Gonçalves de Paiva

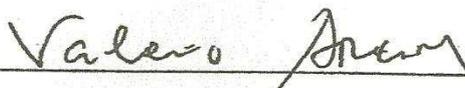
Orientador: Gilmar Henrique da Conceição

Este exemplar corresponde à Dissertação de Mestrado defendida por Gabriel de Abreu Gonçalves de Paiva aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE para obtenção do título de Mestre em Educação.
Data: 04/03/2011

Assinatura:
(orientador)



COMISSÃO JULGADORA:



Prof. Dr. Valério Arcary



Prof. Dr. Alexandre Felipe Fiuza



Prof. Dr. Roberto Antonio Deitos

AGRADECIMENTOS

Ao professor Gilmar Henrique da Conceição pela confiança e por acreditar na realização dessa dissertação, diante das dificuldades em analisar os movimentos estudantis atualmente.

Aos professores Valerio Arcary, Alexandre Fiúza e Roberto Deitos, pelas inestimáveis contribuições para os rumos dessa pesquisa.

Aos professores do Programa de Mestrado em Educação da UNIOESTE.

Aos colegas, alunos do Mestrado, que compartilharam de suas experiências e dividiram as alegrias e as angústias.

Aos meus companheiros e companheiras de militância.

À CAPES, pela bolsa concedida que foi de grande importância para o desenvolvimento da pesquisa.

Em especial à Juliana, minha esposa, pelo companheirismo e pelo carinho permanente. Ao participar, sentiu o peso e partilhou das dificuldades e das realizações dessa dissertação.

RESUMO

Neste trabalho analisamos a relação da União Nacional dos Estudantes (UNE) com o Governo Lula e a atuação dos partidos políticos na entidade, no período que se estende de 2003 a 2010. Fundamentado em autores como Saldanha (2008), Martins Filho (1987), Bringel (2009), partimos da hipótese que os movimentos estudantis passam por mudanças, sendo equivocadamente atribuído à participação dos estudantes um caráter genérico e imutável. Após a vitória de Lula, no ano de 2002, a UNE deixou o campo de oposição, para uma relação de colaboração. Por meio das categorias independência e democracia, nosso objetivo foi compreender a relação da UNE com o governo na elaboração, proposição de emendas e apoio aos projetos governamentais. Utilizamos para a realização desta pesquisa documentos dos congressos da UNE, principalmente as teses defendidas pelas tendências de juventude dos partidos políticos no movimento; programas e manifestos dos partidos políticos que atuam na entidade; documentos da UNE que se referem a propostas de políticas à educação superior; fontes jornalísticas da imprensa; reportagens da revista *Movimento*; como também de documentos e panfletos dos movimentos estudantis. A análise dos depoimentos e dos documentos demonstraram a posição da UNE, representando perspectivas teóricas e políticas que nem sempre aparecem explicitamente, mas quando mediadas por um quadro conceitual, podem contribuir na compreensão das posições assumidas pela entidade. Assim, foi possível compreender, a partir dos discursos e documentos, a função política da UNE na aplicação dos projetos governamentais. Mesmo diante deste quadro a entidade permaneceu sendo disputada pelas tendências estudantis, organizadas por partidos políticos. Desta forma, realizamos a análise da disputa entre os partidos no interior dos congressos da UNE pelos rumos da entidade. Nas considerações finais demonstramos o processo de cooptação da UNE pelo Estado, procurando evidenciar que seus atos mostram-se condizentes com a política assumida pelo Governo Lula. Todavia, apontamos a ocorrência de um processo de reorganização dos estudantes, que questionaram e romperam com a UNE.

Palavras-chave: UNE. Governo Lula. Partidos Políticos. Movimentos Estudantis.

ABSTRACT

This research examined the relationship of the National Union of Students (UNE) with the Lula government and the role of political parties in the entity during the period extending from 2003 to 2010. Based on authors such as Saldanha, Martins Filho, Bringel, we start from the assumption that the student movements for change are being mistaken to assign students a participation of a general nature and unchanging. After Lula's victory in the elections of 2002, UNE left the field of opposition to a collaborative relationship. Through the categories independence and democracy, our purpose was to understand the relationship of UNE with the government in preparation, proposing amendments and support to government projects. We used for this research, documents of the Congress of UNE, mainly theses defended by trends in youth political parties in the movement, programs and manifestation, of political parties that act in the entity; UNE documents that referred to the proposed policies on higher education; media news sources, reports the journal *Movement*, as well as documents and pamphlets of student movements. The testimonials and documents demonstrated the position of UNE, representing theoretical perspectives and policies that do not always appear explicitly, but when mediated by a conceptual framework, can help in understanding the positions taken by the entity. It was possible to understand from the testimonials and documents the role of UNE policy, implementation of government projects. Even before this fact the entity remained being fought by student trends, organized by political parties. Thus, we analyze the dispute between the parties within Congress UNE the direction of the entity. The final remarks demonstrate the process of cooptation by the State of UNE, seeking to demonstrate that their actions prove to be consistent with the policy taken by the Lula government. However, we point out the occurrence of a reorganization process of the students who challenged and broke with UNE.

Key words: UNE. Lula Government. Political Parties. Student Movements.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: PERCENTUAL DO INVESTIMENTO PÚBLICO DIRETO EM RELAÇÃO AO PIB – BRASIL (2002-2008) 144

TABELA 2: INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR POR CATEGORIA – BRASIL (2002-2008) 145

LISTA DE ABREVIATURAS

AI	- Ato Institucional
AIB	- Ação Integralista Brasileira
ALN	- Ação Libertadora Nacional
ANCINE	- Agência Nacional do Cinema
ANDES	- Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior
ANEL	- Assembléia Nacional dos Estudantes - Livre
ANL	- Aliança Nacional Libertadora
AP	- Ação Popular
APML	- Ação Popular Marxista Leninista
APS	- Ação Popular Socialista
ARENA	- Aliança Renovadora Nacional
CA	- Centro Acadêmico
CAE	- Comissão de Assuntos Econômicos
CAPES	- Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior
CAS	- Construção ao Socialismo
CBA	- Comitê Brasileiro pela Anistia
CBDU	- Confederação Brasileira dos Desportos Universitários
CEB	- Casa dos Estudantes do Brasil
CEMJ	- Centro de Estudos e Memória da Juventude
COLINA	- Comandos da Libertação Nacional
CONEB	- Congresso Nacional de Entidades de Base
CONEG	- Congresso Nacional de Entidades Gerais
CONLUTE	- Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes
CPC	- Centro Popular de Cultura
CSOL	- Coletivo Socialismo e Liberdade
CST	- Corrente Socialista dos Trabalhadores
CUCA	- Circuito Universitário de Cultura e Arte
CUT	- Central Única dos Trabalhadores
DA	- Diretório Acadêmico
DC-GB	- Dissidência Guanabara
DCE	- Diretório Central dos Estudantes
DS	- Democracia Socialista
EAD	- Ensino a Distância
ENC	- Exame Nacional de Cursos
FAPERJ	- Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro
FASUBRA	- Federação dos Servidores das Universidades Brasileiras
FHC	- Fernando Henrique Cardoso
FIES	- Financiamento Estudantil
FOE	- Frente de Oposição de Esquerda da UNE
IBAD	- Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IES	- Instituições de Ensino Superior
IFES	- Instituto Federal de Ensino Superior
IPES	- Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais
JAC	- Juventude Agrária Católica

JB	- Juventude Brasileira
JEC	- Juventude Estudantil Católica
JK	- Juscelino Kubitschek
JOC	- Juventude Operária Católica
JUC	- Juventude Universitária Católica
LER	- Liga Estratégica Revolucionária
LIBELU	- Liberdade e Luta
LSR	- Liberdade, Socialismo e Revolução
MDB	- Movimento Democrático Brasileiro
ME	- Movimentos Estudantis
MEC	- Ministério de Educação e Cultura
MES	- Movimento Esquerda Socialista
MOLIPO	- Movimento pela Libertação Popular
MR-8	- Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MRM	- Movimento Revolucionário Marxista
MRT	- Movimento Revolucionário Tiradentes
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MUDE	- Movimento UNE Democrática
OCLAE	- Org. Continental Latino-Americana e Caribenha dos Estudantes
ONG	- Organização não-governamental
ORM	- Organização Revolucionária Marxista
PAC	- Programa de Aceleração do Crescimento
PCB	- Partido Comunista Brasileiro
PCBR	- Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB	- Partido Comunista do Brasil
PCO	- Partido da Causa Operária
PCR	- Partido Comunista Revolucionário
PDE	- Plano de Desenvolvimento da Educação
PDS	- Partido Democrático Social
PDT	- Partido Democrático Trabalhista
PFL	- Partido da Frente Liberal
PIB	- Produto Interno Bruto
PL	- Projeto de Lei
PMDB	- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POLOP	- Política Operária
PPS	- Partido Popular Socialista
PROUNI	- Programa Universidade para Todos
PSB	- Partido Socialista Brasileiro
PSD	- Partido Social Democrático
PSDB	- Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	- Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	- Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	- Partido dos Trabalhadores
PTB	- Partido Trabalhista Brasileiro
PV	- Partido Verde
REUNI	- Reestruturação das Universidades Federais
SR	- Socialismo e Revolução
TM	- Tendência Marxista

UBES	- União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UDN	- União Democrática Nacional
UEE	- União Estadual dos Estudantes
UERJ	- Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFAM	- Universidade Federal do Amazonas
UFBA	- Universidade Federal da Bahia
UFRJ	- Universidade Federal do Rio de Janeiro
UJC	- União da Juventude Comunista
UJR	- União da Juventude Revolucionária
UJS	- União da Juventude Socialista
UNB	- Universidade de Brasília
UNE	- União Nacional dos Estudantes
UNICAMP	- Universidade de Campinas
UNIOESTE	- Universidade Estadual do Oeste do Paraná
USAID	- Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional
USP	- Universidade de São Paulo
VAR-PALMARES	- Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares
VPR	- Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 MOVIMENTOS ESTUDANTIS E A UNE (1937-2002)	20
1.1 O que são os Movimentos Estudantis?.....	20
1.2 Características gerais dos movimentos estudantis	24
1.3 Algumas considerações sobre a história dos Movimentos Estudantis	27
1.4 A hierarquia da UNE	30
1.5 A UNE e a luta entre os partidos no interior da entidade (1920-2002)	31
1.5.1 Da criação à fase harmoniosa (1920-1945)	32
1.5.2 UDN, PSB e a repressão aos movimentos estudantis (1945-1956)	40
1.5.3 As tendências católicas na direção da UNE (1956-1964)	42
1.5.4 Atuação dos partidos na UNE em tempos de ditadura civil-militar (1964-1979): a ilegalidade	49
1.5.5 A UNE: da democratização a vitória de FHC (1979-1994)	58
1.5.6 A UNE: do Governo FHC a vitória de Lula (1995-2002)	69
2 A UNE NO GOVERNO LULA E A ATUAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA ENTIDADE (2003-2010)	81
2.1 Elementos de Teoria dos Partidos Políticos.....	81
2.1.1 Noção de partido político	82
2.1.2 A criação dos modernos partidos políticos e possibilidades de análise	87
2.1.3 Tipos de partido	90
2.1.4 Os partidos nos movimentos estudantis.....	91
2.2 A UNE, o Governo Lula e a atuação dos partidos políticos na entidade (2003-2006)	97
2.2.1 A posse de Lula e a elaboração da reforma universitária	97
2.2.2 A UNE e a reforma universitária	110
2.2.3 O 49º Congresso da UNE e a defesa do Governo Lula	115
2.2.4 A relação da UNE com o Governo Lula e a Lei 7200/06	123
2.3 A UNE, o Governo Lula e a atuação dos partidos políticos na entidade (2007-2010)	130
2.3.1 O REUNI e as ocupações de reitoria	130
2.3.2 A UNE e o avanço dos programas educacionais do governo federal	142
2.3.3 O 51º Congresso da UNE	145
2.3.4 O último ano do Governo Lula	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
REFERÊNCIAS	161
DEPOIMENTOS	171
DOCUMENTOS CONSULTADOS	172

INTRODUÇÃO

A reflexão que norteou a abordagem desta dissertação buscou contribuir com os estudos acerca da atuação política da União Nacional dos Estudantes (UNE) e dos partidos políticos nos movimentos estudantis. Este trabalho centrou-se na análise da relação da UNE com o Governo Lula e na atuação dos partidos políticos na entidade, no período que se estende de 2003 a 2010. Optamos por um recorte temporal que abarcasse os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, como presidente da República, pois se refere ao período de mudanças na relação da entidade com o governo federal.

A proposta deste trabalho surgiu a partir da atuação do autor no movimento estudantil, principalmente no Diretório Central dos Estudantes, DCE, da Unioeste do *Campus* de Marechal Cândido Rondon (2004-2007). Os principais partidos políticos atuantes nesta entidade foram o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado) e no último ano o CAS (Construção ao Socialismo).¹ Faziam parte da oposição a diretoria militantes independentes.

Durante este período passamos a construir a Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes – CONLUTE, pois a UNE, nos últimos anos, tornou-se um grande obstáculo nas lutas dos movimentos estudantis² e passou a defender a reforma universitária na perspectiva do Governo Lula. Importante frisar que o projeto da reforma universitária faz parte da pauta neoliberal e foi implementado por governos de diversos países, como França, Chile e outros.

Embora a UNE tenha passado por transformações, a sua trajetória histórica foi marcada por ações importantes no campo político, sobretudo na luta contra a ditadura civil-militar no Brasil. Através de militantes de partidos políticos e militantes independentes, estudantes construíram a UNE e outras entidades como instrumentos de luta para suas reivindicações, através de campanhas nacionais que

¹ O CAS foi fundado em setembro de 2002 por ativistas do movimento estudantil que estiveram na Argentina e viveram pessoalmente o processo revolucionário conhecido como “Argentinazo” no final de 2001. No ano de 2007, o CAS ingressou no PSTU, deixando de existir como organização.

² Fundamentado no trabalho de Bringel, utilizamos o termo movimentos estudantis. Para o autor, quando se fala de “movimento” em singular ocultamos a existência de diferentes movimentos estudantis, em plural, e as tensões que há entre eles (2009, p. 100-101.).

cumpriram um papel decisivo diante dos principais fatos políticos do Brasil e do mundo.

É preciso ressaltar que no estudo das lutas dos movimentos estudantis há lacunas historiográficas, em especial da História mais recente do Brasil, especificamente em relação ao contexto que nos propomos analisar. Assim, por diferentes razões, no decorrer da pesquisa, tornou-se uma de nossas maiores dificuldades.

Em pesquisa ao portal de periódicos da Capes localizamos, sobre os movimentos estudantis contemporâneos e partidos políticos, dois trabalhos da área das Ciências Sociais (SILVA, 2008; BRANDÃO, 2004), três da área de Educação (PAULA, 2009; ARAUJO, 2006; SANTOS, 2007), dois da área de História (INÁCIO, 2008; CAVALCANTE JUNIOR, 2007), um da área da lingüística (SANTO, 2006) e dois da psicologia social (MESQUITA, 2006; CALDEIRA, 2008). No total foram encontrados dez trabalhos, dos quais tivemos acesso a sete. Além das dissertações e teses, artigos foram encontrados e utilizados, como o de Franco (2008), Bringel (2008), Barbosa (2002) entre outros.

Outro problema encontrado foi a ausência de séries documentais sobre os estudantes universitários. A UNE não mantém organizadas as teses políticas de congressos, materiais e outros documentos. Entretanto, tivemos acesso ao acervo do Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ) e conseguimos, a partir da bibliografia encontrada, alguns documentos do meio estudantil, como fragmentos de jornais, além de entrevistas concedidas ao *Projeto Memória do Movimento Estudantil*.³ Finalmente, outro aspecto a ser destacado foi o acesso a fontes primárias, confeccionadas pelos próprios estudantes e pelos partidos políticos por meio de internet. Sobre a dificuldade em acessar fontes primárias dos movimentos estudantis, Martins fez a seguinte consideração:

Os estudantes universitários são, normalmente, ignorados quando se pensa em arquivos científicos [...]. Mas se o ensino é desenvolvido tendo por preocupação central a formação dos estudantes, deveria ser importante

³ O *Projeto de Memória do Movimento Estudantil* é realizado em parceria com a Fundação Roberto Marinho, Petrobrás, entre outras. O projeto possui como objetivo produzir uma série de vídeos sobre o movimento estudantil brasileiro, editar entrevistas, coletar imagens e dados sobre a atuação do movimento estudantil, registrar depoimentos de suas principais personagens, realizar uma campanha nacional de incentivo à doação de documentos e outros. Atualmente estão disponibilizados em seu site depoimentos e poucos documentos.

lembrar que os alunos também [...] participam de órgãos da universidade, possuem uma vida estudantil (1992, p. 48).

O *Projeto Memória do Movimento Estudantil*, na tentativa de organizar a documentação para o resgate da memória histórica da UNE (e não dos movimentos estudantis brasileiros), está sendo realizado por meio de parceria entre a UNE e a Fundação Roberto Marinho.

Mesmo com todas as dificuldades acerca do estudo dos movimentos estudantis, este foi e permanece sendo objeto de interesse de diversos autores, os quais são utilizados como referência nesta dissertação. Entre esses podemos destacar Poerner (2004), Foracchi (1965), Araujo (2007), Albuquerque (1977), Groppo (2008), Bianchi (2008), Martins Filho (1987), Sanfelice (1986), Gohn (2000) entre outros. Porém a maioria desses autores estudaram a trajetória e participação da UNE na história do Brasil, não desenvolvendo o conceito de movimentos estudantis. Aqueles que entraram nesse debate possuem posições divergentes, categorizando-os como categoria social ou movimento social. Alguns desses autores desenvolveram seus trabalhos baseados no mito do “poder jovem”, ou seja, movimentos estudantis radicalizados e revolucionários, imutáveis politicamente.

Como já assinalamos, a partir das referências bibliográficas e das fontes localizadas, o objetivo geral deste trabalho é analisar a relação da UNE no Governo Lula (2003-2010) e a atuação dos partidos políticos no interior da entidade. Para isso foi importante entender as diversas concepções sobre os movimentos estudantis e suas características; historicizar a atuação da UNE demonstrando as mudanças na entidade; compreender a relação da UNE com o governo federal; compreender a relação da UNE na elaboração, proposição de emendas e apoio aos projetos governamentais relacionados à educação, como por exemplo, a reforma universitária; compreender as definições de partido político; analisar os programas partidários dos partidos atuantes nos movimentos estudantis; analisar os Congressos da UNE e as teses políticas dos partidos e explicar a disputa entre os mesmos no interior da entidade.

No que se refere a pesquisa bibliográfica sobre os movimentos estudantis queremos destacar as obras de Poerner (2004), Sanfelice (1986), Fávero (1995), Pelegrini (1993), Dias (2006), Santos (2007), Paula (2009) e outros citados no

decorrer desta dissertação. Entre os trabalhos que também definem os movimentos estudantis, destacamos Bringel (2008), Boneti (2007) e Martins Filho (1987). Em relação a pesquisa sobre os partidos políticos foram utilizadas as obras de Michels (1982), Duverger (1970), Panebianco (1982), Arcary (2006), Conceição (2000), entre outros.

Para a pesquisa documental utilizaremos os documentos dos congressos da UNE, principalmente as teses defendidas pelas tendências de juventude⁴ dos partidos políticos no movimento como a *União da Juventude Socialista* (juventude do PCdoB); *Movimento Mudança* (organizado pela juventude da tendência do PT Articulação); *Movimento Ruptura Socialista* (organizado pela juventude do PSTU no ano de 2003); *Contraponto* (organizado pela juventude da APS/PSOL); entre outras, pois nestas teses políticas são apresentadas as propostas para a entidade e suas formulações para a educação, principalmente para o ensino superior.

Também utilizaremos os programas e manifestos dos partidos políticos que atuam na entidade; documentos da UNE, que se referem a proposta de políticas à educação superior; fontes jornalísticas da imprensa; reportagens da revista *Movimento*⁵; como também de documentos e panfletos dos movimentos estudantis.

Os documentos da UNE serão organizados por congresso realizado, bem como as teses dos partidos políticos. Sobre os encaminhamentos da entidade (resoluções aprovadas em congresso) analisaremos as notícias da imprensa, principalmente de sua revista *Movimento*, relacionadas ao projeto da entidade à educação e sua relação com o Governo Lula.

A UNE, por exemplo, além de possuir documentos aprovados em

⁴ A juventude é representada socialmente como uma categoria que simboliza os dilemas da contemporaneidade, tanto na opinião pública como no pensamento acadêmico. Considera-se que os jovens são afetados por fatores históricos, estruturais e conjunturais, que determinam as suas vulnerabilidades e as suas potencialidades (NOVAES, 2007). Diante dos fatores que afetam a juventude, os partidos políticos atuam buscando ampliar o seu número de militantes. Para Sousa (1999) a militância é definida pelos jovens como uma dedicação à elaboração de projetos sociais, que acabam por fazer parte de suas vidas, e que representam a possibilidade de identificação com o grupo e o reconhecimento social de sua existência. Diante deste comprometimento com a militância, os partidos políticos têm na juventude a origem dos seus principais quadros políticos.

⁵ A revista *Movimento* é uma publicação da UNE, produzida com recursos da carteira de identificação estudantil. Foi lançada no ano de 1961 e parou de circular no ano de 1970. Passados 35 anos de seu fim, em 2001, *Movimento* voltou a circular. A revista é distribuída a entidades vinculadas a UNE e algumas de suas edições podem ser visualizadas no *site* da UNE. Atualmente sua tiragem é de 40 mil exemplares.

Congressos Nacionais de Estudantes Gerais (CONEG)⁶ e Congressos Nacionais de Entidades de Base (CONEB)⁷, nos quais apresenta seu projeto de reforma do ensino superior, enviou ao presidente da República e ao Ministério da Educação documentos, como por exemplo, *Uma Reforma Necessária*, com proposições e argumentos sobre a reforma universitária do Governo Lula.

Do ponto de vista metodológico nossa pesquisa leva em conta as categorias independência política e democracia. Por independência política entendemos ser a atuação autônoma em relação ao Estado⁸ e a partidos políticos, em suas orientações e decisões. Para Almeida, “[...] a independência política em relação ao Estado só se realiza, efetivamente, na luta contra ele” (2007, p. 73), ou seja, não existe independência do Estado recebendo verbas ou aliando-se ao governo federal. Quando falamos em independência política dos movimentos estudantis falamos, sobretudo, na sua independência financeira, ou seja, organismos financiados única e exclusivamente por sua base.

Sobre democracia partimos da seguinte premissa: a base política é que deve decidir. Os estudantes devem ditar o que fazer (democracia de base), serem permanentemente consultados, e estimulados a se auto-determinar. As instâncias de base das entidades, como congressos, conselhos de representantes de base e as assembléias, devem ser estimuladas a terem poder de decisão acima das diretorias (ALMEIDA, 2007, p. 75).

Tais categorias serão utilizadas, portanto, para compreender as relações da UNE com o governo federal e as atitudes da entidade durante este processo, inclusive no que tange aos espaços de realização dos congressos da entidade.

O estudo, além de somar com os esforços já realizados, de registro histórico de memória dos movimentos estudantis, pretende contribuir para com a retomada da discussão sobre os rumos dos mesmos e sua histórica luta em defesa da universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade. Desta forma, ao

⁶ O CONEG é um congresso destinado à debates somente com representantes dos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE).

⁷ O CONEB é um congresso destinado à debates somente com representantes dos Diretórios Acadêmicos (DA) e Centros Acadêmicos (CA).

⁸ Para Lenin “O Estado é produto e manifestação da inconciliabilidade das contradições de classe. O Estado surge no momento, na medida em que as contradições de classe não podem, objetivamente, conciliar-se”. Sobre o Estado moderno assegurou que este é o instrumento de que serve o capital para explorar o trabalhador assalariado (2005, p. 28).

tomarmos os movimentos estudantis como objeto de estudo, representa o reconhecimento da importância, por nós considerada, da organização dos estudantes na defesa da educação pública e gratuita, e da articulação de suas lutas com as lutas da classe trabalhadora pela transformação da sociedade. Contudo não atribuímos a este o papel central nesse processo, pois entendemos ser da classe trabalhadora.

Para compreender a atuação da UNE no presente contexto, torna-se necessário retomar brevemente o fio da história desde a criação da entidade aos dias atuais, avaliando seus avanços e recuos, a relação de dependência e independência com o governo, as bandeiras e as estratégias de luta que animaram o movimento estudantil no país.

Neste sentido, a exposição da presente pesquisa está organizada em dois capítulos. Diante do conjunto de contribuições e limitações sobre a temática por nós estudada, no primeiro capítulo, subdividido em cinco tópicos, temos por objetivo analisar as diversas concepções sobre os movimentos estudantis. Analisar as suas características, apresentar considerações sobre a história destes movimentos, demonstrar a estrutura da UNE e desenvolver um histórico da entidade; evidenciando suas relações com o Estado e suas mudanças durante o período de 1937 a 2002.

O segundo capítulo será subdividido em três tópicos. Na primeira seção pretendemos fazer algumas reflexões sobre os partidos políticos; apresentar questões relativas à criação dos partidos modernos, fundamentados nos autores mencionados; apresentar os diferentes tipos de partido e por último analisaremos os programas e materiais dos partidos. Optamos por analisar os quatro partidos de maior expressão nos movimentos estudantis: Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).

O PCdoB representa a direção majoritária da UNE, juntamente com militantes das tendências do PT: Articulação e Democracia Socialista. A tendência do PT, Articulação de Esquerda, também mantém forte representatividade nos congressos da UNE. Além destas tendências do PT, outras atuam nos movimentos estudantis como O Trabalho, Esquerda Marxista, entre outras.

O PSOL, partido criado no ano de 2004, mantém uma forte representação nos congressos da UNE, atuando em oposição ao Governo Lula. Militantes do PSOL também constroem a Frente de Oposição de Esquerda da UNE (FOE)⁹. O PSTU, partido que como o PSOL, se mantém no campo da oposição de esquerda ao Governo Lula, deixou de atuar nos espaços da UNE no ano de 2005, passando a construir a CONLUTE¹⁰ e, através de seus militantes, constrói atualmente outra entidade em oposição à UNE e ao Governo Lula, a ANEL¹¹.

Na segunda seção deste capítulo, buscaremos analisar a relação da UNE com o Governo Lula em seu primeiro mandato (2003-2006); a atuação dos partidos políticos, que dirigem através de seus militantes a entidade, e a atuação dos demais partidos que se colocam em oposição. E na terceira seção buscaremos analisar a relação da UNE com o Governo Lula em seu segundo mandato (2003-2006) bem como, a atuação dos partidos políticos na entidade.

Finalmente, nas considerações finais deste trabalho buscaremos sistematizar as informações apresentadas no decorrer do texto, principalmente no que tange a relação da UNE com o governo federal, estabelecendo conexões com as categorias de análise e demonstrar as principais conclusões.

⁹ Na tentativa de superar essa situação, em 2006 foi criada a Frente de Oposição de Esquerda da UNE (FOE-UNE). Mais do que unificar a oposição em torno de ações conjuntas, a FOE-UNE “[...] surgiu justamente para imprimir uma nova lógica de atuação ao campo de oposição, rejeitando a lógica simplista e despolitizada de fazer oposição à direção majoritária da UNE que muitas vezes vimos acontecer, pois esse tipo de oposição é algo que só interessa à UJS e seus aliados e aos divisionistas, que prezam pelo ditado do quanto pior, melhor” (CONTRAPONTO, 2007, p. 34).

¹⁰ Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes. Segundo o site oficial “[...] é fundada a Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes (CONLUTE) com o objetivo de coordenar as lutas contra os ataques do Governo, uma vez que a UNE não cumpria mais esse papel” (CONLUTE, 2008). Fundada em maio de 2004, quando realizado no Rio de Janeiro o Encontro Nacional contra a Reforma Universitária de Lula/FMI, que reuniu mais de 1.500 estudantes universitários e secundaristas de todo o país. A CONLUTE, após cinco anos de existência e organização dos estudantes, deixou de existir após a realização do Congresso Nacional dos Estudantes, no Rio de Janeiro, e fundação da Assembléia Nacional dos Estudantes Livre.

¹¹ A Assembléia Nacional dos Estudantes – Livre é uma nova entidade fundada no Congresso Nacional dos Estudantes, que aconteceu no Rio de Janeiro e contou com 2.000 estudantes. Nasceu como uma alternativa à UNE e à UBES, entidades tradicionais do movimento, que conforme a nova entidade, hoje estão atreladas ao Governo federal. Ver mais em <anelivre.blogspot.com> Acessado em 03/02/2010.

1 MOVIMENTOS ESTUDANTIS E A UNE (1937-2002)

Neste capítulo buscaremos apresentar as definições do conceito de movimentos estudantis, e demonstrar as suas características. Fundamentado nas obras de Martins Filho (1987), Boneti (2007) e Bringel (2008) e outros autores, analisaremos as divergentes caracterizações sobre os movimentos estudantis.

Em seguida, fundamentado nas obras de Poerner (2004), Santos (2007), Araujo (2007), entre outros, temos o objetivo de historicizar a atuação da UNE e dos partidos políticos na entidade, de sua fundação aos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), com o intuito de visualizar os momentos de ruptura, baseados nas categorias independência e democracia. Além de realizar revisão bibliográfica, utilizamos entrevistas realizadas pelo *Projeto Memória do Movimento Estudantil* e outras fontes.

1.1 O que são os Movimentos Estudantis?

Segundo Boneti (2007), os movimentos estudantis são caracterizados como movimentos sociais. De acordo com Gohn, “um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural” (2009, p. 14). Gohn, partindo da premissa de que todo movimento social é formado por coletivos humanos e sociais, estes estão de uma forma ou de outra, inseridos na sociedade. Para a autora esta inserção ocorre a partir de algumas instituições de apoio ou abrigo, como a igreja, o partido, o sindicato, a escola e até a família (2004, p. 268).

Em relação à tipologia dos movimentos sociais, Boneti afirma que esses, de um modo geral, podem ser divididos em três tipos: a) “tradicionais”, como o movimento operário-popular, os movimentos estudantis; b) “mais recentes”, como o movimento feminista, étnico-raciais, de direitos humanos, ecológicos, etc.; c) “novos”, como os movimentos dos trabalhadores rurais sem terra, sem teto, dos indígenas, desempregados, de bairro (2007, p. 56).

Fundamentado na obra de Boneti, os movimentos sociais “tradicionais”

possuem o objetivo de impulsionar a luta de classes. Os movimentos denominados “mais recentes” criticam as estratégias em etapas, hierarquias internas, prioridades políticas dos movimentos tradicionais (BONETI, 2007, p. 56).

Os “novos” movimentos apresentam-se como uma espécie de contraposição ao projeto econômico e político mundial de homogeneidade social, de produção econômica, de manifestação cultural e de consumo. Esses movimentos buscam uma consciência do entorno, de coletividade, do pertencer a uma organização social e o direito ao acesso igualitário aos bens e serviços socialmente produzidos (BONETI, 2007, p. 72).

Bringel, como Boneti, caracterizou os movimentos estudantis como movimentos sociais. Porém, nos chama a atenção sobre implicações teóricas em análises dos movimentos estudantis (2009, p. 100-101). No caso das lutas estudantis no Brasil, o termo “movimento”, tem sido extensamente utilizado e escassamente debatido, em razão de seu uso num sentido ampliado, empregado de forma quase imediata, quando um grupo de estudantes se mobiliza. Para o autor isso tem implicações perigosas que levam à confusão entre:

a) Ação coletiva versus movimento social/estudantil: com frequência, vários intérpretes (sejam acadêmicos, políticos ou meios de comunicação) vêem em uma ação o “movimento estudantil”, quando, na realidade, o que existe é somente uma ação coletiva (a exemplo de um protesto isolado no refeitório de uma faculdade). Essas ações podem ou não ser resultado da atuação de um “movimento estudantil”, mas, se isoladas, são simplesmente uma ação coletiva; b) Movimento estudantil versus organização estudantil: este equívoco normalmente advém da atribuição ao “movimento estudantil” de uma ação coletiva específica convocada por uma organização ou entidade estudantil institucionalizada, algo bem diferente e que se tornou habitual no Brasil durante a década de 1990 (2009, 100-101. Grifos nosso).

Dessa forma, as lutas, reivindicações e ações coletivas dos estudantes, somente se traduzem em movimentos estudantis quando articulam uma série de elementos mínimos, que também estão presentes nos demais movimentos sociais, como:

Definição de reivindicações, demandas e objetivos coletivos; exposição dessa problemática a interlocutores políticos por meio de diferentes estratégias e repertórios de ações coletivas; mínima organização com certo grau de continuidade no tempo; caráter não institucional; trabalho comum que leva à construção de uma identidade coletiva, mesmo que incipiente (2009, 100-101).

Essa afirmação também é referenciada em autores como Ibarra e Bergantiños (*apud* BRINGEL, 2008, p. 104), quando caracterizaram os movimentos estudantis como “um movimento social peculiar”. Para esses autores, ainda que os movimentos estudantis não contenham todas as características dos movimentos sociais, como certa estabilidade e uma identidade coletiva, apresentam características suficientes (organização, meios de ação, estratégias etc.) que lhes conferem essa conceituação.

De acordo com Martins Filho, os estudantes universitários constituem uma categoria social (1987, p. 20). Para Poulantzas, “[...] as categorias sociais têm elas mesmas uma adscrição de classe: estas categorias não são grupos à margem ou fora das classes, como tampouco são, como tal, classes sociais” (1973, p. 25). Para Martins Filho, no caso dos estudantes, a relação que eles mantêm com as universidades e as condições particulares de sua atuação política, não permite confundi-los com as classes em que se originam (1987, 20). Sobre as categorias sociais, Poulantzas afirmou que:

As categorias sociais, por causa de sua relação com os aparatos de Estado e com a ideologia, podem apresentar a miúdo uma unidade própria, em que se pese pertencerem a classes diversas [...] podem apresentar, em seu funcionamento político, uma autonomia relativa com respeito às classes a que seus membros pertencem (1973, 26).

Assim, os jovens provenientes das mais diversas camadas sociais desenvolveram e desenvolvem atuações políticas, muitas vezes incompatíveis com os interesses de suas classes originárias. Octavio Ianni nos ajuda a esclarecer esta polêmica, em seu artigo, publicado em 1963, denominado “O jovem radical”. Segundo o autor, “[...] a contestação juvenil se inicia com o enfrentamento das contradições relacionadas ao mercado de trabalho [...] a partir daí surgem as condições para a elaboração de um comportamento revolucionário” (*apud* MARTINS FILHO, 1987, 22). Para Martins Filho:

Através das reivindicações voltadas para a carreira, criam-se as condições para que o jovem visualize os limites sociais colocados à sua ação, compreendendo-o como limitações de classe. Abre-se aí o caminho para a percepção de que o seu futuro, tal como o de sua classe de origem, é

incerto e instável [...]. Dessa maneira, o radicalismo estudantil, tem suas raízes referidas à situação de classe do jovem universitário, não sendo necessário buscá-las em fatores externos como o “contato com o conhecimento” ou “a equiparação à condição proletária” (1987, p. 27).

Nesse sentido, os movimentos estudantis em vários momentos da história da atuação política da juventude, conseguiram visualizar o movimento universitário como manifestação popular que extrapolava as demandas internas da universidade (MARTINS FILHO, 1987, p. 20).

Para Arcary, um fator que pode contribuir para o avanço da consciência dos estudantes, e assim superar os anseios de sua classe de origem, é a luta entre partidos dentro dos movimentos estudantis.

A construção da consciência de classe não é possível, no entanto, a não ser por meio da luta contra o capital, e da luta de partidos dentro do próprio movimento [...]. Durante a luta, uma apreensão mais ampla de horizontes – capaz de prever as tendências principais – é sempre uma vantagem comparativa. Todas as classes sociais lutam, também, para exercer influência política, ideológica e moral sobre seus inimigos: disputam a legitimidade de suas reivindicações, a superioridade de seu projeto, a maior universalidade de seu programa, para atrair o apoio da maioria do povo para seu campo (2006, p. 268).

Portanto, radicalidade dos movimentos estudantis refletem a influência de outras classes sociais, de questões conjunturais, ou mesmo resultado da ação de partidos políticos no interior dos movimentos. Sobre a atuação dos partidos políticos Foracchi afirmou que: “[...] a politização da massa estudantil só pode ser compreendida como expressão da eficiência do trabalho partidário; e que sem cobertura partidária consistente, a vanguarda estudantil não pode desenvolver atuação organizada, sistemática e coerente” (1965, p. 22). Da mesma forma, Paula, considerou a relação dos movimentos estudantis com os partidos políticos, um fator importante para a sua politização (2009, p. 57).

Nesta mesma perspectiva, Soares, defendeu que os estudantes mais atuantes estão ligados a partidos políticos: “A grande mobilização feita pelos partidos políticos é uma consequência da participação intensa. Assim, poder-se-ia esperar que os estudantes mais atuantes são os que pertencem a partidos políticos” (1986, p. 257). Para Albuquerque (1977, p. 88) “[...] a participação dos estudantes é tanto mais intensa quanto a organização estudantil a que estão afiliados é mais

politizada”. Isto está diretamente ligado a atuação dos partidos e organizações políticas no interior dos movimentos estudantis, e contraria a tese de alguns autores, como Barbosa (2002), de que o esvaziamento dos movimentos é consequência do enfrentamento entre os partidos políticos. Neste sentido, a rebeldia juvenil é uma condição a ser adquirida, que depende do processo de conscientização do jovem, resultado, muitas vezes, de influências externas ao espaço universitário.

1.2 Características gerais dos movimentos estudantis

Após estas observações iniciais, sobre os movimentos estudantis, vejamos cinco de suas características gerais. A primeira característica, e como já assinalamos, identifica que os movimentos estudantis podem ser definidos como movimentos sociais. Os movimentos sociais nas sociedades contemporâneas, quando se consolidam criam as suas organizações. Quando sua base social toma maturidade e forma uma massa crítica, criam-se organismos. Estes são organismos de frente única.

Os organismos de frente única são organizações do movimento de massas que existem independentemente do acordo político entre as organizações políticas e partidos da classe operária. Por exemplo: os sindicatos, centrais sindicais, comissões de fábrica, sovietes, entre outros.

A frente única não é, nem na sua origem, nem na sua essência, uma questão de relações mútuas entre a fração parlamentar comunista e socialista, ou entre os comitês centrais de ambos os partidos (TROTSKY, 1931. In: AGUENA (Org.), 2008). O objetivo de um organismo de frente única é criar uma ponte para superar a divisão no interior das massas, e unificá-las para a luta. São preceitos de um organismo de frente única: a democracia interna, a independência política e financeira.

Como já assinalamos, a independência política é a autonomia em relação ao Estado e a partidos políticos, em suas orientações e decisões. Sobre democracia, em entidades de frente única, do caso dos movimentos estudantis, os estudantes devem decidir o que fazer (democracia de base), devem ser permanentemente consultados, e estimulados a se auto-determinar (ALMEIDA, 2007, p. 75).

Ao entendermos as entidades, organismos de frente única, como ferramentas por onde o movimento de massas organiza sua luta e condensa seu programa, compreendemos que elas expressam a unidade não de partidos ou correntes, mas a unidade do próprio movimento para lutar. O rompimento com os preceitos democracia e independência subvertem o organismo de frente única.

Uma vez que os movimentos estudantis se consolidaram, criaram organismos dos estudantes, como a UNE no Brasil. Após a criação de organismos de frente única os movimentos estudantis passaram a intensificar a sua atuação, através de lutas, que variaram desde as demandas internas da universidade até demandas externas como a busca de soluções para problemas políticos, econômicos, sociais e/ou de lutas ideológicas (BRINGEL, 2009, p. 102).

A segunda característica dos movimentos estudantis, para Bringel, é que “[...] a maioria de suas lutas tem um objetivo específico de curto prazo, pois se trata de uma força social conjuntural” (BRINGEL, 2009, p. 102). Contudo, isso não impede que existam mobilizações que permaneçam em um horizonte de médio ou longo prazo, dependendo da conjuntura e das forças sociais e políticas existentes, como greves, ocupações. As lutas estudantis muitas vezes são de curto prazo, pois os movimentos estudantis universitários tendem a seguir o ritmo do ano letivo acadêmico: férias e feriados ou mesmo as dependências que o aluno militante muitas vezes adquire, acabam atuando como elementos desmobilizadores, que rompem com a seqüência de ações coletivas iniciadas.

Além disso, a transição de estudantes “[...] muitas vezes impede que os movimentos estudantis disponham de um capital militante acumulado de outras lutas, visto que a maioria dos participantes de mobilizações anteriores acaba se desvinculando da universidade e/ou, pelo menos, da militância estudantil” (BRINGEL, 2009, p. 102). Desta forma, a dinâmica de transição de estudantes se torna outro elemento crucial e prejudicial para a continuidade dos movimentos estudantis.

A terceira característica dos movimentos estudantis considera que a “[...] sua organização é pendular e variável” (BRINGEL, 2009, p. 103). Ou seja, não responde a uma forma de organização concreta, contando com diferentes graus de estruturas e organicidade, entretanto, possui as assembléias como instância máxima de

deliberação.

A quarta característica dos movimentos estudantis identifica que os mesmos são compostos, na sua maioria, por membros da classe média brasileira. É importante destacar que, os jovens brasileiros de 18 a 24 anos, no ano de 2008, somaram cerca de 35 milhões de pessoas. Porém, mesmo com a implementação de projetos como o Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) e o Programa Universidade para Todos (ProUni), que estudaremos no próximo capítulo, a porcentagem de jovens no ensino superior, no mesmo ano, foi de apenas 13,7% (EDUCAÇÃO, 2009, p. 60).

A porcentagem dos estudantes que ingressam nos movimentos estudantis é ainda menor no Brasil. Deixam de ser minoria em casos esporádicos como foram os movimentos das *Diretas Já* e o *Fora Collor*. Desta forma, a UNE e as demais entidades estudantis representam uma vanguarda ou um segmento avançado dos estudantes que tendem a ser politizados.

A quinta característica dos movimentos estudantis refere-se a seus integrantes que possuem, com freqüência, o que poderia ser identificado como uma “identidade secundária”, isto é, “[...] em razão de uma habitual convergência de perfis e identidades militantes quando o estudante também milita em outro movimento social, seja este negro, feminista ou em partidos políticos, priorizando alguns deles” (BRINGEL, 2009, p. 103). Assim, a identificação do estudante com o movimento depende de um projeto pessoal, pois se trata de uma escolha inseparável da imagem que ele tem de si mesmo na sociedade em que vive e da imagem que constrói sobre a sociedade em que desejaria viver (ALBUQUERQUE, 1977).

Em relação às reivindicações dos movimentos estudantis, estas podem ter um caráter interno, demandas imediatas da juventude universitária como moradia estudantil, restaurantes universitários; ou externo, questionamentos que vão além das demandas e que procuram incidir em discussões de maior alcance político, como a qualidade do ensino público; o papel que deveriam desempenhar as universidades nas sociedades contemporâneas, ou o papel do governo, ou ainda, temas da política local, nacional ou global.

Não se trata de uma divisão rígida entre ambas as dimensões, podendo se

alternar e mesclar de acordo com a direção e a radicalidade da juventude. Mas, ao articular as reivindicações internas com questões externas, de maior alcance, essas lutas adquirem maior grau de protagonismo em nível societário (BRINGEL, 2009, p. 104). Ou seja, quando as reivindicações vão além daquelas ligadas exclusivamente à categoria estudantil, os espaços de atuação política e as ações dos movimentos estudantis podem ser ampliados (BENEVIDES, 2006).

Em suma, os movimentos estudantis não são essencialmente progressistas, pois estão em disputa, sofrendo e reproduzindo as tensões presentes na sociedade. Muitas vezes, organizados com o objetivo de resolver apenas demandas internas, podendo, diante de determinadas condições, caminhar na direção de uma ação transformadora.

1.3 Algumas considerações sobre a história dos Movimentos Estudantis

Os movimentos estudantis estiveram presentes em momentos importantes da história política do Brasil. Foi assim na campanha *O Petróleo é nosso*, na luta contra o nazi-fascismo na década de 1940, contra a ditadura civil-militar a partir de 1964, na defesa das eleições diretas, na luta pela anistia dos presos políticos, na defesa da redemocratização, no *Fora Collor*, em 1992 (UNE, 2008a). Reivindicações como a defesa da manutenção de direitos como: a universalização do ensino superior público, a garantia de métodos de avaliação institucional socialmente referenciados, o funcionamento democrático das instituições de ensino, são reivindicações estudantis.

Ao contrário da posição de Poerner que afirmou que “[...] o estudante é um opositor nato”, (POERNER, 2004, p. 40) os movimentos estudantis “[...] não estão isentos das contradições, ambiguidades e vacilações que caracterizam o comportamento político de sua classe de origem” (MARTINS FILHO, 1987, p. 28). É importante destacar esta discussão, tendo em vista que parte da literatura sobre o tema, ao enfatizar principalmente a década de 1960, período marcado por intensas mobilizações estudantis e protestos, criou uma representação mistificada e idealizada da geração de 1960.

O “mito do poder jovem” “[...] pode ser localizado na própria auto-imagem

elaborada pela liderança universitária, plasmada hoje na historiografia oficial da União Nacional de Estudantes” (MARTINS FILHO, 1987, p. 15). A ausência de mobilizações significativas de caráter nacional e de uma política transformadora nos movimentos estudantis brasileiros, no contexto pós-ditadura civil-militar, contribuiu para utilização desse recurso.

De acordo com Saldanha, “[...] ao longo dos anos, o reforço de uma bibliografia especializada tem atribuído ao movimento estudantil um caráter genérico e imutável, com conteúdos e objetivos permanentes” (2008, p. 37). A obra *O poder jovem*, de Artur Poerner, é o trabalho mais significativo dentro desta tradição historiográfica (SALDANHA, 2008, p. 37).

Outros autores que abordaram a temática dos movimentos estudantis também têm os seus trabalhos circunscritos na década de 1960, quando o país conheceu as mobilizações pelas chamadas *Reformas de Base*. Albuquerque (1977) trata da relação dos movimentos estudantis com a problemática do desenvolvimento e as questões estruturais das sociedades latino-americanas. Pinto (1962) e Chasin (1961) consideraram a “condição estudantil” como a de um “intelectual em formação”, cujo objetivo era assumir o papel de vanguarda das classes populares diante dos entraves que impedem o desenvolvimento da sociedade brasileira. Pereira (1979) e Ianni (1963) identificaram a revolta estudantil como fruto de uma sociedade capitalista em crise e aquele seria o traço essencial do jovem nas sociedades modernas.

Martins Filho, nos anos de 1980, destacou o risco de ver nascer uma “mitologia” estudantil, “[...] que pode ser em grande parte atribuída ao significativo papel desempenhado por esse movimento nas lutas políticas dos anos de 1960” (1987, p. 15). O autor afirmou que a maioria dos estudiosos do tema não levaram em conta tal problema, colaborando assim para reforçar a idealização da participação estudantil, originária no seio do próprio movimento. Esta mistificação pode ser percebida em Poerner, ao afirmar que “[...] ainda no primeiro ano de aulas, a decepção universitária cede lugar a revolta” (2004, p. 40) e em Bresser Pereira, quando ressaltou que “[...] os estudantes em revolta são todos basicamente socialistas” (1979, p. 115).

O poder do mito jovem encontra ressonância em publicações oficiais do

governo federal. Em dezembro de 1994, aproveitando o fato do presidente da República Itamar Franco ter devolvido o terreno onde existiu a sede da UNE, na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, o MEC lançou a Revista *UNE: o reencontro do Brasil com a juventude*, na qual traz um histórico da UNE. Em sua apresentação, afirmava que “[...] remontando à época do Brasil Império, a influência da juventude nos destinos da nação passou a ocorrer de forma organizada a partir da criação, em 1937, da UNE, que acumulou, nas três décadas seguintes, uma extensa folha de serviços em defesa da democracia e da liberdade” (BRASIL, 1994, p. 9).

A UNE, a partir de seus representantes, faz com que o mito reapareça em discursos, como nas palavras de Lúcia Stumpf, presidente da UNE na gestão 2007-2009: “A UNE dos próximos dois anos vai ser a UNE de Honestino Guimarães [...]. A UNE dos próximos anos [...] vai transformar todos os sonhos da geração passada em realidade” (STUMPF *apud* SALDANHA, 2008, p. 46). Mesmo com esta afirmação, a própria entidade reconhece as suas próprias transformações. No *site* da entidade consta que: “[...] tanto mudou a UNE, como mudaram os estudantes. Mudou o país e, mais acentuadamente, o sistema de ensino brasileiro” (UNE, 2008a).

A partir dos elementos já apresentados é impossível atribuir à participação dos estudantes um caráter genérico e imutável, conferindo-lhe conteúdos e objetos permanentes. Porém, mesmo se organizando massivamente em casos esporádicos, e ainda que não configurem uma classe social específica, possuem intervenção na luta de classes em diversos momentos da história (TEZINI, 2006, p. 76).

Neste sentido, a juventude, de tempos em tempos, assume um papel transgressor. Podemos afirmar que os movimentos estudantis vêm tomando novas formas e assumindo novas reivindicações, “[...] afirma-se a soberania sobre lugares que antes eram vedados ao próprio olhar; revelam-se os segredos do território tornando públicos espaços que se identificavam cada vez mais com o privado; derrubam-se muros que separavam a universidade da rua e da praça” (BIANCHI, 2008, p. 89). Sobre os movimentos de ocupações de reitoria dos anos de 2007 e 2008, Movimento Passe-Livre¹², Bianchi afirmou que: “[...] o movimento estudantil

¹² O Movimento Passe-Livre iniciou-se na Bahia, mais precisamente no ano de 2003, onde estudantes foram às ruas de Salvador, para reivindicar e lutar contra os aumentos das tarifas de transporte coletivo. Com o aumento das tarifas em Florianópolis o Movimento Passe Livre (MPL), no ano de 2004, foi às ruas da capital catarinense reivindicar (INÁCIO, 2008, p. 10-11).

atual é um movimento de contestação e ressignificação dos lugares públicos que tem lugar nas ocupações, barricadas e bloqueios promovidos por esse movimento é um desafio à ordem que se impõe sobre o espaço e o tempo social” (BIANCHI, 2008, p. 89).

Percebemos a existência de diversas características dos movimentos estudantis, entre elas, o seu caráter mutável e a influência de partidos no interior destes movimentos. Tendo com objetivo deste trabalho, compreender a UNE e a luta de partidos que ocorre dentro da entidade, apresentaremos a seguir de forma sucinta a hierarquia da UNE e em seguida um breve histórico, do surgimento da entidade até o final do Governo FHC.

1.4 A hierarquia da UNE

A UNE, organismo de frente única dos estudantes brasileiros, conforme o seu estatuto “[...] é uma associação estudantil sem fins lucrativos, sem filiação político-partidária, livre e independente de órgãos públicos e governamentais, entidade máxima de representação de todos os estudantes de graduação dos estabelecimentos de ensino superior do País” (UNE, 1985, p. 1). Sobre as finalidades da entidade, em seu estatuto consta que:

Art. 2º - São finalidades da UNE

a) Congregar e representar os estudantes do Brasil, promovendo a sua união em torno da solução de seus problemas; b) Defender os interesses gerais dos estudantes e de cada um em particular; c) Manter relações e promover atividades conjuntas com associações congêneres, sempre que necessário e conveniente aos interesses e aspirações dos estudantes; d) Cooperar com as entidades representativas dos estudantes do ensino fundamental e médio, e também com as organizações juvenis do País; e) Incentivar as relações amistosas entre as organizações estudantis de todo o mundo; f) Pugnar em favor da gratuidade e melhoria do ensino no País; g) Lutar pela contínua adequação da Universidade às necessidades científicas, culturais, sociais e econômicas de nosso povo; h) Lutar pelo livre acesso à educação; i) Pugnar pela democracia e liberdade fundamental do Homem, sem distinção de raça, cor, nacionalidade, orientação sexual, convicção política ou religiosa; j) Defender os interesses coletivos e difusos dos estudantes brasileiros de nível superior (UNE, 1985, p.1).

O *site* da UNE, apresenta a hierarquia da entidades estudantis da seguinte maneira: no topo da estrutura encontra-se a OCLAE – Organização Continental

Latino-Americana e Caribenha dos Estudantes. Sobre a OCLAE, a UNE afirmou que:

[...] as entidades nacionais são diretamente filiadas à OCLAE, que representa os estudantes da América Latina e do Caribe. Sua sede fica em Cuba, na cidade de Havana, onde a UNE mantém um representante para elevar ao conhecimento da organização as lutas e bandeiras dos estudantes brasileiros. A sua influência também se dá através da participação em reuniões e congressos das entidades nacionais. Sempre na defesa da integração dos povos latino-americanos, a OCLAE promove atividades e ações para que outra América seja possível, livre do julgo e do neoliberalismo (UNE, 2008b).

Após a OCLAE, no Brasil, temos a UNE. Submetida à direção nacional da UNE, temos as UEE – União Estadual dos Estudantes. Nos estados existem as entidades de atuação regional, que coordenam as atividades estudantis no âmbito de cada estado, subordinadas, diretamente à UNE.

No interior das universidades temos os Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs), “[...] entidade que representa o conjunto dos estudantes dentro da instituição e possibilita a discussão sobre seus problemas e desafios, gerais ou específicos” (UNE, 2008b). Para cada curso deve existir o CA (Centro Acadêmico), entidade que representa os estudantes de um mesmo curso e possibilita o debate sobre os problemas gerais ou específicos. A organização estudantil pode assumir o nome de DA (Diretório Acadêmico) representando os estudantes de mais de um curso ou faculdade dentro da Universidade. As faculdades isoladas mantêm o DA com papel de DCE.

1.5 A UNE e a luta entre os partidos no interior da entidade (1920-2002)

Neste tópico, fundamentado no referencial teórico apresentado e na bibliografia levantada, apresentaremos um histórico da UNE com o intuito de visualizar as relações com os governos, as suas reivindicações e a luta entre partidos no interior da entidade.

A luta entre partidos no interior dos movimentos estudantis ocorre pelo peso destes na sociedade. Na sociedade contemporânea toda luta política consciente é uma luta entre partidos. Estas ocorrem visando à direção dos movimentos, a direção

de organismos de frente única, ou mesmo pela direção do Estado.

1.5.1 Da criação à fase harmoniosa (1920-1945)

Os anos de 1920 foram anos de profundas transformações, no cenário internacional e nacional. No Brasil foram fundadas as primeiras organizações que visavam impulsionar a luta dos trabalhadores. Influenciados pelas correntes progressistas da Europa (comunismo, socialismo e anarquismo), que se estabeleceram no país com a migração, nasceu o PCB, em 1922, na época, Partido Comunista do Brasil, que teve papel fundamental para a organização da juventude nesse período.

No primeiro congresso do PCB foi apresentada a necessidade de organizar a juventude. Esta tarefa começou a ser realizada no ano de 1927 quando o partido passou a organizar os filhos dos membros do partido. Posteriormente, a partir da orientação do membro da comissão central executiva do partido, Leôncio Basbaum, o PCB criou um organismo de juventude, a Juventude Comunista do Brasil, que pouco tempo depois passaria a se chamar Federação da Juventude Comunista do Brasil (MARIANI, 1998).

Na época da fundação do organismo 90% da juventude comunista era operária. Nesse período os filhos da classe trabalhadora trabalhavam em fábricas e somente os filhos da burguesia estudavam. Os operários se desenvolveram atendendo as orientações dos comunistas, anarco-sindicalistas, na luta contra a exploração do trabalho, aproximando-se desta forma dos estudantes. Portanto, as lutas da juventude eram igualmente as lutas da classe operária (MARIANI, 1998).

Junto com a ascensão de Getúlio Vargas, os anos de 1930 refletiram no Brasil a efervescência política mundial. O fascismo se fortaleceu influenciado pelo contexto internacional. A Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento liderado por Plínio Salgado, reunia no Brasil os adeptos e simpatizantes das propostas fascistas. Em contraposição havia a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que sob a direção do PCB, reuniu comunistas, socialistas e nacionalistas (ARAUJO, 2007, p. 33).

Em 1934, sob orientação da juventude comunista, aconteceu o primeiro congresso operário estudantil. Este congresso lançou os alicerces para a construção de uma entidade nacional de estudantes. Em 11 de agosto de 1937, na mesma

época que Getúlio Vargas suspendeu os direitos democráticos, perseguiu os comunistas e implementou a ditadura do Estado Novo, os jovens brasileiros construíram um instrumento de organização e expressão política, a UNE. A concretização deste objetivo iniciou quando a Casa dos Estudantes do Brasil (CEB) convocou o primeiro Conselho Nacional dos Estudantes, que deveria representar a CEB junto à Confederation Internationale des Étudiants, na Bélgica. Sobre o tema, Sanfelice relatou que:

Em 1932, após a visita de dois estudantes poloneses, que, impressionados com a atuação da Casa do Estudante do Brasil (CEB), convidaram-na a participar dos Congressos da Confederation Internationale des Étudiants, sediada em Bruxelas. Atendendo também a uma exigência estatutária, a CEB resolveu convocar e eleger uma diretoria para o seu Conselho Nacional dos Estudantes, com o qual pretendia fazer-se representar internacionalmente como a União Nacional dos Estudantes. A UNE seria, assim, um órgão da CEB e a presidência da UNE seria exercida pela presidente da CEB, cargo vitalício ocupado pela sra. Ana Amélia Carneiro de Mendonça, juntamente com o presidente do seu Conselho Nacional de Estudantes (1986, p. 14).

Importante lembrar que antes de 1937 as entidades estudantis brasileiras não dispunham de expressividade nacional, e não foram poucas as tentativas de unificar o conjunto dos estudantes (SANTOS, 2007, p. 22). José Gomes Talarico, primeiro presidente da Confederação Brasileira dos Desportos Universitários (CBDU), em entrevista a *Revista UNE*, relatou alguns fatos sobre a criação da UNE:

Em 1929, há o Concurso Mundial de Beleza, no Rio de Janeiro, onde foi eleita a gaúcha Iolanda Pereira. Mas era uma época de crise internacional, com desdobramentos muito sérios a nível nacional. Esse concurso foi patrocinado pelo governo, o que acarretou uma reação da população, que vivia uma situação de desemprego e de miséria. As moças vão a São Paulo. Lá, nós fizemos uma passeata de protesto, utilizando carros de lixo, conduzidos por burros, e em cada um deles, fantasiávamos uma miss [...]. É claro que fomos presos pela polícia, o que acabou nos transformando em heróis, já que o pátio do colégio, onde era a Central de Polícia, foi invadido por mais de três mil pessoas, que pediam a nossa libertação. Esse, portanto, foi mais um ato acadêmico, que mostra como agia a estudantada da época. [...] Na mesma época do episódio das misses, os estudantes do Rio de Janeiro também protestaram e elegeram uma Miss Acadêmica, indo buscar uma figura exponencial da sociedade, que era Ana Amélia Carneiro de Mendonça. Lisonjeada com a escolha, ela acaba fundando a Casa do Estudante do Brasil, que se propunha a receber o estudante pobre, que vinha de outro estado, dando-lhe a ajuda necessária. E com isso, ela acaba se empolgando pelo problema universitário e transformou a Casa do Estudante do Brasil a representação máxima, ou nacional, da estudantada (BARCELLOS, 1997, p. 12).

A partir do que foi exposto, podemos entender que as manifestações dos estudantes que deram base à organização de uma entidade nacional, fazem parte do quadro de insatisfação face aos efeitos da crise de 1929 e dos problemas vivenciados pelos jovens universitários pobres. Mas é preciso destacar que existem polêmicas em relação ao ano de criação da entidade. De um lado Poerner, refere-se ao ano de 1937, como ano de fundação da entidade, resultado do 1º Conselho Nacional instalado pelo Ministro da Educação do período, Gustavo Capanema, na Casa dos Estudantes do Brasil, no Rio de Janeiro (POERNER, 2004, p. 119). Por outro lado, para os militantes do PCB da época, como Irum Sant'Anna, a UNE criada em 1937 não representou a posição dos estudantes do Brasil. Para Sant'Anna a entidade foi criada em 1938 após o 2º Conselho Nacional de Estudantes. Por sua vez, os militantes do PCB reivindicaram 1938 como marco de criação da UNE, pois somente ao final do 2º CNE que os estudantes demonstraram a disposição de participar dos debates dos grandes temas nacionais (ARAUJO, 2007, p. 25). A contraposição da criação da UNE se instalou, pois o apoio ministerial dado à entidade resultava na criação de uma entidade despolitizada que permitiria o controle, por parte do governo autoritário, dos estudantes.

No ano de 1938, com a nova diretoria eleita, a presidência foi assumida pelo estudante mineiro, José Raimundo Soares. Os estatutos da nova entidade só seriam concluídos cinco dias depois da fundação da entidade, na primeira assembléia do Conselho Nacional dos Estudantes, realizada em 16 de agosto do mesmo ano. A UNE instalou sua sede e secretaria na Casa do Estudante do Brasil. Sobre o processo de aprovação do estatuto que delimitou os objetivos, a organização e o funcionamento da entidade constituída, em matéria do *Correio da Manhã* constava que:

Em 16 de agosto, em nova sessão da primeira assembléia do Conselho Nacional dos Estudantes, saíram, afinal, concluídos e aprovados, os estatutos, pelos quais o Conselho ficou sendo organizado com representantes iguais de todas as associações e centros de estudantes do país, tendo por finalidade principal a representação oficial dos estudantes brasileiros. A imprensa do dia seguinte forneceu maiores detalhes sobre o novo órgão: "Será dirigido por uma comissão executiva, auxiliada por uma secretaria nacional, com sede na capital federal, e secretarias estaduais. A comissão executiva será formada de um presidente e dois vice-presidentes,

eleitos pelo sistema rotativo, com relação aos Estados. O Conselho Nacional se reunirá, anualmente, em sessão plena, em pontos alternados do país, com representantes de todas as associações acadêmicas nacionais (Correio da Manhã, ago/1937 *apud* POERNER, 2004, p. 124).

Além disso, o 2º CNE contou com representantes de cerca de oitenta associações estudantis que debateram em torno de 60 teses em 13 plenárias. E a partir dos debates ficou estabelecida a necessidade de questionar e discutir os temas políticos do país, desde os mais gerais, como a implantação da siderurgia, a luta contra o analfabetismo, até as questões mais específicas concernentes ao ensino universitário (SANTOS, 2007, p. 26). Como afirmou Poerner, “[...] várias teses são apresentadas, e já se fala no ensino popular obrigatório e criação das Cidades Universitárias” (2004, p. 132).

Para Barcellos, com a nova postura assumida pela UNE os atritos com a CEB passam a ser freqüentes, levando ao rompimento definitivo no início dos anos 1940, quando os membros da direção da entidade são intimados a deixarem a casa, através de carta da então presidente da CEB, Ana Amélia Carneiro Mendonça (BARCELLOS, 1997, p. 10). Este período ficou marcado por enormes dificuldades financeiras para encaminhar as atividades em face da perda do apoio material e administrativo da CEB (SANTOS, 2007, p. 26).

A UNE, nesse período, para José Gomes Talarico, foi sustentada pelo entusiasmo de alguns estudantes, a maioria deles ligados ao PCB. Como mencionamos, a juventude do PCB teve um papel muito importante em todo este processo, pois havia uma atuação direta do partido, junto à liderança estudantil (BARCELLOS, 1997, p. 13).

A principal campanha, no ano de 1938, foi a denúncia do nazifascismo. Esta posição se confrontou com a conhecida simpatia de Getúlio Vargas pelos países do Eixo. Araújo apontou uma relação contraditória entre a UNE e a ditadura do Estado Novo:

A UNE estava inteiramente de acordo com o que estipulava o Estatuto das Universidades Brasileiras, por isso os dirigentes da UNE tinham seu direito de representação assegurado. Mas a liderança da UNE era composta por muitos estudantes comunistas ou simpatizantes do PCB – num governo que perseguia, prendia e torturava os comunistas. Daí a ambigüidade e a contradição intrínseca das relações entre UNE e o Estado Novo (2007, p. 41).

Ou seja, ao mesmo tempo em que realizava perseguições e aprisionamento de militantes comunistas, o Estado Novo procurou manter o diálogo com a UNE. A entidade não sofreu perseguições políticas em esfera federal porque não foi identificada com o partido político. Não era possível caracterizá-la como órgão “extremista”, já que durante o período de cerceamento da liberdade política, com a juventude comunista na ilegalidade, cresceram as organizações estudantis que mantinham apenas pautas específicas. Nos Estados, os DOPS podiam atuar contra os estudantes, como ocorreu em São Paulo, neste período.

Sobre as universidades é importante salientar que o Brasil, do final dos anos de 1930 começou a viver um processo de crescimento do ensino universitário. A criação de universidades bem sucedidas e consolidadas no país foi concretizada no ano de 1920, no governo de Epitácio Pessoa, por meio do decreto 14.343 de 07 de setembro do mesmo ano (RANIERI, 1994, p. 74). Tal decreto criou a Universidade do Rio de Janeiro (FÁVERO, 1999, p. 17). Outras universidades foram criadas anteriormente, porém tiveram vida curta e não se consolidaram.

Pouco a pouco estas universidades dissolveram-se, sendo novamente criadas anos mais tarde. A Universidade de São Paulo foi criada em 1934, ano em que foi criada a Universidade de Porto Alegre, e em 1937 foi criada a Universidade do Brasil. Na década de 1940 houve um novo impulso na criação de novas universidades em vários estados do país, sempre a partir da reunião das antigas e tradicionais faculdades de Direito, Medicina, Engenharia, Agronomia, Veterinária e Filosofia. As faculdades de Filosofia congregavam os cursos de Filosofia, Letras, História e Geografia.

Sobre a UNE, no ano de 1939, conforme Poerner, depois de ser despejada da sede da Casa do Estudante do Brasil, a primeira diretoria da UNE “[...] passou a coordenar, com poucos recursos, a vida e as atividades das organizações espalhadas pelo país, procurando dar a esse movimento e a essas atividades um cunho de unidade e um sentido nacional” (POERNER, 2004, p. 131). Apesar dos poucos recursos, a entidade não deixou de crescer no meio estudantil, tornando-se mais representativa, tendo neste período 84 associações filiadas (POERNER, 2004, p. 131).

Ainda em 1939 ocorreu o 3º Congresso Nacional de Estudantes que, entre outras medidas, criou a carteira única do estudante. Para Santos, nesse período, a UNE:

[...] procurava manter um bom relacionamento com o Ministério da Educação, apresentando-lhes as resoluções do 2º Congresso, colocando o Ministro a par das proposições estudantis ao tempo que se colocava à disposição na cooperação da reforma geral do ensino, à época em fase de elaboração, como também na solução das questões estudantis (2007, p. 28-29).

Em 1940, com o PCB na ilegalidade, principal partido de esquerda atuante na UNE, e seus militantes sendo perseguidos, os jovens militantes partidários buscaram reconstruir o partido e criar a juventude comunista como órgão mais amplo, que cuidaria de esportes, diversão e dos interesses dos jovens em geral. Na luta pela idéias, a juventude progressista baseava-se no marxismo e sob esta orientação escreveu seus próprios textos, adaptados a realidade brasileira.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, período em que a juventude do partido comunista encontra-se desmantelada e buscando a sua reorganização, a UNE dirigiu a sua primeira “mensagem de paz” intitulada *À Mocidade do Brasil e das Américas*. Para Santos “[...] a mensagem pacifista demonstra a visão ingênua e romântica do movimento estudantil da época, mas não impede de desencadear, posteriormente, uma forte campanha contra os países do Eixo, encabeçadas pelas lideranças estudantis” (2004, p. 29).

Ainda no ano de 1940, foi realizado o 4º Congresso Nacional dos Estudantes, instalado solenemente sob a presidência do Ministro da Educação. O congresso contou com a presença de 123 associações estudantis e mais 23 filiações, no qual Luis Pinheiro Paes Leme foi eleito o novo presidente. Sua posse teve como comemoração um banquete oferecido pelo Ministro da Educação. Além disso, o Congresso fundou o Teatro da UNE, e reformulou os estatutos da entidade, “[...] distinguindo as associações estudantis em representativas, culturais, esportivas, femininas e assistenciais” (POERNER, 2004, p. 140).

No ano de 1942, a UNE organizou a ocupação do prédio onde funcionava o Clube Germânia, na Praia do Flamengo, 132, com o consentimento do governo federal, local onde passou a funcionar a histórica sede da UNE. Neste mesmo ano

aconteceu o 5º Congresso da UNE ou 5º Congresso Nacional dos Estudantes. Tal congresso foi o primeiro que contou com a participação de dois membros de cada associação estudantil, totalizando cerca de 300 estudantes presentes (POERNER, 2004, p. 152). A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial constituiu o principal objeto das atenções neste congresso.

Durante este congresso, ocorreram lutas políticas entre duas forças pela direção da UNE. Uma das tendências representava, para Poerner, o núcleo conservador. Os estudantes, “[...] que não perfilavam com a maioria, lançaram a candidatura de Sebastião Pinheiro Chagas, de tradicional família mineira” (POERNER, 2004, p. 152). Esta tendência contava com o apoio do Ministro de Guerra, Eurico Gaspar Dutra e do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, em oposição à gestão em vigor. A outra tendência era a situacionista, representada por Hélio de Almeida. Esta tendência conquistou a vitória, pois “[...] já vinha desempenhando grande liderança entre os estudantes, sobretudo nas campanhas em prol dos Aliados, no período da guerra, e que contava com o apoio do Ministro Osvaldo Aranha, que inclusive se fez presente na Sede da Praia do Flamengo” (SANTOS, 2007, p. 32). A gestão de Hélio de Almeida manteve a proximidade com o governo federal, contribuindo para os planos das campanhas nacionais.

Nesse período parte dos fundos da UNE vinham do MEC, como afirmou Hélio de Almeida em entrevista a Revista UNE: “Nós recebíamos, se não me engano, duzentos contos de donativo do MEC” (BARCELLOS, 1997, p. 21). Ainda no ano de 1942, através de decreto-Lei nº 4.105/42, a UNE passou a ser reconhecida como entidade representativa nacional dos estudantes.

Entre 1944 e 1945, perto do fim da Segunda Guerra Mundial, parte significativa dos estudantes passaram a integrar a luta pelo restabelecimento do Estado de Direito e pela Anistia. Ainda nesse período o governo orientou a criação da Juventude Brasileira (JB), uma organização de tendências fascistas para disputar politicamente a juventude brasileira com a UNE. Para Santos os estudantes, ao ameaçar o desencadeamento de uma greve geral, pediram a revogação da portaria de criação da nova organização. A JB, depois de muitos incidentes com a UNE, acabou sendo desativada (SANTOS, 2007, p. 33-34). Hélio de Almeida, em depoimento a *Revista UNE*, relatou como se deu esse processo de desativação da

JB:

À vista dos fatos, enviei uma carta ao Ministro da Educação, dizendo-lhe de minha surpresa e contrariedade por ter ele agido deslealmente para com os universitários brasileiros. Portanto, sentia-me, a partir de então, sem condições de continuar parlamentando com o Ministro, razão por que dispunha naquele dia meu cargo de presidente da UNE nas mãos de meus colegas de diretoria. Inúmeras mensagens de todos os pontos do Brasil passaram a chegar à UNE, solidarizando-se comigo e propondo uma greve geral de universitários [...]. Após pensar detidamente o Ministro Capanema disse que estaria disposto a revogar a portaria sob uma única condição: a não volta minha à presidência da UNE [...]. Se tínhamos condições de fazer desaparecer para sempre a tal Juventude Brasileira, o preço da minha não volta à presidência da UNE era, a meu ver, um preço muito barato. Isto porque ninguém poderia impedir-me de continuar frequentando a sede da UNE e trabalhar da mesma maneira com todos os meus colegas (BARCELLOS, 1997, p. 22).

Durante esse período o governo federal procurou cooptar os estudantes, patrocinando excursões aos estados e também ao exterior, com contribuição financeira para UNE. Diante desta relação, segundo Santos, alguns centros acadêmicos de São Paulo e o presidente da CBDU, levaram como proposta ao Conselho Universitário de São Paulo a indicação de conceder ao presidente Vargas o título de *Doutor Honoris Causa* (SANTOS, 2007, p. 34). Estudantes de direito, liderados pelo Centro Acadêmico XI de Agosto, organizaram uma manifestação contra a homenagem que a UNE concederia a Getúlio Vargas. Esta manifestação desenrolou-se em uma greve na Faculdade de Direito de São Paulo, desdobrando em outros atos que resultaram em enfrentamentos físicos.

Além dos enfrentamentos entre getulistas e antigetulistas, nesse período os estudantes estavam envolvidos com o plano nacional pós-guerra, nas campanhas pela anistia e pela democratização do país. E com o assassinato do estudante Demócrito de Souza Filho, primeiro-secretário da UNE de Pernambuco, em comício pró-candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes:

Os estudantes, que até então, desenvolviam uma política “harmoniosa” em relação ao governo de Getúlio, deram por encerrada essa trégua com o governo, no comício marcado para o dia 08 de março, em que a UNE mobilizou estudantes, políticos e trabalhadores, contra o Estado Novo (SANTOS, 2007, p. 36).

De acordo com Poerner, concluiu-se nesse momento a relação “harmoniosa” entre entidade e o governo de Getúlio Vargas (2004, p. 163).

1.5.2 UDN, PSB e a repressão aos movimentos estudantis (1945-1956)

Getúlio Vargas, diante das pressões sociais e com o objetivo de se manter no poder, passou a organizar o retorno ao regime democrático. Nesse período foram criados o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O PSD articulou antigos interventores ligados a Getúlio Vargas; o PTB reuniu as lideranças sindicais formadas durante o Estado Novo. Outro partido foi criado pelos opositores de Getúlio: a União Democrática Nacional (UDN), partido de tendência liberal, politicamente conservador. De 1945 a 1964 esses três partidos deram a tônica à política brasileira, exceto na direção dos movimentos estudantis (ARAÚJO, 2007, p. 49).

Porém, o mesmo que uniu a juventude acabou cindindo sobre a mesma. O PCB, depois de anos de enfrentamentos com o Estado Novo, mudou a sua posição sobre Getúlio Vargas. Luís Carlos Prestes, líder comunista libertado com a anistia, passou a apoiar Getúlio Vargas, com vistas à democratização. Diante do apoio de Prestes a Getúlio um número expressivo de estudantes passou a se organizar na recém-fundada UDN (SANTOS, 2007, p. 36).

A nova visão do PCB “[...] enfatizava o caráter popular e desenvolvimentista do projeto getulista e encarava como prejudicial aos interesses dos trabalhadores a vitórias dos adversários de Getúlio” (ARAÚJO, 2007, p. 50). Os dois principais candidatos às eleições de 1945 foram militares: general Eurico Gaspar Dutra (PSD e, mais tarde com a adesão do PTB) e o brigadeiro Eduardo Gomes (UDN). A vitória de Dutra resultou em repressões aos movimentos estudantis. Para Santos “[...] este processo reaproximou os estudantes udenistas e comunistas contra o violento policialismo do governo federal” (2007, p. 36).

De 1947 a 1950 a UNE foi dirigida por militantes do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Nesse período a entidade destacou-se na luta pela defesa do patrimônio territorial e econômico do Brasil, tendo como maior expressão a campanha *O petróleo é nosso*. De forma sucinta, esta campanha se opunha à concessão das jazidas petrolíferas para a exploração de empresas estrangeiras. Para Santos, este período:

[...] inaugura a perspectiva nacional progressista, pelas reivindicações de caráter econômico nacional e se caracteriza também pela violenta repressão policial do governo federal sobre os estudantes. Vale ressaltar, ainda, que é no referido período socialista que a UNE se baseia para uma de suas maiores lutas do período, defesa da gratuidade do ensino universitário (2007, p. 38).

Ainda no ano de 1947, o PCB novamente entrou na ilegalidade e seus representantes eleitos tiveram seus mandatos cassados. Mesmo diante dessa conjuntura a juventude comunista permaneceu se organizando clandestinamente e passou a se chamar União da Juventude Comunista (UJC). Essa segunda fase da juventude comunista é marcada por duas grandes iniciativas: a campanha pela paz, contra o envio de tropas brasileiras a Guerra da Coréia e a campanha *O petróleo é nosso*, que contribuiu para a criação da Petrobrás.

Este período foi marcado pelo aumento da repressão. Em 1948 ocorreu a primeira invasão da sede da UNE, pelo esquema policial do governo, por conta do Congresso da Paz e do protesto realizado contra o aumento no valor cobrado na passagem dos bondes. No ano de 1949, ocorreu o 12º Congresso da UNE e contou com massiva presença da juventude ligada a UDN. Para Poerner:

Os estudantes reacionários compareceram decididos a ganhar, de qualquer maneira, as eleições, trazendo consigo, para isso, uma organização fascista, disposta, inclusive a recorrer à força física [...]. Integrava essa entidade, entre outros, o estudante Paulo Egydio Martins, ministro da Indústria e do Comércio no governo Castelo Branco e futuro governador de São Paulo, quando reprimiu, com violência, o movimento estudantil (2004, p. 165).

Rogê Ferreira foi eleito presidente da UNE, porém renunciou ao mandato antes de concluí-lo, assumindo José Frejat, encerrando o período em que militantes do PSB foram a direção da UNE.

O período de 1950 a 1956 representou, nas palavras de Poerner, “[...] a fase de domínio direitista da UNE”, quando foi eleito presidente da UNE, o estudante mineiro, Olavo Jardim Campos, fortemente apoiado por Paulo Egydio (POERNER, 2004, p. 166). Nesse contexto, a direção da entidade estava nas mãos de estudantes que se identificavam com as propostas da UDN. Para Araujo, “[...]”

poderia ser considerado um fato estranho, pois de uma forma geral, ao longo de sua existência, a UNE sempre foi associada às correntes de esquerda presentes no movimento estudantil brasileiro” (ARAUJO, 2007, p. 79). Importante dizer que a articulação de Paulo Egydio para levar os estudantes udenistas à direção da UNE, em 1950, valeu-se da campanha feita por Lacerda contra o governo de Getúlio Vargas. Porém, Vargas, nos anos de 1950 retornou a presidência do Brasil.¹³

A principal característica da UNE deste período, sob a direção da UDN, foi a ênfase nos problemas específicos, pois os udenistas discordavam da ênfase que a entidade dava às questões nacionais em detrimento das específicas. Os udenistas concentraram suas atenções na obtenção de empregos públicos, favorecendo o crescimento dos estudantes democráticos.

No início dos anos de 1950, com a UJC na ilegalidade e a UNE sendo dirigida pela UDN, a UBES e as Uniões Estaduais dos Estudantes (UEE) representaram instrumentos importantes de manifestações políticas. As UEEs impulsionaram os estudantes na campanha *O petróleo é nosso*. Já o movimento secundarista realizou diversas campanhas, a exemplo das jornadas contra o aumento dos bondes, pelo direito dos estudantes a pagar meia passagem nos transportes e meia entrada nos cinemas entre outros (ARAUJO, 2007, p. 73).

Araujo asseverou que em relação ao movimento estudantil secundarista havia uma característica especial, pois “os estudantes poderiam participar do movimento somente durante alguns meses do ano, pois tinham um calendário rígido de provas, encarar um número muito grande de matérias, procurar emprego, entre outros” (2007, p. 73). Sendo assim, foi fundamental o apoio de grupos e partidos políticos, como os comunistas ligados a UJC, os socialistas e os católicos, que deram suporte e estabilidade aos estudantes.

1.5.3 As tendências católicas na direção da UNE (1956-1964)

Em 1956, dois anos após o suicídio de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek foi eleito presidente da República, inaugurando uma fase de maior liberdade política no país. Ao mesmo tempo, o PCB sofria um processo de divisão interna, após as

¹³ Na década de 1950 teve início o processo de federalização das universidades que passaram para o âmbito da autoridade federal e ganharam a designação de Universidades Federais.

denúncias realizadas por Krushev, no 20º Congresso do PCUS¹⁴. Isso contribuiu para que a UJC tivesse suas atividades encerradas em 1958.

José Batista de Oliveira Junior foi eleito no ano de 1956 presidente da UNE. Em sua gestão ocorreu a formação da União Operária Estudantil contra a Carestia, resultado da greve contra o aumento das tarifas dos bondes.

Como presidente da UNE, José Batista de Oliveira Junior promoveu um amplo movimento de politização estudantil, abalando, assim, o controle que o Ministério da Educação e Cultura exercia no que diz respeito a esse aspecto. Sua gestão assinalou, também, a formação da primeira frente única de católicos e comunistas no movimento estudantil, autêntica precursora do pensamento ecumênico em nosso país (POERNER, 2004, p. 170).

No ano de 1957, foi eleito Marcos Heusi. Este deu amplitude ainda maior às características da nova fase da entidade, cumprindo o programa nacionalista da UNE. Ainda no ano de 1957, para Fávero, a UNE começou a luta pela Reforma Universitária ao realizar o 1º Seminário de Reforma do Ensino, espaço em que os estudantes discutiram a democratização do ensino (1999, p. 89). Para Pelegrini:

Através de uma análise crítica da realidade nacional que assinalava o caráter dependente do capitalismo brasileiro, a entidade via na LDB uma concepção liberal-burguesa que não atendia às prioridades nacionais e mantinha a estrutura elitista e antidemocrática da universidade brasileira (1998, p. 32).

Em 1958, o baiano Raimundo Eirado substituiu Marcos Heusi na presidência da UNE. Na gestão de Eirado:

¹⁴ Em 24 de fevereiro de 1956 o então secretário-geral do Partido Comunista da URSS, Nikita Krushev, realizou um discurso durante o 20º Congresso da organização, que causaria profundo abalo na política soviética e no movimento comunista internacional. No discurso, Krushev denunciava os abusos cometidos por Josef Stalin. O discurso foi pronunciado numa "sessão secreta" do congresso. Só os delegados presentes ao encontro puderam ver e ouvir, ao vivo, um relatório minucioso dos crimes cometidos por Stalin à frente do Governo. O ex-dirigente foi acusado de ter "violado a legalidade socialista" e desenvolvido a prática do "culto à personalidade", contrário aos princípios leninistas. Krushev citou nominalmente as lideranças do PC que foram executadas nos famosos processos de Moscou, na década de 30, apontou as violências praticadas pela polícia política, os erros estratégicos de Stalin durante a guerra contra o nazismo e seu comportamento quase paranóico depois da guerra até sua morte, em março de 1953. O teor explosivo das denúncias de Krushev causaram perplexidade nos dirigentes comunistas de todo o mundo, que chegaram a duvidar de sua existência. Confirmado seu conteúdo, porém, o relatório provocou crises profundas nos PCs ocidentais. No Brasil, o PCB, que registrava 200 mil militantes em 1947, só contava com 4.500 num levantamento feito em 1957. Ver mais em Folha de São Paulo, 1987. Disponível em <http://almanaque.folha.uol.com.br/mundo_03nov1987.htm> Acesso em 02/02/2011.

A ação do movimento estudantil, através da UNE, volta a mostrar o seu vigor de tempos atrás. Os estudantes mobilizam-se contra o então superintendente do BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Roberto Campos, que desejava que o Brasil assinasse o Acordo de Raboré¹⁵ (BARCELLOS, 1997, p. 38).

Como afirmou Barcellos, a UNE voltou a mostrar vigor para mobilizar a juventude. Mudanças também ocorreram na direção da entidade. De 1959 a 1964 a UNE passou a ser dirigida por novas tendências políticas: as tendências católicas. Grupos especialmente voltados para a juventude foram criados no interior do movimento nacional da Ação Católica, movimento nacional inspirado na nova orientação da Igreja Católica após a encíclica *Rerum novarum*. Faziam parte da Ação Católica a Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC).¹⁶

Em 1960 assumiu a presidência da UNE, Oliveiro Guanais. Em sua gestão foi iniciado o projeto de criação de um centro popular, que logo depois viria a ser o Centro Popular de Cultura (CPC), que só no ano seguinte se efetivaria. De acordo com Barcellos, o CPC “[...] foi uma feliz união de artistas vinculados ao PCB, com estudantes pertencentes à Ação Popular, uma feliz conveniência que deu muito certo” (1997, p. 52). Para Fávero, a partir deste momento, os estudantes passaram a relacionar as reivindicações de caráter pedagógico à luta política. Alguns fatos evidenciam esta relação:

a) em 1960, sob a presidência do baiano Oliveiro Guanais, são criados o Centro Popular de Cultura e o Centro de Estudos Cinematográficos, com a finalidade de discutir a significação da arte na vida social brasileira. Entre novembro de 1961 e janeiro de 1962, agora na gestão de Aldo Arantes, o setor de cinema da UNE dedica-se à produção do filme intitulado *Cinco Vezes Favela*. b) ainda no ano de 1960, ocorre fato significativo: a greve dos estudantes de Salvador, entendida como uma das primeiras denúncias, por parte desse segmento, da existência de uma crise na universidade brasileira (FÁVERO, 1995, p. 28-29).

¹⁵ “Bob Fields”, como era conhecido por suas ligações com os interesses estrangeiros, pleiteava gastos da Petrobrás com o único intuito de atender as necessidades da *Gulf Petroleum Co.*, na Bolívia. A denúncia e as pressões foram de tal ordem que o presidente Juscelino Kubitschek mandou demitir Roberto Campos (BARCELLOS, 1997, p. 38).

¹⁶ No interior da JUC, já no final dos anos de 1950, começou a se desenvolver uma corrente de esquerda forte e politizada. Araujo diz que “essa corrente passou a atuar no movimento estudantil nacional, com forte influência nas articulações e decisões da UNE” (2007, p. 96).

Durante a gestão de Guanais ocorreu a primeira greve estudantil, realizada em Salvador, que somado ao resultado do 1º Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior, desencadeou a campanha pela reforma universitária, entendida como a luta pela democratização, por todo o país.

No 24º Congresso da UNE, ocorrido em Niterói no ano de 1961, o goiano Aldo Arantes, foi eleito presidente, tendo como vice Roberto Amaral, do PCB, marcando a ascensão católica na direção dos movimentos estudantis. Em sua gestão nasceu a UNE Volante, uma caravana estudantil organizada para impulsionar as reformas de base e a reforma universitária. Por ocasião de sua vitória à presidência da UNE, diante do rápido crescimento da tendência católica entre os estudantes, e a progressiva radicalidade que esta tendência assumiu nos movimentos estudantis, a Igreja Católica rompeu com o movimento liderado por Arantes. Com o rompimento Arantes, fundou a Ação Popular (AP), uma dissidência da JUC (SANTOS, 2007, p. 45). Cresceu, nesse período também, o predomínio da Ação Popular (AP) no meio estudantil (POERNER, 2004, p. 174).

A AP foi criada, pois seus membros sustentavam que não existia, no Brasil, um partido revolucionário, que cumprisse os seguintes requisitos: “1) existência de uma ideologia verdadeiramente revolucionária; 2) ação de presença constante junto à massa; 3) real participação, no partido, de militantes da extração social dominada” (POERNER, 2004, p. 173). De acordo com o pensamento da AP, os grupos existentes seriam, então, pré-revolucionários, e tenderiam a se unir, através do trabalho político de agitação, numa entidade autenticamente revolucionária (POERNER, 2004, p. 173). Estas divergências ficam explícitas em trecho da entrevista de Aldo Arantes a *Revista UNE*:

A JUC tinha, na época, uma concepção revolucionária. Era uma posição mais radical do que a do Partidão. Do ponto de vista da formulação política e teórica era a formulação da questão da revolução. Tanto que nos Seminários de Reforma Universitária, há uma colocação clara da necessidade da revolução, como caminho para resolver, em profundidade, a questão da Universidade. A Universidade é colocada dentro de um contexto mais geral do processo de Revolução Brasileira. Agora, isso se expressava na luta cotidiana. Quer dizer, a política da JUC era mais radical, tinha uma postura mais crítica e mais independente em relação ao governo, e por outro lado, o método de ação política era de um vínculo maior com as bases. Isso fica bem caracterizado na minha gestão, não só pela ênfase

colocada na luta pela Reforma Universitária, e pelas Reformas de Bases, mas também pelo método de procurar estabelecer uma discussão, em profundidade, com as bases do movimento estudantil. O que aconteceu, basicamente, através da UNE Volante e do CPC (BARCELLOS, 1997, p. 50).

Mesmo com críticas aos partidos de esquerda brasileiros, a gestão de Aldo Arantes foi marcada pela unidade da Ação Popular com o PCB. Além dos embates entre as tendências e partidos, a gestão de Arantes foi marcada pela defesa de João Goulart e pela implementação de uma reforma do ensino superior, impulsionando a organização dos estudantes.

Ainda em 1961, surgiu a Organização Revolucionária Marxista (ORM), que se tornou mais conhecida pelo nome da revista que publicava: Política Operária (POLOP). Esta organização acusava o PCB de reformista e rejeitava a proposta de aliança com a burguesia nacional e sua estratégia de uma etapa democrática para a revolução brasileira.

Com a renúncia do presidente Jânio Quadros ocorreu a disputa pela legalidade da posse de João Goulart à Presidência da República. A UNE, apoiando a legalidade, contribuiu para garantir a posse do vice-presidente João Goulart. Depois de garantida a posse o então presidente visitou a sede da UNE, com objetivo de agradecer pessoalmente o apoio recebido dos estudantes. Sobre a visita do presidente João Goulart a sede da UNE, Arantes disse que:

[...] o fato é que estava tão cheia a sede da UNE, que falei em pé, em cima de uma mesa grande, desrespeitando todo e qualquer cerimonial. O que era totalmente inusitado. Afinal, eu estava diante do presidente da República [...]. Eu, então, me dirijo ao presidente da República, dizendo que o apoio estudantil, à sua posse, representava uma posição em defesa da democracia, em defesa do seu mandato, mas que, naquele momento, eu queria falar como representante do povo brasileiro, para exigir que ele cumprisse os compromissos assumidos (BARCELLOS, 1997, p. 45).

Após a posse de João Goulart e na esteira de suas Reformas de Base, mobilizando jovens estudantes do Brasil, a UNE realizou três grandes encontros denominados de Seminário Sobre Reforma Universitária, na Bahia, no Paraná, e em Minas Gerais. Os seminários clamaram por uma universidade a serviço do povo brasileiro. Para Santos, os seminários sobre a reforma universitária, baseados nos

ideais da juventude de Córdoba¹⁷ do início do século XX, resultaram em dois documentos que embasaram toda a história do movimento em defesa da reforma universitária daquele período. São eles: a *Declaração da Bahia* e a *Carta do Paraná* (SANTOS, 2007, p. 61). Sobre a *Declaração da Bahia*:

[...] é considerado como um documento de transição do movimento estudantil, na medida em que a partir dele os estudantes passaram a conceituar e planejar suas ações [...]. É um documento de cunho ideológico que anuncia simpatia pela revolução, defendendo a luta em defesa da justiça e da igualdade, ao tempo que se combate a exploração capitalista. O impulso que é dado à atenção dispensada à universidade e a situação brasileira, marca esse documento como de grande avanço para o movimento estudantil (SANTOS, 2007, p. 61).

A *Declaração da Bahia* foi um marco para o movimento estudantil, pois ultrapassou a luta pelos problemas exclusivos da juventude, entendendo estes, como parte dos problemas gerados pelo capitalismo. As lutas, neste documento, deveriam estar pautadas na necessidade da transformação da sociedade, diante da exploração capitalista. Sobre a *Carta do Paraná*:

O segundo Seminário sobre Reforma Universitária conseguiu atingir o objetivo ao qual havia se proposto, dentro da mesma linha anticapitalista e revolucionária. A maior inovação apontada pela Carta do Paraná reside, contudo, em sua terceira parte, onde expõe o seu “esquema tático de luta pela Reforma Universitária”, mediante a polêmica inclusão desse objetivo entre as chamadas “reformas de base”, cuja discussão aflorava ao primeiro plano de vida nacional com o Governo João Goulart (SANTOS, 2007, p. 62).

Dos seminários realizados de 1961 a 1963, dentre os principais pontos destacamos: democratização do ensino, com amplo acesso da população em todos os níveis e a abertura da universidade para o povo e às classes trabalhadoras; as universidades deveriam estar a serviço do povo, para o crescimento nacional, tanto politicamente como culturalmente; extinção da cátedra vitalícia; substituição do vestibular, considerado elitista e discriminador; insistência nas verbas para a educação; participação dos estudantes nos órgãos colegiados (ARAUJO, 2007, p.

¹⁷ Em 1918, na província de Córdoba, Argentina, nasceu um forte movimento de massas em defesa da autonomia universitária, pela participação dos estudantes nos conselhos superiores e por concurso para professores. Para Bianchi “o movimento de Córdoba definiu para a América Latina um paradigma de universidade pública, laica e democrática, co-gerida por estudantes e professores, independente da Igreja e do Estado e aberta aos problemas de sua época” (2008, p. 26).

105).

Nesse sentido, os movimentos estudantis procuraram pensar a Reforma Universitária “[...] como parte integrante das reformas de base, como parte integrante de um processo de transformação de estruturas socioeconômicas mais gerais, como uma alavanca para o desenvolvimento do país” (ARAUJO, 2007, p. 106). Os estudantes, para Barcellos, pretendiam fazer da universidade a expressão das necessidades sociais do povo, a negação de qualquer dogmatismo e uma frente cultural ativa na revolução brasileira (1997, p. 39).

Ainda na gestão de Aldo Arantes ocorreu, segundo Poerner, a ação concreta pela reforma universitária (2004, p. 179). Os estudantes exigiam a participação, com direito a voto, nos órgãos colegiados de administração da universidade, na base de um terço (SANTOS, 2007, p. 50). Em defesa desta reivindicação, os estudantes iniciaram em julho de 1962 “a greve do 1/3”. Foi uma greve de proporções inusitadas até então, em que chegou a paralisar mais de 90% das universidades do país, inclusive as particulares. Aldo Arantes sobre a reivindicação do 1/3, enquanto tática de luta relatou que:

Com ela exigia-se a participação dos estudantes nos órgãos colegiados, no sentido de criar um equilíbrio de forças dentro da universidade: 1/3 seria de estudantes, 1/3 de professores e outro 1/3 de professores recém-eleitos. Era, no fundo, uma tentativa de aliança política entre os professores novos e os estudantes, voltada contra os professores estratificados, contra a velha mentalidade dos catedráticos, visando a formação de uma correlação de forças progressistas dentro da universidade (BARCELLOS, 1997, p. 52).

Esta histórica greve nacional pela paridade durou 85 dias. Porém, somente a Universidade do Paraná aderiu às reivindicações. Em meio à greve estudantil, no ano de 1962, foi eleito como sucessor de Arantes, o estudante Vinícius Caldeira Brant, também da AP.

Em 1962, nasceu o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), resultado de divergências internas no interior do PCB. A principal crítica que faziam era o imobilismo do partido. O PCdoB criticou o caminho pacífico das reformas de base e propunha, na época, a luta armada (ARAUJO, 2007, p. 99).

No ano de 1963, foi eleito para a presidência da UNE, José Serra. Nesse período a entidade atuou a favor das Reformas de Base do governo: Reforma Tributária, Reforma Agrária, Reforma Bancária, etc. Porém, sua gestão foi

interrompida pelo golpe de Estado ocorrido em 1964.

Após o golpe, por decreto presidencial, a UNE foi proibida de realizar seus congressos, tornando-se uma entidade clandestina. Ainda neste cenário surgiram no Brasil novas organizações de esquerda que passaram a disputar o poder político nos movimentos sociais e principalmente nos movimentos estudantis.

Reis Filho (2006), afirmou que, neste período (1945-1964), constituíram-se forças, identidades e tendências democráticas que criaram raízes e consciência política na sociedade brasileira. Para Araujo, com uma direção política crítica e contestadora ao Estado os movimentos estudantis se fortaleceram, nesse mesmo período, se consolidando como movimento organizado (2007, p. 62).

1.5.4 Atuação dos partidos na UNE em tempos de ditadura civil-militar¹⁸ (1964-1979): a ilegalidade

Como vimos, os anos anteriores ao golpe foram marcados por um processo de radicalização política em torno da campanha que agregava um amplo conjunto de forças políticas, reunindo partidos e organizações de esquerda e movimentos sociais, como o PCB, AP, as Ligas Camponesas, entre outros, na luta pela implementação das reformas de base (ARAUJO, 2007, p. 137). Para Araujo:

No interior dessa frente, a posição do Partido Comunista era bastante expressiva. Na verdade, as reformas de base [...] eram a interpretação trabalhista da linha política discutida pelo PCB desde o final dos anos de 1950, que visava a direcionar o desenvolvimento capitalista brasileiro no rumo de uma revolução nacional e democrática (2007, p. 137).

No período de 1964 a 1979, o regime militar esteve à frente do Executivo. Foram presidentes deste período: General Castelo Branco (1964 a 1967); General Costa e Silva (1967 a 1969); General Garrastazu Médici (1969 a 1974); General Ernesto Geisel (1974 a 1979) e General João Batista de Figueiredo (1979 a 1985).

A interpretação de René Dreifuss, sobre o golpe de 1964, mostrou que entre

¹⁸ Durante o período de 1964 a 1985, o Brasil vivenciou o processo denominado ditadura civil-militar. Utilizamos o termo ditadura civil-militar, pois o golpe que deu origem a ditadura foi uma articulação da burguesia nacional e internacional, realizada pelo exército brasileiro. De forma sucinta, a natureza das ditaduras do Cone Sul tinha por função a redefinição da inserção da América Latina na Divisão Internacional do Trabalho; consolidação de um capitalismo monopolista de Estado e predomínio interno da fração monopólica nativa aliada ao capital estrangeiro (PADRÓS, 1996, p. 67-92).

os anos de 1950 e 1960, cresceu no Brasil um segmento da burguesia industrial fortemente associado ao capital internacional. Contrapondo-se a burguesia de base oligárquica e com perspectivas nacionalistas, esses novos setores da burguesia, associados ao capital internacional, se estruturaram em organizações empresariais como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Neste sentido para Dreiffuss, “o complexo IPES/IBAD funcionou como um Estado-Maior da burguesia multinacional, que centralizou e organizou as iniciativas que levaram ao golpe de 1964 e instalaram o que ele chamou de ditadura civil-militar” (DREIFFUS apud ARAUJO, 2007, p. 134).

Poucos dias depois do golpe foi expedido o *Ato Institucional nº1* (AI-1). Este permitiu as primeiras cassações de mandatos parlamentares e suspensão de direitos políticos. Uma das primeiras ações da ditadura, após a expedição do AI-1, foi fechar as entidades identificadas com a frente nacionalista e de esquerda que deram sustentação a João Goulart, e prender os seus respectivos dirigentes. A sede da UNE foi invadida, saqueada e queimada pelas forças da repressão.

A posição dos estudantes, naquele momento, foi de resistir, porém, o próprio Jango decretou a não resistência ao deixar o país logo depois do golpe e declarou que deixava o país para evitar uma guerra civil. Para Araujo a não resistência apontou também para uma questão crucial: “[...] o enorme erro das forças de esquerda sobre sua capacidade política em termos gerais: capacidade mobilizadora, apoio popular, capacidade de resposta política” (2007, p. 154).

Uma das consequências do golpe foi o fechamento das entidades estudantis como Diretório Central dos Estudantes (DCE), Centros Acadêmicos (CAs) e Diretórios Acadêmicos (DAs). O governo militar interveio, em muitas universidades, expulsando os estudantes, cassando o registro de professores acusados de comunistas e nomeando interventores como chefes de departamento. Neste movimento, o governo promulgou a Lei 4.464/64, que através de seu artigo número 22, extinguiu a UNE, sob a acusação de “[...] servir como ponto de referência para movimentos subversivos e testa-de-ferro dos agitadores, a UNE é substituída pelo Diretório Nacional dos Estudantes e as Uniões Estaduais pelos Diretórios Estaduais”, revogando o antigo Decreto-Lei nº 4.105/42, que reconhecia a entidade como representante nacional dos estudantes (FÁVERO, 1995, p. 60). A lei 4.464/64

dispunha de artigos que impediam os estudantes de atuar politicamente em faculdades e universidades:

Segundo a Lei nº 4.464/64, que dispõe sobre a atuação dos estudantes nas escolas, fica vedado aos órgãos de representação estudantil qualquer manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como indicar, promover ou apoiar ausência coletiva dos trabalhos escolares, isto é, greves. Determina, também que diretores de faculdades, de escolas e reitores incorrerão em falta grave se, por atos, omissão ou tolerância, permitirem o não-cumprimento da lei (FÁVERO, 1995, p. 60).

Após o fechamento de suas entidades, entre 1964 e 1968, os estudantes criaram as “entidades livres”. Eram diretórios e centros acadêmicos paralelos aos oficiais, já que as demais, pela Lei Suplicy, estavam sob o controle direto do governo e com isso, proibidas de exercer qualquer atividade política (ARAUJO, 2007, p. 157).

Mesmo diante dos enfrentamentos e perseguições os movimentos estudantis permaneceram se organizando. Estudantes que militavam na AP, força política influente na direção da entidade até o fechamento da UNE, começaram a reorganizar a entidade logo depois de 1964. Manifestações, greves e passeatas foram convocadas em nome da entidade, organizada clandestinamente (ARAUJO, 2007, p. 157).

No ano de 1965, com o *Ato Institucional nº 2* (AI-2) ocorreu a extinção oficial dos partidos políticos e a implementação do bipartidarismo. Passaram a existir somente a ARENA e o MDB. Todas as organizações políticas que atuavam nos movimentos estudantis e no cenário político nacional passaram à ação clandestina. Apesar de todas as perseguições, a UNE conseguiu realizar o seu 27º Congresso, em 1965, elegendo para presidente da entidade o mato-grossense Altino Dantas. A repressão foi intensificada e as condições de realização de qualquer encontro reduzida. Mesmo com todas as dificuldades no ano de 1966, a UNE realizou o seu 28º Congresso. Com o apoio de padres, o Congresso realizado em um porão de uma igreja, em Belo Horizonte, elegeu para direção da entidade o mineiro José Luís Guedes.

Guedes, em relação ao apoio da população, que abrigava os estudantes em suas próprias residências, revelou que “[...] as mesmas mães mineiras que em 64, tinham saído para apoiar o golpe, agora nos tiravam da prisão. São as mesmas

mães da Marcha com Deus, pela Família e pela Propriedade” (BARCELLOS, 1977, p. 58).

Entre 1966 a 1968 as duas forças políticas que disputavam a liderança dos movimentos estudantis brasileiros eram a AP e a Dissidência Comunista da Guanabara (DC-GB). Como vimos, em diversos países do mundo, jovens militantes passaram a se contrapor ao denominado imobilismo do PCB e articularam dissidências no partido, inspirados, especialmente no guevarismo e no maoísmo (CONCEIÇÃO, 2000). A Dissidência Guanabara (DC-GB) foi mais uma dissidência do PCB que surgiu no ano de 1966. Em 1969, a DC-GB mudou seu nome para Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e tornou-se uma das organizações mais importantes da luta armada (ARAUJO, 2007, p. 171).

Nesse período, dirigidos pelas organizações AP e DC-GB, os estudantes buscaram articular a política geral com as suas questões específicas. Porém, a dificuldade da realização desta tarefa fez com que os movimentos estudantis, naquele momento, se esvaziassem, exceto em alguns locais, como no Rio de Janeiro. Passeatas foram organizadas, mas não havia enfrentamento com os militares. Entretanto, esta disposição de enfrentamento surgiu após o assassinato do estudante Edson Luís.

A UNE, mesmo na ilegalidade continuou desempenhando seu papel na liderança do conjunto dos estudantes de todo o país. Nesse período, a entidade buscou aprofundar os debates sobre a Reforma Universitária, denunciando os perigos dos Acordos MEC-USAID. Em seminário ocorrido no ano de 1967, em convento próximo a São Paulo, a UNE buscou organizar a juventude contra as tendências privatizantes da educação superior.

Desse seminário sai um documento contendo o programa de lutas (com reivindicações de mais verbas para a educação), incluindo sérias denúncias sobre a atuação de organismos norte-americanos na orientação do ensino brasileiro. Entre as denúncias, destacam-se: a transformação das universidades públicas em fundações e sua privatização, a entrega do ensino superior ao controle de capitais estrangeiros. Nas recomendações, é enfatizado o boicote às medidas concretas de aplicação dos acordos e à reforma universitária a ser realizada pelo governo (FÁVERO, 1995, p. 66-67).

O governo encontrou um modo eficaz de conter as reivindicações estudantis,

não somente por meio de seus aparelhos repressivos, mas procurando cooptar os estudantes através de convite de universitários, para integrar o Grupo de Trabalho para elaboração de novo projeto de reforma da universidade no país (FÁVERO, 1995, p. 69). Os estudantes ligados a UNE recusaram o convite dando continuidade a luta contra o governo.

Um ano diferencial na história da juventude brasileira foi o ano de 1968, pois refletiu a ebulição de manifestações que se espalharam por muitos países. O ano de 1968 tornou-se sinônimo de uma rebelião estudantil mundial. Críticos ao imobilismo dos partidos socialistas e comunistas burocratizados, “[...] jovens empenhados na construção de uma nova sociedade, com novos valores e novas práticas, calcadas na valorização da ação direta, do radicalismo e do confronto agitaram o mundo” (ARAUJO, 2007, p. 163). Mesmo com um conjunto muito grande de manifestações, lutas e novas organizações que foram criadas nesse processo, a maior expressão desse período foi o maio francês.

No Brasil, um momento importante no ano de 1968, foi a “passeata dos cem mil”, em contraposição aos violentos conflitos entre estudantes e militares. O resultado da manifestação foi a constituição de uma comissão para negociar com as autoridades. Entre as reivindicações dos estudantes encontravam-se a libertação dos estudantes presos e a ampliação de verbas e vagas nas universidades.

Em outubro de 1968, ocorreu o marco final de todo aquele processo político, de confronto e radicalização. O Congresso da UNE realizado em Ibiúna, em outubro de 1968, poucos dias depois de instalado, enfrentou a repressão policial que prendeu todos os estudantes presentes, ou seja, toda a liderança estudantil do país. Em relação ao enfrentamento político, Ibiúna foi palco de uma grande polarização política vivenciada no interior da UNE: de um lado os militantes das dissidências do PCB, principalmente a DC-GB e de outro lado a coligação AP e o PCdoB (ARAUJO, 2007, p. 185).

Os movimentos estudantis passaram por um momento de refluxo, pois toda a movimentação política da juventude e dos trabalhadores foi abafada, em dezembro de 1968, com a decretação do *Ato Institucional nº 5* (AI-5). A UNE ainda tentou resistir por mais algum tempo na clandestinidade, mas chegou ao ano de 1969 sem presidente devido à prisão de Luis Travassos. Se organizar a juventude

em grandes congressos se tornou impossível, a entidade passou a organizar mini-congressos para a eleição de um colegiado, que escolhesse a nova diretoria. Diante deste novo momento Jean Marc Von Der Weid, foi eleito presidente da UNE. Jean Marc foi mais um presidente da UNE militante da AP. Em entrevista a *Revista UNE* Jean Marc explicou como se deu seu processo de “filiação” na AP:

E a AP me ganhou de uma forma muito simples. Quando teve a morte do Edson Luís, e o Luís Travassos, que era o presidente da UNE veio para o Rio, ele me questionou sobre esta minha independência. Para explicar porque eu não estava na AP, me referi ao fato de que, por ser muito fraca aqui, nem linha política ela tinha a apresentar. O Travassos, então, foi logo ao assunto: “nós estamos tentando construir uma. Você deveria nos ajudar”. Pronto, fechou. Agora, a minha sensação das razões porque a AP vem nesse crescente avassalador, está na estrutura rígida do Partidão, cujas bases cumpriam, sem questionamentos, as decisões do comitê central (BARCELLOS, 1997, p. 64).

Contrário a centralização realizada pelo comitê central aos militantes do PCB, Jean Marc optou em militar na AP pelas diferenças estruturais e de concepção organizativa aos demais partidos. A sua gestão, como presidente da UNE, ficou conhecida pela luta contra a privatização da educação pública. Depois de preso, Jean Marc foi substituído pelo então vice-presidente Honestino Guimarães.

Diante das perseguições, as influências do maoísmo, do guevarismo e as mudanças no interior do PCB, contribuíram para que parte da juventude passasse a militar em organizações armadas, que começaram a surgir no Brasil no ano de 1966. Neste ano foi fundada a Ação Libertadora Nacional (ALN), organização criada por Carlos Marighela. A ALN, como o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), foram resultados de rompimentos com a política geral do PCB. Ainda entre 1966 e 1969 outras organizações de luta armada surgiram, como a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares), o MR-8, Comandos da Libertação Nacional (COLINA), o Movimento pela Libertação Popular (MOLIPO), entre outras (ARAUJO, 2007, p. 193). Sobre o recrutamento de militantes, Santos afirmou que:

O maior envolvimento dos militantes engajados com os movimentos de esquerda se deu nos espaços urbanos, onde conseguiam recrutar mais facilmente novos membros para integrarem as organizações. Somente o PCdoB conseguiu inserir-se no interior, em Araguaia, no Sul do país.

Ambos encontravam-se na clandestinidade, mas mesmo assim eram constantemente alvo das perseguições do Estado (2007, p. 58).

A partir de divergências internas do PCdoB, surgiram, o Partido Comunista Revolucionário (PCR) e a Ala Vermelha, que originou o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e o Movimento Revolucionário Marxista (MRM).

Porém, esta opção de ação direta conjugada com o endurecimento repressivo da ditadura pós AI-5, foi trágica. O resultado deste processo foram as mortes de lideranças dos movimentos estudantis, afinal os integrantes das organizações armadas eram, em grande número, estudantes (ARAUJO, 2007, p. 194). A opção pela luta armada, para Daniel Aarão Reis Filho:

[...] apesar de envolver um grande número de estudantes e lideranças estudantis, afastou-se da grande massa estudantil e promoveu um isolamento dessas lideranças, não só em relação ao movimento estudantil, mas em relação à própria sociedade brasileira (REIS FILHO *apud* ARAUJO, 2007, p. 195).

A mais espetacular ação armada pelas organizações guerrilheiras naquele período foi o seqüestro do embaixador americano no Rio de Janeiro, no ano de 1969, pensada em primeira instância, por um grupo de militantes da Dissidência da Guanabara. Na ocasião ninguém foi preso, mas 40 dias depois, Jonas, o comandante da operação foi preso, torturado e morto (ARAUJO, 2007, p. 198).

Mas, para Araujo (2007), falar dos movimentos estudantis depois de Ibiúna não é falar apenas de luta armada. Apesar do refluxo existente, havia um esforço por parte de algumas lideranças e de alguns militantes, no sentido de preservar a autonomia do movimento frente à luta armada e de encaminhar atividades políticas, mesmo proibidas, nas universidades. Honestino Guimarães, estudante da UnB e militante da AP, foi incumbido de dirigir a UNE. Este foi igualmente preso, no Rio de Janeiro e até hoje seu paradeiro é desconhecido.

Entre 1969 e 1973, os movimentos estudantis vivenciaram a sua fase mais crítica de refluxo. Em 1973, Alexandre Vannuchi, militante da ALN, foi morto e isso deu início a um novo processo de recuperação política dos movimentos (ARAUJO, 2007, p. 202). Se para os movimentos estudantis o ano de 1973 foi o marco para a sua recuperação, o ano de 1974 foi o início de uma nova conjuntura no cenário

político brasileiro. A posse do general Ernesto Geisel na Presidência da República inaugurou um processo de “distensão política”.

Na época muitos intelectuais interpretaram o projeto de abertura como fruto das divisões internas do próprio regime e como uma estratégia para ampliar a institucionalidade da ditadura, criando uma democracia de fachada. Mas também apontavam a fluidez desse projeto e a possibilidade que a sociedade tinha de interferir no seu curso, aprofundando e alargando a abertura (ARAUJO, 2007, p. 209).

Para essa nova situação histórica uma nova tática política foi sendo definida por um amplo conjunto de partidos e organizações de esquerda, que se expressou na luta pelas liberdades democráticas. Isso representou, de forma sintética, a luta pela liberdade de organização, expressão e manifestação política, contra a tortura, contra as prisões arbitrárias, contra a censura, contra a lei de segurança nacional e toda a legislação de exceção, pela anistia, pelas eleições diretas, pela garantia dos direitos humanos, entre outros (ARAUJO, 2007, p. 211).

A busca pelas liberdades democráticas redefiniu o quadro de alianças entre as esquerdas. No início dos anos 1970, esta consigna reuniu organizações como APML (antiga AP, agora Marxista-Leninista), MR-8, PCB e PCdoB:

A nova tática de luta pelas liberdades democráticas não foi aceita por todas as organizações desse campo: POLOP e MEP alegaram que esta tática era reformista. Por outro, ela reaproximava as organizações APML, MR-8 do PCB e do PCdoB. [...]. A APML e o MR-8 buscaram distinguir a sua concepção tática de luta pelas liberdades democrática da luta estratégica do PCB pela revolução democrática e nacional. Afirmavam que a conquista das liberdades democráticas era muito importante para o avanço da luta dos trabalhadores na direção do socialismo e que, portanto, seu objetivo ia muito além da mera restauração do estado democrático de direito. O PCB, por sua vez, tratava na época do debate teórico sobre a valorização da democracia como um valor universal (ARAUJO, 2007, p. 212).

Mesmo com as distintas visões sobre democracia, o campo da luta democrática passou a ser engrossado por um conjunto amplo de partidos e organizações de esquerda. Partidos como PCB, PCdoB, APML, MR-8 e organizações trotskistas engrossavam a luta contra a ditadura (ARAUJO, 2007, p. 212).

Nesse período, os estudantes tiveram um papel muito importante, pois foram eles que organizaram as primeiras manifestações de rua, lançando como principal

bandeira a luta pelas liberdades democráticas. Os estudantes lutavam seguindo de perto a orientação das organizações de esquerda, que procuravam reconstruir suas entidades representativas (ARAUJO, 2007, p. 213).

Diversas tendências políticas dos partidos políticos atuavam nos movimentos estudantis. A tendência Refazendo, ligada à APML, dirigia o DCE da USP. A tendência da APML em Minas Gerais chamava-se Liberdade, organizada também por militantes independentes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Na Bahia, a tendência ligada à APML chamava-se Novação. No Rio, a tendência ligada à APML chamava-se Viração e dirigiu vários diretórios da PUC. Ligada ao PCB havia a tendência Unidade. O PCdoB organizava a tendência Caminhando, mas na Bahia a tendência chamava-se Viração. Alternativa era a tendência que reunia militantes do MEP e POLOP e a tendência Liberdade e Luta (Libelu) representou as orientações trotskistas (ARAUJO, 2007, p. 217).

De 1975 a 1977 ocorreu a retomada das lutas estudantis. Em 1975, sob a orientação da tendência Liberdade e Luta, ocorreu a fundação do DCE Livre da USP, entidade dirigida por militantes da APML. Entidades foram reorganizadas e a luta contra prisões arbitrárias, perseguições e assassinatos de estudantes marcaram estes anos. Foi no quadro de democratização lenta e gradual no país, que se forjou a reconstrução da UNE, nos condicionantes abaixo:

Em março de 1977, contrariando aos adeptos de que lugar de estudante é na sala de aula, os jovens voltam às ruas e trazem reivindicações bem específicas, como mais verbas para a Universidade e o rebaixamento das anuidades. Em São Paulo, mais ou menos quatro mil estudantes reúnem-se para criar uma Comissão Pró-UNE, que foi dissolvida pelas forças policiais. Essa manifestação, porém, não ficou isolada. Dois meses depois, os jovens estão novamente nas ruas. Agora, com a adesão de sindicatos do ABC, da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), MDB, do Movimento Feminino pela Anistia, do setor progressista da Igreja e do recém-organizado Comitê Brasileiro pela Anistia (BARCELLOS, 1997, p. 72).

A luta política, portanto, voltou a fazer parte da atuação dos estudantes. Além disso, a campanha pela anistia, iniciada no final da década de 1970, foi a bandeira que congregou os diferentes setores da sociedade e diferentes forças políticas. Os estudantes participaram intensamente dessa frente e atuaram no Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) (ARAUJO, 2007, p. 226). A UNE, desse período, foi sinônimo de rebeldia e contestação.

1.5.5 A UNE: da democratização a vitória de FHC (1979-1994)

No ano de 1978 não ocorreram maiores protestos e foi o ano da revogação do AI-5, ocorrida em 31 de dezembro. Em 1979, o General João Batista Figueiredo assumiu a presidência do Brasil, porém o desgaste do regime militar intensificou. Algumas organizações e associações ganharam novamente espaço e começaram a voltar às ruas e, através da Anistia, foi devolvida a liberdade aos presos políticos e aos exilados a possibilidade de retornarem ao Brasil (SANTOS, 2007, p. 74).

No ano de 1979, na cidade de Salvador, a UNE foi reconstruída. O congresso também decidiu realizar eleições diretas para a nova diretoria da entidade. O candidato da coligação que envolveu MR-8, APML e PCdoB, Rui César Costa e Silva, foi o primeiro presidente da UNE reconstruída na primeira eleição direta da história da entidade. Foram dois dias de debates intensos.

As diversas "tendências", que era o nome que dávamos na época aos agrupamentos políticos dos estudantes, conduziram os debates. Por trás delas, grupos e organizações clandestinas se construía, em tempos que só dois arremedos de partidos eram permitidos pela ditadura, a Arena e o MDB. "Caminhando", "Liberdade e Luta", "Refazendo", "Novo Rumo", "Centelha" eram os nomes de algumas delas, que reuniam então centenas, até milhares, de adeptos. Depois de muita discussão conseguiram aprovar uma "Carta de Princípios", que seria a referência para a entidade que renascia (MARCONDES, 2009).

Mesmo com a legalidade de apenas dois partidos, tendências políticas disputavam politicamente a entidade, desde o processo de reconstrução e como vimos, no congresso foi aprovada a *Carta de Princípios da UNE*. Neste documento consta que:

1. A UNE é a entidade máxima dos estudantes brasileiros na defesa dos seus direitos e interesses;
2. A UNE é uma entidade livre e independente, subordinada unicamente ao conjunto dos estudantes;
3. A UNE deve pugnar em defesa dos direitos e interesses dos estudantes, sem qualquer distinção de raça, cor, nacionalidade, convicção política, religiosa ou social;
4. A UNE deve manter relações de solidariedade com todos os estudantes e entidades estudantis do mundo;
5. A UNE deve incentivar e preservar a cultura nacional e popular;
6. A UNE deve lutar por um ensino voltado para o interesse da maioria da população brasileira, pelo ensino público e gratuito, estendido a todos;
7. A UNE deve lutar contra toda forma de opressão e exploração, prestando irrestrita solidariedade à luta dos trabalhadores de todo o mundo (UNE, 1979).

A histórica *Carta de Princípios* definiu à UNE um campo de classe. A entidade deveria estar sempre ao lado dos trabalhadores, e da luta do povo pobre e oprimido. Com a reconstrução da UNE, “a entidade deveria ser independente à medida que organizasse os estudantes com as forças oriundas do meio estudantil, e não de entidades externas” (BARBOSA, 2002, p. 7). As principais decisões tomadas neste congresso foram:

- a) Constituição de uma diretoria provisória que deveria encaminhar eleições diretas para a UNE no ano seguinte (1980);
- b) Definição das instâncias de deliberação da entidade, em 3 níveis, a saber:
 - 1º Congresso Nacional de Estudantes (composto por delegados eleitos);
 - 2º Conselho Nacional de Entidades de Base (composto pelos Cas e Das);
 - 3º Conselho de Entidades Gerais (composto por DCEs e UEEs);
- c) Aprovação de um plano de lutas; composta de seis itens:
 - 1º contra o ensino pago;
 - 2º por mais verbas para a educação;
 - 3º pela anistia ampla geral e irrestrita;
 - 4º por uma assembléia nacional constituinte;
 - 5º contra a devastação da Amazônia;
 - 6º campanha de filiação de entidade a UNE (Jornal Nossa Voz, 1979 *apud* PAULA, 2009).

Percebemos que além do campo de classe definido à entidade através da *Carta de Princípios*, as principais deliberações deste congresso mantiveram as históricas reivindicações estudantis, como a contrariedade ao ensino pago e a defesa da ampliação dos recursos para o ensino público, acrescido pela defesa ecológica.

Em relação à conjuntura nacional, no ano de 1979 ocorreu o fim do bipartidarismo e a partir de 1980 a configuração política passou a ser marcada pela pluralidade de partidos políticos. Novos partidos passaram a atuar e disputar os movimentos estudantis. Nesse contexto surgiram: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, antigo MDB), Partido Democrático Social (PDS), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e no ano de 1980 o Partido dos Trabalhadores (PT) (ARAUJO, 2007, p. 241). O PT nasceu das lutas sindicais e das greves dos operários do ABC e reuniu diferentes expressões da luta contra a ditadura.

O fim do bipartidarismo, não significou o fim da atuação da ditadura sobre os

movimentos sociais. No ano de 1980, o governo militar realizou a demolição da sede da UNE no Rio de Janeiro. Os estudantes tentaram negociar e resistir à ação da Polícia Militar, entretanto, a sede da UNE foi demolida, demonstrando a intransigência do governo militar (PAULA, 2009, p. 138).

Ainda no ano de 1980, ocorreu um novo congresso da UNE, na cidade de Piracicaba. Aldo Rebelo (PCdoB) foi eleito presidente da UNE. Para Araujo “[...] nessa nova conjuntura, a grande campanha política que mobilizou os estudantes e toda a sociedade foi a campanha pelas eleições diretas para presidente da República: as Diretas Já!” (ARAUJO, 2007, p. 241). Os estudantes participaram massivamente das manifestações e comícios pelas eleições diretas em todo o país.

O 32º Congresso da UNE, em 1981, iniciou um processo de organização e reestruturação das entidades. Neste congresso foram definidas as lutas educacionais e a estruturação da UNE; subsídios para as escolas pagas; nada além de 34% de aumento nas anuidades; mínimo de 1/5 de participação nos órgãos colegiados; eleições diretas para todos os cargos de direção das universidades, e reestruturação da UNE, criando os cargos de 1º Tesoureiro e o Departamento Feminino (PAULA, 2009, p. 141). Algumas mudanças de postura da entidade são perceptíveis pelo conjunto de pautas defendidas, como a reivindicação da entidade por subsídios para o ensino privado e contra o aumento das mensalidades.

Além destas mudanças, no início dos anos de 1980, a dependência da UNE em relação ao poder público vai se constituindo a partir de sua reestruturação material, com apoio dos governos estaduais. Clara Araujo, presidente da UNE, eleita no 33º Congresso da entidade, realizado em 1982, relatou a articulação da UNE com partidos como o PMDB, por meio dos quais os governos dos estados foram conquistados no ano de 1982.

Ainda não era aquela onda das Diretas Já, mas eram os primeiros atos. Por exemplo, o governador Franco Montoro promoveu um grande ato em São Paulo. Em Minas Gerais, o governador Tancredo Neves começou a articular. A UNE, então – quer dizer, a nossa gestão – foi marcada também, em termos políticos, pela luta a favor da legalização e do reconhecimento da entidade, mas, ao mesmo tempo, pela luta a favor da democratização, participando dessa articulação. A UNE participou de todo o processo durante 1983. Todos os partidos mais comprometidos com a democratização, junto com a ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) – que eram as entidades da sociedade civil – começaram a articular uma grande frente, percorrendo os

principais estados. No início, realizando atos internos; depois, atos públicos. A presença da UNE foi um dado importante. Em termos das lutas mais específicas dos estudantes, eu diria que a principal questão que marcou minha gestão foi essa pauta das mensalidades das escolas particulares. Nós tínhamos muitas manifestações, era uma luta muito grande em relação a isso, e os estudantes tinham uma participação grande nas manifestações (ARAUJO, 2005, p. 9)

Os estudantes iniciaram, nesse período, uma fase de dupla articulação: no plano federal fizeram oposição ao Estado autoritário, e nos estados-membros começaram a participar dos governos estaduais. No ano de 1982, a UNE se instalou em uma nova sede, na rua do Catete 243, no Rio, cedida pelo governador Leonel Brizola (BARCELLOS, 1997, p. 78).

Ao longo de 1983 foram realizadas várias manifestações contra a política educacional do governo. Dentre estas manifestações podemos destacar o enfrentamento contra o aumento abusivo nas escolas particulares e a luta contra a privatização do ensino. Em dezembro, desse mesmo ano, foi realizado o 35º Congresso da UNE.

Em 1984, Renildo Calheiros (PCdoB) foi eleito presidente da entidade durante o 36º Congresso da UNE. Neste congresso o PCdo B conseguiu eleger a maioria dos integrantes da diretoria da UNE. Neste momento a UNE decidiu apoiar a candidatura de Tancredo Neves, decisão polêmica, pois não foi consensual entre as tendências políticas que atuavam no movimento estudantil.

A chapa Tancredo-Sarney obteve grande vantagem sendo eleita no Congresso Nacional, em janeiro do ano de 1985. Nesse processo o PT não quis participar, denunciou-o como farsa e puniu com a expulsão seus parlamentares que votaram a favor de Tancredo (ARAUJO, 2007, p. 244). Dois meses após a posse de Sarney, o Congresso Nacional restabeleceu as eleições diretas, aprovou o voto dos analfabetos e legalizou os partidos comunistas.

A partir de 1985, com o fim da ditadura civil-militar, outros problemas começaram a ser vivenciados pela juventude, como o aumento das desigualdades sociais, o desemprego, a violência e a criminalidade, que se acentuaram a partir do crescimento desordenado das cidades.

Nesta nova conjuntura, a primeira campanha em que os estudantes se envolveram, foi em 1985, pela legalização da UNE (ARAUJO, 2007, p. 250). O

presidente José Sarney sancionou a Lei nº 142, que legitimou a UNE como entidade nacional de representação dos estudantes e reconheceu as demais entidades estudantis (SANTOS, 2007, p. 77). Ainda no ano de 1985, durante 37º Congresso da UNE, Gisela Mendonça foi eleita presidente da entidade.

Com a posse de José Sarney o relacionamento do governo com a UNE mudou. De confronto com o governo a entidade passou a apoiar suas decisões. Mas ao mesmo tempo, a entidade passou a pressionar pelo cumprimento dos pontos definidos como prioritários pela Aliança Democrática. Nesse período, por iniciativa do ministro Marco Maciel, o MEC, formou uma comissão para analisar e propor uma reestruturação do ensino superior. Contudo, as recomendações da comissão não saíram do papel (PAULA, 2009, p. 149).

Neste momento de debate sobre a reestruturação do ensino superior brasileiro, foi realizado o 4º Seminário Nacional de Reforma Universitária, que contou com a presença do ministro Marco Maciel e várias autoridades. A partir desse seminário a UNE elaborou uma proposta de reestruturação da universidade, encaminhada em 1986. Os principais pontos eram: mais verbas para as universidades públicas; expansão do número de cursos e de vagas nessas universidades; criação de cursos noturnos; garantia de melhores condições de ensino nas escolas particulares; democratização dos estudos nas universidades; revisão e modificação dos currículos, com participação dos estudantes, da comunidade universitária e da sociedade (PAULA, 2009, p. 149).

No ano de 1986, a UNE realizou outro seminário, desta vez para elaborar propostas para a Constituinte. Este teve a participação de mil e quinhentos representantes estudantis de todos os estados brasileiros. Mesmo com todas estas intervenções, a década de 1980 representou um momento de mudanças no interior dos movimentos estudantis, como a defesa do ensino privado pela UNE. Nesse período a entidade passou a se orientar por uma política de frente ampla com partidos que permaneceu até 1985. Desta forma, a “política de alianças com os partidos provocou um arrefecimento da combatividade do movimento estudantil”, (PAULA, 2009, p. 156) e o caminho da negociação com o governo substituiu a luta nas ruas.

Para Ann Mische (1997), as mudanças ocorridas no decorrer dos anos de

1980 são as expressões de uma “nova mentalidade” vivenciada pelos movimentos estudantis. Caldeira ao desenvolver as idéias de Mische atribui esta percepção principalmente à juventude do PCdoB, que,

[...] ao observar que os interesses dos jovens estavam mais voltados para a cultura, o esporte, a ecologia e outras formas mais leves e alegres de participação social, começa a focalizar as novas aspirações e frustrações dos setores médios estudantis, nas escolas secundárias e nas faculdades públicas e particulares (2008, p. 17).

Ainda para a autora, em outras tendências políticas, como as correntes do PT, surgiu uma discussão paralela sobre as novas preocupações dos jovens, “[...] não necessariamente concentradas nas universidades, porém mais dispersas nos movimentos sociais e sindicais, e nas expressões culturais das periferias” (CALDEIRA, 2008, p. 17).

Neste momento ganhou expressão o movimento de área, que passou a ser compreendido por alguns estudantes como uma forma alternativa de organização frente à aparente desarticulação do movimento geral e à apatia dos estudantes em relação à situação política nacional.

Em 1987, o PT venceu as eleições à presidência da UNE. Como vimos entre 1980 e 1989 o movimento estudantil esteve polarizado por dois grandes blocos políticos: um que se articulava em torno do PCdoB e outro que reunia diversas tendências do PT. Neste período esses dois grupos se revezaram na diretoria da UNE (ARAUJO, 2007, p. 253). No ano de 1989, os estudantes começaram a discutir a questão da proporcionalidade na diretoria da entidade.

A proposta da proporcionalidade visava garantir a representação na diretoria eleita, das diferentes chapas que haviam disputado as eleições. Esta representação seria proporcional à votação obtida pelas chapas. Com isso garantia-se a presença na gestão da entidade, das diferentes tendências e dos grupos políticos mais significativos do movimento estudantil (ARAUJO, 2007, p. 253).

A proporcionalidade tinha por objetivo combinar, numa mesma diretoria, as diversas correntes políticas procurando, assim, expressar a multiplicidade de posições políticas do movimento estudantil e evitar o aparelhamento da entidade por uma única força política (ARAUJO, 2007, p. 255). Desta forma, a composição da

diretoria da UNE deixou de ser majoritária, ou seja, quem vencia o pleito ficava com todos os cargos, para ser proporcional, cujos votos recebidos pelas chapas concorrentes influenciavam na composição da diretoria, respeitando a quantidade de votos de cada chapa. Depois de dois anos de direção da entidade encabeçada pelo PT, o PCdoB, voltou a dirigir a UNE permanecendo até os dias atuais (SANTOS, 2007, p. 75). As mudanças nos movimentos estudantis foram criticadas, como consta no jornal *QUARUP*:

O movimento estudantil hoje não desperta mais objetivos nas pessoas para que se apropriem dele enquanto instrumento de transformação, canalização de seus anseios e alcance de seus objetivos [...]. Não convivemos mais com a fachada ditatorial, o movimento sindical e popular com grande organização, os estudantes possuem um perfil diferenciado. A legitimidade, a representatividade e o compromisso político são fundamentais a serem resgatados; a que princípio apontam para a democracia do movimento? (QUARUP, set/89 *apud* BARBOSA, 2002, p. 9)

Da mesma maneira que o documento evidencia a necessidade de resgatar o compromisso político, como um dos objetivos do movimento, questiona a representatividade do conjunto do movimento. Ainda neste mesmo documento são realizadas críticas a forma de organização da UNE, apresentando uma nova tese para a diretoria da entidade, como saída aos impasses vividos pelo movimento estudantil.

[...] há um grande fosso entre a UNE e os estudantes, [...] para definirmos nosso projeto, precisamos trabalhar para reaproximar da UNE todos os estudantes que trabalhem organizados em entidades ou não (movimento cultural, social) [...]. Está dada a necessidade de uma entidade nacional que represente, de fato, os estudantes, nas suas mais diferentes e legítimas formas de expressões (QUARUP, set/89 *apud* BARBOSA, 2002, p. 9).

Além disso, o documento demonstra um distanciamento da diretoria da entidade com a base, reflexo de suas práticas políticas, como apresentado anteriormente, em que o caminho da aproximação e da negociação com o governo substituiu a luta nas ruas. Importante lembrar que a UNE titubeou diante do Governo Sarney, pois, como já assinalamos, chegou a convidar Marco Maciel para as suas instâncias. Porém, não hesitou em apoiar as lutas dos trabalhadores de inúmeras categorias e a grande Greve Geral em 1989.

Sobre a década de 1990, os documentos encontrados sobre o movimento

estudantil são escassos, e quase sempre se resumem aos jornais de centros acadêmicos. Podemos nos questionar sobre as razões responsáveis por essa “lacuna”: desorganização e ausência de preocupação com os registros, ou o esvaziamento do movimento nessa época? O que fica claro, pelos poucos documentos encontrados, é que os movimentos estudantis, nessa época, assumiram características bem diferentes dos das décadas de 1960 e 1970.

Mesmo com um conjunto de atividades, atuação em greves, reconstrução da UNE, para Barbosa, esse foi um período de refluxo político dos movimentos estudantis. Entre os motivos que levaram à desmobilização dos estudantes, Barbosa destacou: o aparelhismo¹⁹ das entidades estudantis, a moderação da classe média satisfeita com o ritmo gradual da abertura política e ainda, o fato do esgotamento do movimento de massas não ter impedido uma radicalização das divergências no plano das correntes militantes, o que só teria feito aguçar o distanciamento do conjunto dos estudantes, das lutas reivindicatórias dos movimentos estudantis (BARBOSA, 2002, p. 9).

Porém, durante o processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, a UNE voltou a ter uma expressão nacional, principalmente com o movimento dos “caras-pintadas” que envolveu universitários e secundaristas. Esse movimento cumpriu um papel importante no processo que resultou na deposição legal de Collor (ARAUJO, 2007, p. 257). Mas uma polêmica reinou em parte dos estudantes ligados ao PT. Estes tinham dúvidas sobre a correção política pelo *impeachment*, afinal, Collor tinha sido eleito democraticamente, pelo voto popular. Quando a UNE debatia o tema, o movimento secundarista decidiu organizar a juventude pela derrubada de Collor.

De acordo com Groppo, nos meses de agosto e setembro de 1992, os estudantes secundaristas iniciaram as mobilizações em favor do *impeachment* de Collor (2008, p. 39). As principais correntes políticas que atuavam no movimento secundarista eram o PCdoB, PCB, MR-8, Libelu e a Convergência Socialista (ARAUJO, 2007, p. 263).

No dia 11 de agosto de 1992, uma passeata de estudantes saiu do Museu

¹⁹ Mesmo não desenvolvendo o conceito aparelhismo em seu trabalho, fundamentado na obra de Almeida (2007), o aparelhismo pode ser caracterizado por práticas antidemocráticas na entidade, como tomar decisões sem fazer a discussão na base, realizando somente os seus projetos individuais ou do grupo ao qual pertence.

de São Paulo, na Avenida Paulista e seguiu pela Avenida Brigadeiro. Na cidade do Rio de Janeiro, no mesmo dia, os estudantes também realizaram uma passeata (GROPPO, 2008, p. 39). Para Groppo, com estas duas passeatas, a opinião pública parecia estar voltando-se contra o presidente. Para o dia 16 de agosto algumas passeatas e atos tinham sido marcados, mas o presidente quis conchamar a manifestação popular para si. Em discurso convocou a população para que no dia 16, panos e toalhas nas cores da bandeira brasileira fossem expostas nas janelas. Esta grande manifestação veio mas não a seu favor (2008, p. 40).

A cor escolhida pelos jovens não foi o verde e amarelo. Os jovens pintaram seus rostos com tinta guache preta. O auge do movimento foi a passeata, organizada pela UNE e UBES, de 25 de agosto que reuniu 200 mil estudantes no centro de São Paulo (GROPPO, 2008, p. 42)

Lindberg Farias, presidente da UNE, no período de 1992 a 1993, em depoimento ao *Projeto Memória do Movimento Estudantil*, apresentou uma versão para a atuação da UNE no movimento contra o ex-presidente Collor:

Nós montávamos uma estrutura. A primeira passeata foi assim: dividimos o pessoal secundarista nas principais escolas e conseguimos alguns carros de som. Essa foi a mais difícil e estourou, deu 20 mil pessoas, foi a grande largada. Não teve como a imprensa toda não noticiar, foi capa em todos os jornais, um boom no país, ninguém esperava aquilo. Só que as outras já tinham uma estrutura, montamos e conseguíamos com os sindicatos os carros de som. O movimento secundarista desempenhou um papel decisivo também, era muita gente. Isso virou uma pauta nacional, o dia da passeata em São Paulo virava um acontecimento. A CPI em Brasília tentava marcar um depoimento mais importante e coincidiu com a passeata. Quando marcamos outra passeata em São Paulo, foi capa de jornal: "UNE chama outra passeata". Nós tínhamos uma mídia quase espontânea fantástica, porque estávamos vivendo um momento de crise política no país. Isso nos ajudou muito, pois as passeatas iam crescendo de forma impressionante. Fui a uma no Vale do Anhangabaú [São Paulo] e fiquei apaixonado pelo Vale do Anhangabaú quando havia as grandes passeatas. A Polícia Militar sempre bota o número de pessoas da passeata para baixo, mas perguntei ao comandante e ele disse: "Tem mais de 500 mil, pelo amor de Deus!" Se você comparar a foto do comício do Vale do Anhangabaú, com a do comício pelas "Diretas Já", a foto do impeachment é superior em muito à do comício pelas diretas. fotos aéreas, é impressionante como tomava ali tudo. [...] (FARIAS, L., 2005, p. 12).

Farias evidenciou a participação dos estudantes secundaristas, porém para garantir a presença destes estudantes nas atividades, realizavam operações nas escolas, como afirmou Farias:

Então, montávamos uma estrutura de operação nas principais escolas e nas principais universidades, mas com o decorrer do tempo, era só marcar que já vinha todo mundo, a turma saía. Tenho guardada uma carta fantástica, de uma mãe que escreveu para um jornal, em que ela dizia o seguinte: “A escola só liberava do colégio quem os pais dessem uma autorização.” Vários colégios procediam assim, porque, em dia de passeata, criava aquele frenesi: os garotos de 12 anos: “Vamos na passeata!” E os colégios exigiam a autorização do responsável. Mas eles pulavam os muros. Nessa carta a mãe conta que o filho a desrespeitou, pulou o muro e foi para a passeata. Ela deu uma bronca no filho, foi dormir com aquilo na cabeça e escreveu uma carta linda, dizendo que ele estava certo por ter pulado o muro, porque ele estava lutando por um Brasil decente, um Brasil melhor. Então, as passeatas, no fundo, viraram isso, ninguém segurava mais, não tinha mais jeito, era uma onda (FARIAS, L., 2005, p. 12).

Mesmo com um conjunto de dificuldades, como a liberação dos alunos para as manifestações e as divergências entre as tendências, o movimento cresceu resultando em uma explosão de passeatas, que só acabaram em outubro de 1992, com a derrubada do presidente Fernando Collor e a posse de seu vice, Itamar Franco.

Como acabamos de ver, a luta pelo *impeachment* do presidente Collor de Melo trouxe às ruas, novamente, parcela significativa dos estudantes. Sobre o movimento dos “caras-pintadas”, Mattos afirmou que: “[...] o que ficou de concreto, é que os jovens quebraram uma letargia de 20 anos e arrancaram a classe média de uma submissão fatalista na qual estava submetida” (1993, p. 80). Ainda, segundo Mattos, o que aconteceu durante as manifestações pró-impeachment foi, “[...] uma fusão entre os espíritos de duas épocas: as grandes manifestações de massa de cunho político, típicas dos anos 60 e 70, se realizaram com a diversidade cultural e estética dos anos 80 e 90” (1993, p. 80).

Após o *Fora Collor*, quando a UNE parecia retomar seu prestígio no campo político, esta passou a apoiar Itamar Franco. Farias comenta esta relação em seu depoimento:

Na minha gestão, houve dois momentos. Teve o momento em que o Itamar nos adorava, nos recebia e tal. Estávamos em Brasília e dizíamos: “Vamos ver o Itamar!” E íamos e falávamos com ele. Um ministro chamado Andrade Vieira, lá do Paraná, ficou ‘pê da vida’ – saiu até uma nota em que ele ameaçou sair do governo – porque tinha uma audiência marcada, cheguei lá com Totó e companhia, e o Itamar foi nos receber. Ele tinha esse canal muito aberto conosco, até porque o Itamar se sentia um pouco fruto daquele movimento estudantil [...]. Chamei a UNE um pouquinho mais para o palco

do Itamar e começamos a fustigar o governo. Sendo muito sincero, isso obedecia também nossos planos políticos – isso para o congresso da UNE – porque diminuía a margem de posicionamento de uma chapa contrária à nossa. Era a eleição do Fernando Gusmão, que combatia pela esquerda. A outra eleição do Fernando tinha sido muito dura, porque, como a UNE cresceu muito, eles criaram um movimento muito inteligente, chamado MUDE, Movimento UNE Democrática. Apesar de termos muita força, eles quase nos ganham a UNE. Fizeram uma chapa e compuseram com a Convergência Socialista (FARIAS, L, 2005, p. 14).

Percebemos através do relato que a relação com Itamar ocorria de acordo com os planos políticos da direção da entidade. No primeiro momento mantiveram uma boa relação, posteriormente a direção da entidade passou a fustigar o governo se armando para a próxima eleição de diretoria. Ainda durante a presidência de Itamar Franco iniciaram as negociações para a devolução do terreno da Praia do Flamengo. Em 17 de maio de 1994, o presidente Itamar Franco assinou um protocolo para a devolução definitiva do terreno de número 132 da Praia do Flamengo aos estudantes.

Sobre as tendências políticas organizadas, na década de 1990, as principais foram a União da Juventude Socialista (UJS)²⁰, o MR-8²¹, a Juventude do PDT²², a Juventude do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)²³, e a Juventude do PT²⁴. Havia também os militantes independentes, ou seja, estudantes não vinculados a partidos políticos. Estas tendências realizaram enfrentamentos

²⁰ A União da Juventude Socialista (UJS), fundada em 1985, oriunda da corrente estudantil “Viração”, ligada ao Partido Comunista do Brasil – PCdo B..

²¹ O MR-8, dissidência do PCB, existe desde 1968. O nome é um “apelido” para o Movimento Revolucionário Oito de Outubro, dia da morte de Che Guevara. Desde 1974, faz parte do PMDB. Ficou conhecido como movimento “quercista” pela influência de Orestes Quercia de São Paulo. Realizou freqüentes alianças com a UJS/PCdoB nos congressos estudantis.

²² A Juventude do PDT, a ala jovem do Partido Democrático Trabalhista surgiu em 1980. Disputa o legado de Getúlio Vargas e se definiam como socialistas.

²³ A Juventude do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU possui uma grande influência nos movimentos estudantis criou o movimento Reviravolta, em 1997, onde congregou filiados do partido e simpatizantes, foi a terceira força dos Congressos da UNE de 1999 e 2001.

²⁴ A Juventude do Partido dos Trabalhadores, surgiu no final dos anos 70. Nos Movimentos Estudantis, as correntes trotskistas “O Trabalho”, a “Democracia Socialista –DS” e a “Convergência Socialista” já possuíam, experiências anteriores à fundação do partido, com as correntes estudantis Centelha e Libelu, portanto, no início elas deram as linhas políticas para esse setor. Mas, existem outras correntes que atuaram no movimento como, a “Corrente Socialista dos Trabalhadores–CST”, “Força Socialista–FS”, “Tendência Movimento-TM”, “Articulação Unidade na Luta” (corrente majoritária no interior do partido) e a “Articulação de Esquerda – AE” (cisão da Articulação, desde 1993). Nos movimentos estudantis, as correntes ora constroem a unidade dos militantes ora saem sozinhas, mas dirigem várias entidades no interior dos movimentos. O PT dirigiu a UNE no período de 1987 a 1990. Introduziram na composição da diretoria da UNE o sistema proporcional, em 1989, com objetivo de contemplar as minorias na direção da entidade.

políticos nos congressos da UNE durante os Governos Fernando Henrique Cardoso (PSDB) que presidiu o Brasil de 1995 ao ano de 2002.

1.5.6 A UNE: do Governo FHC a vitória de Lula (1995-2002)

FHC empreendeu um processo de privatização de empresas estatais tradicionais, como as empresas de telefonia, de mineração e de eletricidade. As organizações de esquerda caracterizaram o governo como neoliberal, tanto por sua assumida inserção e subordinação à globalização como pelas privatizações realizadas. Para Paulani,

[...] a gestão neoliberal do Estado implica conduzi-lo como se fosse um negócio, mas o resultado é o inverso do que ocorre quando essa racionalidade é aplicada ao setor privado. Em vez do acúmulo de recursos e da reprodução ampliada do 'capital público', temos a dilapidação dos recursos do Estado [...] atrofiamiento do espaço econômico público (2008, p. 122).

A partir da gestão neoliberal, se fortaleceu uma nova concepção de universidade. Para Chauí tal modelo de gestão iniciou o processo de:

[...] aceitação da idéia de modernização racionalizadora, pela privatização e terceirização da atividade universitária [...] a universidade participando da economia e da sociedade como prestadora de serviços às empresas privadas, com total descaso pela pesquisa fundamental e de longo prazo (2003, p. 13).

O Banco Mundial²⁵ cumpriu papel fundamental nesse processo, recomendando aos países em desenvolvimento que reformassem os seus sistemas educacionais. Estas reformas são apresentadas como condição para que esses países tenham êxito no “novo mundo” resultante das mudanças ocorridas nos sistemas produtivos (REIS, 2003, p. 124). Para cumprir tais determinações, o sistema de educação superior dos países periféricos deveria contar com poucas universidades de pesquisa, seguido por universidades de formação profissional de

²⁵ Segundo o site oficial “[...] o Banco Mundial não é um banco no sentido comum, mas uma organização internacional constituída por 185 países desenvolvidos e em desenvolvimento. [...] o Banco Mundial ajuda Governos em países em desenvolvimento a reduzir a pobreza por meio de empréstimos e experiência técnica para projetos em diversas áreas”. Ver mais em <http://web.worldbank.org/> Acessado em 15/11/2009.

quatro anos, institutos isolados e centros vocacionais e/ou de formação técnica com duração de dois anos (OTRANTO, 2006, p. 20).

Esses elementos apontaram para uma redefinição do papel da educação superior, fundada, de um lado, na desqualificação do caráter científico e no alinhamento do trabalho das instituições de educação superior às perspectivas de mercado, à lógica da proporção entre custos e benefícios, ao redesenho das relações e limites entre o setor público e o setor privado (CÊA, 2006, p. 49).

As reformas no setor público, realizadas por FHC, pretendiam criar condições para a produção de um novo paradigma político, baseado na adaptação política e busca do consenso ideológico e na subordinação da educação à economia tornando o país competitivo no mercado mundial. Ao redefinir os setores que compõe o Estado, designou setores como não-exclusivos do mesmo, sendo alguns destes: a educação, saúde e a cultura. Segundo Chauí com as reformas implementadas por FHC, “[...] a educação deixou de ser concebida como um direito [...] e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado” (2003, p. 1).

Desta forma, a educação pública brasileira passou também a incorporar a lógica empresarial, na medida em que as instituições tiveram que buscar recursos de fontes adicionais, ou seja, privadas. Para exemplificar este processo, nos anos de 1990, o Brasil foi o terceiro país em privatização da educação superior na América Latina (TRINDADE, 2004, p. 824).

Durante o Governo FHC, a UNE passou a enfrentar o governo, por discordar da postura neoliberal do presidente, de privatizações desmedidas, flexibilizações em massa, redução dos direitos e das conquistas dos trabalhadores, bem como por submeter o Brasil aos ditames da política econômica externa.

No plano educacional, concretizou-se o embate contra o teor das reformas propostas pelo governo para o ensino superior, na gestão do Ministro Paulo Renato de Souza, também de caráter neoliberal, que seguiam orientação do Banco Mundial. Entre os esforços realizados para impedir o avanço dessas propostas, bem como sua implantação, a UNE realizou o Seminário Latino-Americano de Reforma Universitária, na cidade de São Paulo, em novembro de 1996.

O 44º Congresso da UNE, realizado em 1995, primeiro do Governo FHC,

contou com a participação de mais de oito mil estudantes, sendo 5.346 delegados. Membro da chapa *Saudações a quem tem coragem!* organizada pelos militantes do PCdoB, Orlando Silva foi eleito presidente da entidade, com apoio de militantes independentes. Enfrentaram o PCdoB chapas de militantes do PT e do PSTU (POERNER, 2004, p. 301).

Na gestão de Orlando Silva, a UNE procurou desenvolver uma maior aproximação com reitores, professores e servidores das universidades (POERNER, 2004, p. 302). Por ser filiado ao PCdoB, em depoimento a *Revista UNE*, Orlando Silva foi questionado sobre a intervenção dos partidos nos movimentos. Em resposta afirmou:

Não há qualquer intervenção! Quero dizer que defendo a mais ampla liberdade de organização e funcionamento dos partidos políticos [...]. Esse discurso de que existe partidarização²⁶ é de quem não tem projeto para o movimento estudantil. Toda e qualquer posição que a UNE e o seu presidente defendem é aprovada, antes, pelas instâncias deliberativas da UNE [...]. Tudo precedido de amplo debate [...]. Ganha na UNE quem tem as melhores propostas (BARCELLOS, 1997, p. 80).

Orlando Silva em seu relato desenvolveu a tese da não intervenção partidária na entidade e que as decisões na entidade eram resultado de amplos debates, ou seja, a entidade mantinha a democracia como um dos seus princípios. Importante lembrar que as eleições de diretoria da UNE, não eram diretas e desde 1989, os delegados votam em chapas. Fundamentado na proporcionalidade dos votos se configura a nova diretoria.

O 45º Congresso da UNE, realizado em 1997, teve a participação de aproximadamente sete mil pessoas. Esse congresso foi marcado pela disputa política do PCdoB com tendências do PT, que organizaram o MUDE (Movimento UNE Democrática), diante do poder exercido pelo PCdoB sobre a entidade. Com 1.521 votos, Ricardo Cappeli foi eleito presidente da entidade, contra os 216 votos conquistados pelo PSTU. As demais chapas, em número de 5, não reuniram mais que 432 votos (POERNER, 2004, p. 303).

Duas semanas antes de sua realização a direção da UNE fez uma proposta, diante do número de inscritos ao congresso, de reduzir o congresso. A tese era de

²⁶ Avaliamos que o processo de partidarização, do qual Orlando Silva criticou, pode ser compreendido como controle e subordinação da entidade por um partido político.

que precisava de congressos estaduais nos quais, em vez de eleger um delegado na universidade direto para o congresso nacional, elegia-se para o congresso estadual. E de cada cinco delegados eleitos, um ia para a etapa nacional. Capelli explica o que ocorreu:

As pessoas diziam o seguinte: “Mas o congresso da UNE tem uma tradição de ser um grande ato, e se você fizer uma coisa menor, vai estar quebrando uma tradição que vem desde de 1979, do congresso de reorganização em Salvador.” Então o congresso da UNE sempre teve essa coisa de ser um grande palco. E aí vinha a pergunta: “Não dá para fazer um menor?” Havia essa discussão internamente. Decidimos bancar essa proposta no congresso duas semanas antes de sua realização. Foi um problema – em geral, as propostas eram debatidas por seis meses, indo pelo país inteiro. As outras forças sabiam o que você estava defendendo {...} argumentavam: “Essa não!” Chegamos no congresso – no qual não tínhamos um campo amplo – e encontramos as outras forças políticas reclamando, falando que estávamos empurrando goela abaixo aquela proposta, sem discussão. Só que houve uma posição política nossa de bancar e votar essa proposta no congresso com cinco, seis mil pessoas. Votou-se e a gente ganhou por cem votos. Num congresso com tantas pessoas ganhamos por cem votos. Isso gerou uma grande turbulência, e a esquerda do PT se retirou num momento de grande confusão, dizendo que não reconhecia o congresso, que aquilo era um golpe, que a gente estava empurrando uma proposta que não teve discussão. A aprovação da proposta, a retirada deles gerou grande instabilidade. Acabou-se montando uma chapa que fez nove a dez dos 11 diretores da executiva, mas uma parcela grande e representativa do movimento ficou de fora: a Democracia Socialista do PT e a Articulação de Esquerda [...]. Foi uma polêmica que acabou, naquele momento, rachando um pouco a UNE, porque uma parcela representativa do movimento se retirou (CAPELLI, R., 2004, p. 8).

Essa proposta, como consta no relato, pouco discutida na base, foi levada ao congresso e diante dos poucos dias e espaços para discussão resultou no rompimento de forças políticas do congresso, não o reconhecendo como espaço de deliberação. Este problema continuou após o congresso. Capelli diz que:

Os congressos seguintes não funcionaram porque criamos o Coneb [Conselho Nacional de Entidades de Base], no congresso em Viçosa, no final de 1998. A UNE não fazia isso havia sete anos. E foi também o maior Coneb da história, quase duas mil entidades de base participaram. Nele, a questão central era se ia haver congresso estadual ou não. Uma grande polêmica. Ficamos numa situação difícil – as pessoas que defendiam que não tivesse congresso estadual, o faziam com um argumento falso, mas que acabou pegando [...] acusavam-no de antidemocrático. Cantavam até uma música: “Delegado de verdade é eleito pela base”. E caracterizavam os congressos estaduais como os funis, querendo diminuir a etapa nacional. Conseguiram carimbar nossa proposta de racionalização dos congressos como antidemocrática, que visava diminuir a participação [...]. Eu estava na mesa e o nosso pessoal presente – o da UNE, meio inseguro: pode votar, não pode [...] O problema era que, naquele ginásio com duas mil pessoas,

se a mesa decidisse que não podia, na certa ia implodir o Coneb. Ou então a mesa questionava no plenário se podia votar ou não e a decisão seria uma questão de ordem, implicava em outra votação e ia implodir também. Chegou-se à seguinte solução: deixa votar. E perdemos (CAPELLI, R., 2004, p. 9).

Pressionado pelos delegados presentes e a diretoria da UNE, com o objetivo de reafirmar a proposta, votada e apreciada no 45º Congresso da UNE, de realizar congressos estaduais, colocou novamente em pauta no CONEB realizado posteriormente. A contradição é que nenhuma deliberação do CONEB pode substituir uma decisão do Congresso da UNE, afinal as decisões deste congresso são soberanas. Contrariando a própria estrutura, sob pressões dos delegados presentes, a direção colocou em votação novamente a realização ou não dos congressos estaduais. A proposta da direção era de realizá-los. Na ocasião sofreram uma derrota, pois a maioria dos presentes foi contra.

Nesse período, além das disputas políticas, os estudantes se expressaram na campanha contra o sistema de avaliação do Governo FHC, denominado Exame Nacional de Cursos (ENC), conhecido entre os estudantes como Provão. Para Poerner, “[...] a UNE e muitas outras organizações estudantis, como as federações de curso, etc, desempenharam uma forte propaganda contra o chamado Provão, incentivando a elaboração de um novo sistema que avaliasse as condições de ensino, e não o ranqueamento de notas que o exame propunha” (2004, p. 302). Sobre a atuação da UNE na campanha contra o Provão, Ricardo Capelli, declarou:

No dia da realização da prova, a UNE distribuiu um contra-provão com perguntas sobre o *Provão*, sobre a política educacional e sobre o próprio Ministro Paulo Renato. Mais de 91% dos que responderam ao questionário, reprovaram não só a política educacional, que está sendo implementada, como também o Ministro Paulo Renato. Mais do que isso, disseram que só fazem o *Provão*, porque se sentem coagidos pelo governo, que os obriga a fazer a prova para retirar o diploma (BARCELLOS, 1997, p. 83).

Ainda sobre o assunto, em entrevista realizada no ano de 2004, pelo *Projeto Memória do Movimento Estudantil*, Ricardo Capelli afirmou:

Paulo Renato, com uma jogada de marketing – que pegou, porque ele era um marqueteiro fantástico –, fez passar o *Provão* na grande avaliação da universidade; e ele passou a ser parâmetro, referência no Brasil. Era cruel também porque o aluno, feita a prova, carregava a nota para o resto da vida. Mesmo tendo tido uma vida acadêmica fantástica, se naquele

momento ele fosse mal na prova, aquela nota do provão o acompanharia o resto da vida. A gente brigou e o que é que Paulo Renato fez? Tornou opcional o aluno ter acesso ou não à nota. O que o mercado de trabalho começou a fazer? Quando se ia procurar emprego, exigia-se: “Traga a sua nota do *Provão*.” Na hora que o mercado começou a exigir, o que era opcional passou a ser obrigatório [...] e isso é um negócio descabido! Com toda uma formação acadêmica, acaba-se levando para o resto da vida uma nota, criando profissionais de categoria diferentes (CAPELLI, R., 2004, p. 13).

O *Provão* como vimos mobilizou boa parte da juventude, porém, a obrigatoriedade e a utilização da nota pelos empregadores, fizeram com que este método avaliativo fosse, por vários anos, mantido e realizado pelos estudantes.

Outra questão relevante desta mesma gestão ocorreu, em 1998, diante da atuação da UNE na greve das universidades públicas, contra o congelamento dos salários dos professores e dos servidores. Ricardo Capelli, sobre o tema, relatou:

As greves aconteciam, e também questionávamos a validade da greve na universidade pública. Dizíamos que esvaziava a universidade [...]. Não era que a gente fosse contra, mas sempre havia dúvidas se era o melhor instrumento. Preferíamos fazer manifestação. Pois bem, veio a greve das federais no momento de muito arrocho do Governo Fernando Henrique Cardoso, muita dificuldade e, na minha opinião, avaliamos meio mecanicamente aquela greve: “Outra que não vai pegar” [...] e pegou. Então, qual foi a posição da UNE? Apoiava a greve onde ela já tinha sido deflagrada, e defendia que acontecessem assembleias nas universidades para que se posicionassem. Onde se decidisse pela greve ou se determinasse mobilização de estudantes, a gente apoiava [...]. Tínhamos sempre muito medo de desmoralização da greve. Desmoraliza se a UNE chama uma greve nacional de estudantes e não acontece! Sempre ficava naquela: será que é o instrumento, e tal? Nossa posição foi mais equilibrada: onde havia greve, apoiamos; onde não, fazemos assembleia para definir se deveria ser greve ou mobilização. Foi uma posição mais equilibrada, com referência nas mobilizações anteriores que não funcionaram. Um desastre [...] num momento de radicalização política não existe ‘posição muito equilibrada’. Radicalizou? Ou você está de um lado, ou do outro. Como o setor que dirigia a Andes, naquele momento, era formado por professores de força política de oposição a nós, na prática construiu-se uma aliança de oposição para afirmar que éramos contra a greve. Agora, imagine: a greve explodindo no país inteiro e a direção do movimento dos professores junto com a oposição – que era grande também – fazendo um carnaval, dizendo que a UNE era contra! Embora não fosse verdade, batiam nisso. Como a greve cresceu e a nossa posição não era muito clara, ficamos um ano apanhando (CAPELLI, R., 2004, p.11).

A fala de Ricardo Capelli demonstrou a preocupação da direção da época com a oposição que esteve presente desde o início das greves das universidades. A posição “equilibrada” da direção da entidade, como o próprio presidente da época

afirmou, foi um desastre. Enquanto as universidades estavam mobilizadas, a entidade de maior expressão nos movimentos estudantis brasileiros, em vez de contribuir na construção deste processo de luta contra o arrocho salarial e as privatizações, apoiou apenas as universidades em que a greve já havia sido deflagrada.

Importante frisar que, durante o Governo FHC, o processo de privatização não foi mais intenso devido a estas greves e mobilizações realizadas pelos movimentos sociais. Como por exemplo, as greves realizadas por professores de 51 IFES (Institutos Federais de Educação Superior), técnico-administrativos e com o apoio de estudantes, que durou 104 dias (31/03 a 13/07 do ano de 1998)²⁷; a greve realizada por professores de 51 IFES, técnico-administrativos e estudantes, com duração de 108 dias (22/08 a 07/12 do ano de 2001)²⁸; as mobilizações dos movimentos estudantis, como a realizada em 30 de março de 2000 na cidade do Rio de Janeiro²⁹, entre outras.

A UNE, nesse período, atuou também em apoio a chapa de Lula e Brizola, contra a reeleição de FHC, que contou com o apoio do PCdoB e do PSB. Após a derrota de Lula e nas urnas, para Santos, “[...] a UNE estreita ainda mais o relacionamento com o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, eleito nesse mesmo período eleitoral” (2007, p. 86). Justamente, o Estado de Minas Gerais viria a sediar o próximo Congresso da UNE.

Em Belo Horizonte, no ano de 1999, foi realizado o 46º Congresso da UNE. Com mais de cinco mil delegados participando do congresso, a chapa Refazendo, encabeçada por Wadson Ribeiro, também militante do PCdoB, venceu as eleições para a diretoria (POERNER, 2004, p. 305). Nesse congresso a juventude do PSTU e militantes independentes denunciaram, em sua tese denominada *Rompendo*

²⁷ Esta greve teve entre suas principais reivindicações o Reajuste de 48,65%; recomposição do quadro de docentes das IFES; ampliação de vagas e abertura de concursos para docentes; retirada do PIB. Mesmo após greve de fome de 14 docentes, não houve nenhuma conquista referente aos itens da pauta; o Governo não abriu mão de seu projeto excludente e privatizante; substituiu o PID pela GED, que tem em comum as mesmas características; nada foi concedido aos professores de 1º e 2º graus e aposentados (ANDES, 2009).

²⁸ Esta greve teve entre suas principais reivindicações o Reajuste de 75,58%, manutenção do Regime Jurídico Único, abertura de oito mil vagas, incorporação das gratificações. Seu resultado foi a abertura de duas mil vagas, equiparação da GID à GED, manutenção do RJU, reajuste salarial variando entre 8 e 15% (ANDES, 2009).

²⁹ Esta mobilização teve como pauta o chamado “Fora FHC”. O protesto foi organizado a fim de denunciar o valor do salário mínimo da época e a denúncia de corrupção.

Amarras, o posicionamento da UNE, contrário as greves das universidades federais, e que procurou desautorizar o Comando de Greve e mobilização dos Estudantes.

Esse congresso, que teve a presença de Fidel Castro, aprovou como resoluções a manutenção das campanhas *Fora FHC* e *Fora FMI*. Vale a pena dizer que a consigna *Fora FHC* foi aceita pela direção da entidade somente após as pressões da base, como consta em Manifesto Nacional da CONLUTE: “[...] durante o Governo FHC, a UNE foi contra o *Fora FHC* e só mudou de posição porque ia perder essa votação no Congresso de 1999” (CONLUTE, 2004, p. 1).

Além dos problemas relacionados às greves das universidades federais, a juventude do PSTU e militantes independentes denunciaram, em sua tese, a política do PCdoB sobre a UNE.

Nosso objetivo maior neste 46º CONUNE é, de fato, combater a partidarização promovida pelo PCdoB e romper com esta política aparelhista, autoritária, que torna a UNE uma verdadeira entidade "virtual", um balcão de emissão de carteiras, uma máquina de arrecadar recursos. Defendemos um movimento estudantil democrático e plural, onde cabem militantes independentes ou vinculados a correntes e partidos políticos. O que não admitimos é o aparelhismo. Queremos libertar a UNE destes vícios, colocá-la na linha de frente das lutas. Queremos a UNE LIVRE! (ROMPENDO AMARRAS, 2001, p. 2).

A tese *Rompendo Amarras*, disputando os rumos da UNE, exigia da direção da entidade independência, democracia e luta. Defendiam a construção de um movimento combativo, libertário, capaz de lidar com as diferenças e contradições do movimento de forma plural (2001, p. 2).

Em 2001, a UNE realizou a 2ª Bienal no Rio de Janeiro. Para a realização de sua bienal a UNE contou com o apoio da Rede Globo, e de vários artistas e intelectuais como Oscar Niemeyer, Ferreira Gullar, Fernando Peixoto, Augusto Boal, Tom Zé, Ziraldo e O Rappa, entre outros (SANTOS, 2007, p. 88).

Durante a gestão de Wadson Ribeiro, a UNE recebeu de Oscar Niemeyer um projeto para a reconstrução de sua sede, que passaria a se chamar Centro Cultural Vianinha – em homenagem ao ator e dramaturgo Oduvaldo Viana Filho, que exerceu importante destaque no antigo CPC, que acolheria os Circuitos Universitários de Cultura e Arte da UNE (CUCA).

Para a concretização do projeto, o primeiro passo seria a desocupação do

terreno, explorado como estacionamento, embora oficialmente devolvido à UNE no Governo Itamar. Quanto aos recursos financeiros, a entidade conseguiu no Congresso Nacional, através de nove emendas parlamentares, que R\$ 900 mil fossem destinados à obra, mas o Governo FHC não liberou a verba (POERNER, 2004, p. 308).

No 47º Congresso da UNE, realizado em Goiânia, no ano de 2001, foi eleito com 60% a chapa de Felipe Maia, militante do PCdoB. Dessa vez, contou com o apoio do PDT, PSB, PTB e outros. A principal chapa adversária, ligada ao PSTU e a esquerda do PT, recebeu 22% dos votos; a chapa da tendência Articulação, do PT, recebeu 7% dos votos. Felipe Maia, que presidiu a UNE, entre 2001 e 2002, sobre o congresso relatou:

O congresso que me elegeu foi em Goiânia, em junho de 2001 – o maior congresso da UNE até então. Os congressos da UNE, da metade de 1990 para 2000, foram gradativamente crescendo, porque o número de estudantes universitários no país, nesse período, cresceu muito e as regras de eleição de delegados para o congresso não foram alteradas. Assim, aumentou o número de participantes, o movimento cresceu e os congressos começaram a ficar muito grandes. O congresso em que fui eleito tinha mais de cinco mil pessoas; foram seis ou sete chapas a disputar a eleição, além de dois blocos principais e um terceiro já sem muita força. A nossa chapa chamava-se “Agora só falta você” e era composta por nós, pela UJS, por um pessoal ligado ao PPS, outro ligado ao PTB do Rio Grande do Sul (que diferentemente do PTB nacional fazia oposição ao Fernando Henrique), tinha o pessoal do PDT do Brizola e outros grupos menores de universidades (MAIA, F., 2004, p. 7).

As propostas presentes no programa da chapa de Felipe Maia estavam vinculadas a uma posição extra-universidade, ou seja, a oposição ao Governo FHC, refletindo a conjuntura do momento.

A bandeira da nossa chapa era construir uma ampla unidade contra o neoliberalismo e contra o Governo Fernando Henrique Cardoso. Esse era o mote, dizíamos o seguinte: “Com todo mundo que for contra o Fernando Henrique, contra o neoliberalismo, nós topamos compor. Precisamos unir todo mundo contra esse projeto.” O outro grupo chamava-se “Rompendo a massa”, movimento de oposição nucleado pelas correntes da esquerda do PT e pelo PSTU (MAIA, F., 2004, p. 8).

Contrários ao Governo FHC, como consta no relato de Felipe Maia, como já assinalamos, a UNE foi pressionada a assumir a campanha *Fora FHC*, no ano de 1999.

Além do debate entre as propostas, este congresso evidenciou, mais uma

vez, o embate entre os partidos políticos. Felipe Maia, em depoimento ao *Projeto Memória do Movimento Estudantil*, relatou:

A nossa chapa foi vitoriosa no congresso com 60% dos votos, mas 20% também é uma votação significativa. Houve outras chapas menores: uma da direita, muito pequenininha; do PSDB e do PFL; e teve também uma chapa do grupo da Articulação do PT, com desempenho muito fraco. Esse congresso marcou a decadência da Articulação no movimento estudantil. Depois desse congresso, a Articulação teve dificuldade para se recuperar, foi um período em que eles perderam muita militância, perderam base, a maioria dos militantes foi cooptada para participar de governos. O PT ganhou muitas prefeituras e tirou muita gente da base. Houve também uma chapa no grupo trotskista do PT chamada 'Trabalho', que divergia da aliança da esquerda do PT com o PSTU – eles concordavam com o programa em geral, mas não em se aliar com o PSTU e não concordavam em dividir a UNE (MAIA, F., 2004, p. 8).

A composição das próprias chapas que disputavam o controle da UNE dão uma idéia da luta entre os partidos políticos no congresso. Durante os enfrentamentos com as diversas teses apresentadas no congresso, a chapa que aglutinou PCdoB, PDT, PSB, PPS teve aprovadas as suas propostas para as questões identificadas como as mais polêmicas, como a manutenção do controle da UNE sobre a emissão da carteira de estudante, principal fonte de renda da entidade, e da eleição indireta dos presidentes (POERNER, 2004, p. 308).

Porém, Paulo Renato de Souza, como Ministro da Educação, em agosto de 2001, editou uma medida provisória impedindo a UNE de continuar com o monopólio da emissão das carteirinhas estudantis. Essa medida representou “[...] um baque financeiro para a UNE, que recebeu a solidariedade de muitos parlamentares, da OAB e até do presidente do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio de Mello, mas não conseguiu reverter a situação”. No ano 2000, a renda das carteirinhas somou a quantia de R\$ 1, 9 milhão de reais (POERNER, 2004, p. 308). Sobre o tema Felipe Maia disse:

[...] 80% dos recursos da UNE vinham das carteiras e cerca de 20% de origens diversas, como convênios, por exemplo. Fizemos convênio com a Unimed: se o estudante quisesse ter plano de saúde, tinha desconto. Há um monte de parcerias que você vai fazendo: seguro de automóvel, essas coisas, não rendem muito, mas rendem sempre um bocadinho. Tínhamos parceria com a zip.net, um provedor de internet, e isso ajudava a sustentar o nosso *site*. Tudo isso somado dava uns 20%; 80% vinham das carteiras. A UNE nunca teve o monopólio das carteiras, sempre existiram outras, mas o que acontece é que a maioria dos estados reconhecia a da UNE como

válida para todos (MAIA, F., 2004, p. 11).

Percebemos, através do relato, que a UNE, além das verbas arrecadadas das carteirinhas, mantinha convênios com grandes empresas como a *Unimed*. A conquista da meia-entrada, associada ao controle da emissão das carteirinhas, uma conquista que deveria garantir o autofinanciamento da entidade, ao não ser transparente, acabou favorecendo o enriquecimento do aparelho e a burocratização³⁰ da entidade por parte de sua direção majoritária. Mesmo afirmando não manter o monopólio, como consta no relato, em vários locais, apenas a carteirinha da UNE era reconhecida. Desta forma, os estudantes para exercer em todos os locais o direito da meia-entrada obrigatoriamente precisavam da carteirinha da entidade.

Diante das medidas do ministro Paulo Renato, o então governador Anthony Garotinho decidiu doar um milhão de reais para a UNE para auxiliar na reconstrução da sede da UNE na Praia do Flamengo. Não sendo permitido a uma entidade de direito privado o recebimento de recursos para construir patrimônio de órgão público, foram feitos projetos contando com apoios da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rede Globo, Fundação Roberto Marinho. Os projetos foram aprovados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj), porém a entidade não recebeu os recursos (MAIA, F., 2004, p. 13).

Apesar desse conjunto de práticas, durante os Governos FHC, e o avanço das políticas neoliberais no Brasil, despertaram a resistência dos movimentos estudantis e novamente se projetaram novas articulações. Nos últimos congressos da UNE, do Governo FHC, podemos observar a disputa de alguns partidos políticos pela diretoria da entidade (PCdoB, PSTU, PT, PCB, PSB, PCO, PTB, PFL, PDT, PPB, PPS, PSDB, PMDB e outros).

No período de 1999 a 2001, as causas com as quais a UNE se envolveu foram: a emissão de carteira de identidade estudantil da entidade, o Exame Nacional de Cursos ou *Provão*, a Lei do Senador Antero de Barros que visava à reserva de vagas nas universidades públicas para alunos oriundos das escolas públicas e o apoio à greve das universidades públicas realizada em maio de 2000. Além disso,

³⁰ Para Almeida, o processo de burocratização ocorre quando a direção, ou burocracia “[...] autonomiza-se em relação aos seus representados, usurpa o poder que lhe foi concedido para defender os trabalhadores e passa a usá-lo em defesa de seus próprios interesses” (2007, p. 26).

reivindicaram a criação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) para apurar as denúncias de corrupção do governo federal (BARBOSA, 2008, p. 59).

Até então percebemos, através dos autores por nós utilizados e das fontes analisadas, que a UNE passou por diversas transformações. Estas, como vimos, ficam evidentes nas reivindicações defendidas até nas práticas políticas de organização e negociação com o Estado. O nome da entidade permaneceu o mesmo, mas o tipo de organização foi diferente de acordo com cada período histórico.

Em alguns períodos, a UNE esteve próxima a governos federais e estaduais, como foi durante parte do Governo Vargas; durante a presidência de João Goulart; durante o Governo Sarney, inclusive convidando o ministro da educação Marco Maciel para algumas de suas atividades. Este diálogo foi mantido durante o Governo Itamar, tanto como presidente, como governador do Estado de Minas Gerais. Em outros períodos percebemos maior radicalidade da UNE, como durante a ditadura civil-militar. E durante os governos de Collor e FHC a UNE se manteve no campo de oposição.

A UNE, mesmo com momentos de radicalidade, passou a depender, cada vez mais, da máquina do Estado, tanto em seus congressos como em seu funcionamento. Mesmo com a lucratividade das carteirinhas, a UNE, patrocinada pelo Estado, distante das ruas e próxima aos gabinetes manteve posição polêmica em diversos momentos, como foi diante da greve dos estudantes de 1998.

No próximo capítulo buscaremos entender a relação da UNE com o Governo Lula e a atuação dos partidos políticos nos congressos da entidade durante este período.

2 A UNE NO GOVERNO LULA E A ATUAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA ENTIDADE (2003-2010)

Neste capítulo será abordada a relação da UNE com o Governo Lula, durante os seus dois mandatos (2003-2010), na formulação das políticas sociais para o ensino superior até a sua aprovação e aplicação. Para isso, analisaremos as práticas da UNE, utilizando reportagens de sua revista intitulada *Movimento*, documentos aprovados em congressos, em reuniões de diretoria da entidade e prestações de contas da entidade. A análise dessa relação será fundamentada nas categorias independência e democracia.

Permeia esse estudo a concepção da existência de partidos políticos que se constituem em instâncias fundamentais para a articulação de propostas para os movimentos estudantis, de modo particular, e para a sociedade, de modo geral. Fundamentado nessa concepção, buscaremos compreender também os congressos da UNE, analisar as disputas entre os partidos e assim entender a atuação dos mesmos nos rumos da entidade. Para isso, utilizaremos as teses políticas dos partidos para os congressos, reportagens de jornais sobre os congressos, informes e reportagens da própria UNE sobre os congressos, entre outros.

Como fundamento teórico de nossa análise sobre os partidos políticos nos apoiamos nas obras de Sartori (1982), Panebianco (1982), Schwartzberg (1979), Michels (1982), Duverger (1970), Conceição (2000) e outros. Sobre a relação da UNE com o Governo Lula utilizamos autores como Dias (2006), Reis (2003), Cêa (2006), Almeida (2007), Arcary (2006), Santos (2007), Paula (2009), Bringel (2008) e outros.

Começaremos esse capítulo pelos elementos de teoria dos partidos políticos, para, em seguida, analisar a participação dos partidos na UNE e a relação da entidade com o Governo Lula.

2.1 Elementos de Teoria dos Partidos Políticos

Os partidos políticos não se constituem como fenômenos separados da

sociedade, considerando-se que entram em relação com outros elementos que compõem os sistemas políticos. Eles são síntese de processos históricos, ou seja, resultado de enfrentamentos que possibilitaram a sua existência, como, por exemplo, o avanço dos processos democráticos burgueses e a decadência de antigos regimes, como os monárquicos; e enfrentamentos políticos que geraram a necessidade de sua existência como instrumento de organização e luta. Contemporaneamente se tornou uma das formas mais utilizadas por homens e mulheres com o objetivo de unificar projetos em comum.

Mas, os partidos políticos, como tudo na história, não nasceram prontos e acabados, e não foram criados ao mesmo tempo em todo o mundo. São séculos de experimentações, que possibilitaram e possibilitam a criação das mais diversas concepções de partido divididas no interior das classes sociais (CONCEIÇÃO, 2000). A forma partido está mais consolidada nos países centrais onde é praticada há mais tempo, como na França.

2.1.1 Noção de partido político

O termo “partido” entrou em uso substituindo gradualmente a expressão “facção”. Conceição, ao analisar o histórico do termo, assegurou que em suas origens as idéias de “facção”, de “seita” e de “partido” estabeleceram algumas relações.

As palavras “facção”, “seita” e “partido”, porém não apresentam os mesmos significados: facção se originou do latim “facere” (fazer, agir). O significado desta raiz expressa a idéia de algo que era prejudicial à ordem vigente, pois insuflava o povo. Em razão disso, “factio” passou a indicar um grupo político empenhado na subversão, ou seja, em um fazer perturbador e danoso. A palavra “partido” também se originou do latim “partire” (dividir), todavia não faz parte do vocabulário político até o século XVII. A palavra predecessora de partido é a de “seita” que se originou do latim “secare” (separar, cortar) (2008, p.177-178).

Mesmo diante das relações dos termos, durante o decorrer do século XVII, o termo “partido” substituiu o termo “seita”. Esse último passou a ligar-se à religião e, especialmente, ao dito “sectarismo protestante”, que separava e cortava a unidade católica (SARTORI, 1982, p. 24).

Para Sartori, os precursores da idéia de partido foram Maquiavel e Montesquieu. Ambos falaram em “partes”, mas não utilizaram o termo partido. Sartori ainda apontou alguns nomes fundamentais de estudiosos dos primeiros partidos políticos, como Bolingbroke, Hume e Burke (1982, p. 25).

A principal contribuição de Bolingbroke, para Conceição, foi compreender os partidos como “princípios que dividem o povo”, ou seja, os partidos enquanto parte da sociedade. Em relação à Hume, sua principal contribuição a esse respeito foi sua tipologia entre “grupos pessoais” (típicas das pequenas repúblicas) e “grupos reais” (facções e/ou partidos típicos do mundo moderno) (CONCEIÇÃO, 2008, p. 179). Burke, para Conceição, situou o partido dentro do âmbito do governo, ou seja, o governo constitucional deveria ser reduzido pelos partidos. Sendo assim, limitou o partido político a um instrumento que almejasse o poder estatal (2008, p. 179). Esse concebeu a idéia de partido antes que o mesmo viesse a existir, e foi compreendido somente décadas mais tarde.

Mesmo com diferentes leituras e importantes contribuições, ambos retrataram o partido político ainda como um fenômeno embrionário, resultado da superação das antigas facções.

Aprofundando a interpretação dos autores já mencionados, Panebianco afirmou que todo partido político, constituído por um programa³¹ e por uma ideologia³², é uma instância de poder que almeja o poder político, não sendo, necessariamente, o poder estatal. Nessa concepção, o partido poderá realizar uma disputa interna ou fora do aparelho do Estado (PANEBIANCO, 1982, p. 30).

O partido político que se delineou a partir da modernidade, sobretudo no processo que se seguiu com a consolidação do poder burguês, somente efetivou-se no decurso da segunda metade do século XIX. Até o ano de 1850, estes existiam somente nos Estados Unidos. O que havia eram clubes populares, associações. De fato, a idéia de organizar a divisão em partidos se alastrou pelo mundo a partir da

³¹ O programa sintetiza a expressão teórica e a ação política comum de homens e mulheres. Ele expressa uma consciência coletiva fundada na experiência histórica acumulada no decorrer dos processos históricos. Para Foot “[...] uma certa concepção de programa, eivada pelo idealismo burguês, considera-o como uma espécie de catecismo [...] que esconde as receitas de como adquirir e conservar o poder”, porém o programa revolucionário da classe operária, ao contrário, “[...] é uma linguagem que concentra a ação, é uma síntese que condensa historicamente a experiência coletiva do movimento operário” (1979, p. 7).

³² Ideologia no sentido de conjunto de idéias de uma classe.

segunda metade do século XVIII e, sobretudo, depois da Revolução Francesa e da independência dos Estados Unidos (CONCEIÇÃO, 2008, p. 180). Sobre o partido político moderno, Schwartzberg afirmou que este pode ser identificado por quatro características:

a) a continuidade da organização, que permite distinguir os partidos e as simples clientelas, facções, bandos ou camarilhas; b) uma organização completa, feita, inclusive, até ao nível local; c) a vontade de exercer o poder, com um elemento suplementar: os partidos se assentam também numa solidariedade geral; d) a busca de sustentação popular, especialmente pelo canal das eleições, que permite opor os partidos aos simples clubes, por exemplo (1979, p. 488-489).

Uma das características do partido político moderno é a sua necessidade de sustentação popular. Dessa maneira, a atuação partidária e, por conseguinte, a busca pela formação de consenso entre a população ocorre por meio da “[...] difusão, por um centro homogêneo, de um modo de pensar e de agir homogêneo” (GRAMSCI, 2000, p. 205). Sobre o desenvolvimento dos partidos modernos, Sartori afirmou que,

[...] ao se desenvolverem os partidos não o fizeram – durante todo o século XIX e até boa parte do século XX – para transmitir ao povo os desejos das autoridades, mas antes para transmitir às autoridades os desejos do povo. Isso não é afirmar que todos os partidos expressam e representam sempre (1982, p. 48).

Os modernos partidos se desenvolveram com o intuito de transmitir e representar as vontades e necessidades do povo, afinal eles expressam, canalizam, agregam, selecionam essas necessidades. Porém, diante de sua concepção de organização em certos momentos, podem desviar ou deformar estas necessidades (CONCEIÇÃO, 2000).

O partido político é uma organização que possui como objetivo participar na vida política do país e formar a expressão da vontade política de uma classe. Como intelectual coletivo tem função diretiva e organizativa, isto é, educativa. É resultado da realidade de seu momento histórico e expressão política das classes sociais. A sua ação se realiza mediante a organização “[...] que assegura aos partidos as condições para trabalhar em direção do cumprimento de seus objetivos”

(CONCEIÇÃO, 2008, p. 193). Em suma, o partido, entendido como intelectual³³ coletivo, cumpre papel de organizar e expressar a ação dos membros a que pertence na busca pelo poder. Para Panebianco “[...] invariablemente todas ellas – organizações partidárias – sirven también para garantizar, perpetuar o acrecentar el poder de aquellos que las controlan” (1982, p. 16).

Como já assinalamos, na sociedade contemporânea toda luta política consciente é uma luta entre partidos.³⁴ Porém, a intensidade da luta entre partidos pela direção de organismos de frente única pode afastar os estudantes, como afirmou Brandão: “[...] muitas vezes, essa disputa política colocada acima das bandeiras centrais do movimento [...] inibe a participação de uma parcela dos estudantes que não estão identificados” (2008, p. 71).

Esta situação pode ser explicada por alguns motivos: o primeiro é o pequeno percentual de jovens que possuem relação orgânica com os partidos. O segundo motivo pode ser a incompreensão de muitos estudantes das diferenças entre os partidos políticos. Para Arcary, as diferenças entre os partidos é algo normal, pois nenhuma classe contemporânea é tão homogênea a ponto de realizar sua representação por intermédio de um partido somente (2006, p. 268).

Quando nos referimos às diferenças entre os partidos é importante lembrar que cada partido organiza e atua baseado em uma concepção. Por concepção de partido entendemos a soma da forma organizativa do partido político e a proposta ideológica que originou o programa partidário. Sendo assim, a concepção nos indica como o partido deveria atuar e o que deveria defender cotidianamente. Baseados em sua concepção e teoria, os partidos disputam o Estado.

Algumas concepções de partido são fundamentadas no liberalismo³⁵, no

³³ Para Regina Vinhaes Gracindo, o trabalho do intelectual é de natureza ideológica, estando voltado para a estrutura (economia) e para a superestrutura (cultural e político) (1994, p. 26).

³⁴ Na sociedade brasileira existe uma forma incipiente de partidos que lutam, se expressando em práticas como a utilização de qualquer legenda com objetivo de atender os interesses individuais. Esta é uma peculiaridade brasileira, ou seja, temos dois nomes para partidos: partido e legenda. O partido não é a inscrição que o partido tem. No Brasil legenda é sinônimo de partido, porque é a inscrição partidária que permite legalmente apresentar deputados, logo os partidos profissionais usam as legendas e não estão a serviço dos partidos.

³⁵ As organizações liberais atuam principalmente nos aparelhos estatais, tendo como principal tarefa a disputa eleitoral, pois não almejam a alteração do sistema capitalista, mas a sua manutenção. São os partidos conservadores, ou seja, têm por objetivo principal a manutenção do status-quo. Atualmente existem inúmeros partidos no Brasil que reivindicam o liberalismo como teoria que fundamenta as suas ações e atuam no interior dos movimentos estudantis, como por exemplo, DEM (Democratas). Outros como PSDB (Partido Social Democrata Brasileiro), reivindicam seu papel de partido social-

leninismo³⁶, no trotskismo³⁷, no stalinismo³⁸, no maoísmo³⁹, ou no guevarismo⁴⁰.

A partir de sua concepção e atuação, os partidos podem ser enquadrados em parâmetros como esquerda, centro ou direita. Esses são parâmetros flexíveis e, mesmo não sendo pré-estabelecidos, dizem respeito à realidade concreta que se quer analisar. Sendo assim, têm uma definição relacional e comparativa; são parâmetros que têm a ver com o contexto político-social (CONCEIÇÃO, 2008, p. 195).

democrata, mas efetivamente atuam na defesa do projeto liberal.

³⁶ A concepção leninista de partido, que ganhou vida no partido bolchevique, durante a Revolução Russa possui algumas características: possui uma estrutura que Lenin chamava “conspirativa”, isto é, centralizada e disciplinada; apta para agir em toda situação da luta de classes, passar rapidamente da legalidade para a clandestinidade e vice-versa, adequada para centralizar, organicamente, todas as forças do movimento de massas para a tomada do poder pela via insurrecional; não aceitava, em seu seio, todas as correntes e programas pelo simples fato de reivindicarem-se socialistas. O partido era dos revolucionários, os reformistas que fizessem outro partido; a atividade central do partido não era a eleitoral e sim, a luta de classes. É o partido do trabalho diário, que intervém nas lutas de todos os dias da classe operária e das massas exploradas, acompanha-as, procura organizá-las e organiza, na classe e em suas lutas, o próprio partido; os militantes se organizam em células; possuem o seu jornal como propagandista e agitador de seu programa (MORENO, 2006, p. 166).

³⁷ A concepção trotskista é baseada na concepção de organização leninista. Com o avanço do processo revolucionário na Rússia, Trotsky concordou com a concepção de partido de Lenin, e este aceitou a tese fundamental do trotskismo: a teoria da revolução permanente. Desde a morte de Trotsky diversas divisões ocorreram entre os trotskistas. Lambertismo, o mandelismo, o morenismo são influências em organizações de esquerda que reivindicam o trotskismo no Brasil. São tendências que atuam no interior dos movimentos estudantis atualmente. O lambertismo se expressou na corrente estudantil Liberdade e Luta (Libelu) que depois se transformaria na tendência do PT, chamada O Trabalho. O mandelismo se expressou nos anos de 1970 no Brasil, na corrente estudantil Centelha, que depois geraria a Democracia Socialista, tendência do PT e o morenismo se expressou na antiga corrente do PT Convergência Socialista, atualmente PSTU.

³⁸ Stalin fez parte da direção do partido bolchevique, porém com a morte de Lenin e a defesa de seu projeto de “Socialismo num só país”, posição divergente a de Trotsky, foi alterando a concepção organizativa. O stalinismo continuou utilizando um elemento da herança leninista, organizar os trabalhadores a partir de seus problemas cotidianos e em seus locais de trabalho, porém traçou na Rússia uma nova forma de organização e de envolvimento com o movimento operário, de tipo inorgânico, burocratizado e buscou realizar o oposto do velho partido bolchevique, isto é, enquanto estes eram organizações para desenvolver, ampliar, generalizar e concentrar as lutas espontâneas dos trabalhadores na luta pela revolução, os “soviets” e o “partido bolchevique” do stalinismo eram para impedir toda luta, destruir a espontaneidade das massas, evitar toda organização da classe operária.

³⁹ Contra as posições dos Partidos Comunistas e o modelo etapista difundido pelo stalinismo as concepções de organização maoísta e guevarista ocuparam papel importante na história ao realizarem revoluções vitoriosas tanto na China, como em Cuba. Foram concepções influentes na juventude brasileira durante o regime civil-militar, período de ilegalidade de suas entidades. Mao Tsé-Tung defendia a necessidade de uma atividade política e militar centrada no campo, através da ação guerrilheira, com o objetivo de organizar bases para o enfrentamento do poder repressivo estatal. O maoísmo foi bastante influente na esquerda brasileira, principalmente no período da ditadura civil-militar brasileira. Foram influência do maoísmo a Ação Popular (AP) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), bem como suas respectivas dissidências.

⁴⁰ A concepção de organização de Guevara se aproximava ao maoísmo, ou seja, a tomada do poder via luta armada. Desse modo a prioridade dos revolucionários, para Guevara, deveria ser o desenvolvimento das guerrilhas e não o fortalecimento dos partidos, pois a guerrilha, para Guevara,

A aspiração à igualdade econômica aparece como a razão fundamental dos partidos de esquerda, muitas vezes denominados de revolucionários; os partidos de centro, também conhecidos como reformistas, defendem mudanças sem alteração da estrutura da sociedade; e os partidos de direita, ou conservadores, apóiam-se sobre a idéia do não-igualitarismo com o objetivo de manter o atual sistema que rege a nossa sociedade, ou seja, o sistema capitalista.

As chamadas sociedades democráticas colocam-se, entre direita, centro e esquerda, posições intermediárias (centro-direita, centro-esquerda) e posições extremistas (extrema-direita e esquerda revolucionária). As partes têm, entre si, convergências e divergências que tornam possíveis as mais variadas combinações. Assim, o centro pressupõe a antítese: se existe o centro, em cada um dos partidos há uma direita, situada mais à direita, e uma esquerda, mais à esquerda. Desse modo, no âmbito da esquerda localiza-se uma esquerda moderada, que tende ao centro, e uma esquerda revolucionária, que se contrapõe ao centro.

Mesmo com diferenças, os partidos realizam a disputa política para conquistar o poder. E os estudantes agem para conquistar a direção das entidades e colocarem em prática suas propostas de universidade, de educação e outros.

2.1.2 A criação dos modernos partidos políticos e possibilidades de análise

Os modernos partidos políticos possuem diferenças quanto as suas origens. Duverger fez uma distinção entre partidos de criação eleitoral e partidos de criação externa. Para esse autor, os primeiros partidos políticos nasceram e se desenvolveram com a democracia, diante das prerrogativas parlamentares e o sufrágio universal. Os membros do Parlamento, a partir do momento em que conquistaram novos poderes, sentiram a necessidade de se agruparem para atuarem em comum acordo. Com a ampliação do direito do voto, iniciou-se a descentralização e disseminação dos partidos. Ou seja, surgiram a partir do horizonte do poder estatal com objetivo de fazer parte do Parlamento (DUVERGER,

era um partido em formação. Em essência o objetivo de Guevara era fazer a força militar se converter em força política. O guevarismo, nos anos de 1960 a 1970, influenciou organizações dissidentes do Partido Comunista do Brasil (PCB), como a Ação Libertadora Nacional (ALN), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Comandos de Libertação Nacional (COLINA), Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-PALMARES), e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

1970, p. 20).

Os partidos de criação externa, para Duverger, foram gerados fora do mecanismo eleitoral e parlamentar e, dessa maneira, possuem origem externa, tais como sindicatos, sociedades de pensamento, entre outros (DUVERGER, 1970, p. 20). Numerosos partidos foram criados no interior de sindicatos ou sob orientação de organizações da juventude, como no caso da juventude católica da França que forneceu os seus principais quadros aos primeiros partidos modernos. Estes surgiram sob outra perspectiva de poder, muitas vezes com o objetivo de acumular forças em oposição à direção do Estado.

Para Sartori, o modelo de Duverger pode ser bem aplicado aos países ocidentais, porém, em muitos Estados do denominado Terceiro Mundo, os partidos apareceram diante da ausência de qualquer sistema parlamentar e pela influência de partidos criados na Europa (1982, p. 85). No Brasil, os primeiros partidos foram criados no bojo do processo de independência e de construção do Estado (MOTTA, 1999, p. 23). Não vivenciamos anos de luta política, de construção de projetos e programas, como ocorreu na França até a consolidação dos primeiros partidos políticos.

Além das contribuições sobre os modernos partidos políticos o fenômeno partidário foi e permanece passível de diversos tipos de análises e classificações. Prevalceu na primeira metade do século XIX o enfoque sobre as idéias políticas em que o partido foi considerado como porta-voz de uma doutrina. Depois, os estudiosos da sociologia política passaram a enfatizar as estruturas do partido, considerando, sobretudo, o seu aspecto organizacional. A abordagem organizacional ou estrutural foi amplamente debatida em Michels (1982).

Michels (1982) defendeu que o partido era um instrumento para a manutenção e ampliação de poderes de alguns homens sobre os outros. Para o autor, todo partido está destinado a passar de uma fase inteiramente dedicada à realização de uma causa à outra, em que se destacam a vontade dos chefes em conservar o seu poder.

Duverger seguiu a linha inaugurada por Michels. Em sua obra centrou-se no estudo da influência das doutrinas sobre as estruturas partidárias. Para ele, o partido político, inicialmente, é visto como ente aglutinador de indivíduos politicamente

dispersos. Mais tarde, constituiu-se em uma organização autocrática e oligárquica, em que “[...] a crença por parte da população na infalibilidade dos comandantes provoca um recuo do 'espírito crítico' em relação ao 'espírito de adoração’” (1970, p. 15). Para o autor, este recuo faz com que os partidos tornem-se uma organização burocrática e rígida, que centraliza todos os poderes administrativos, não permitindo a existência de outros partidos políticos, formando sistemas fechados (1970, p. 15).

Gramsci se contrapôs à noção de partido político de Michels, que como vimos, automaticamente resultaria em indivíduos se sobrepondo a outros. Para Gramsci “a classificação que Michels faz dos partidos é muito superficial e sumária, por caracteres externos e genéricos”, não compreendendo os partidos políticos como processo de formação do homem coletivo (1991, p. 107).⁴¹ Para Gramsci:

[...] as questões relacionadas com democracia e oligarquia têm um significado preciso que é dado pela diferença de classe entre chefes e seguidores. A questão passa a ser política, adquire um valor real e não mais um esquematismo sociológico, quando na organização existe divisão de classe (1991, p. 108).

Ao criticar Michels, Gramsci assegurou que a diferença de classe pode ser a chave para a explicação dos fenômenos partidários (1991, p. 108). Dessa forma, a questão política adquire maior importância que o esquema sociológico. A maneira como os partidos atuam, participam e buscam o poder é mais explicativo e possui mais coerência com o real, do que um esquema sociológico.

Para Panebianco, a ideologia é o melhor indicador para compreensão de um partido político e não a sua estrutura organizativa, como afirmaram Michels e Duverger, não permitindo o estudo da complexidade partidária. Ao delimitar um território, a ideologia impulsiona a organização a desenvolver atividades de controle e domínio, como, por exemplo, os partidos revolucionários, que se organizam com o objetivo de transformar a sociedade (PANEBIANCO, 1982, p. 47). A partir desta reflexão, o estudo da unidade partidária,

[...] não se reduz ao simples estudo da estrutura partidária; pode-se analisar também a imagem que o partidário tem de sua organização, de seu projeto

⁴¹ A classificação de Michels (1982) restringe a partidos “carismáticos”, isto é, agrupados em torno de certas personalidades; partidos que têm por base interesses de classe, econômicos e sociais e partidos políticos gerados por idéias políticas ou morais, gerais e abstratas.

político, da significação de sua adesão, da natureza do laço de filiação ideológica. Sob este ponto de vista, considera-se o partido como uma sociedade especial, como um microcosmo específico, com suas leis, os seus ritos, os seus sentimentos coletivos, etc (CONCEIÇÃO, 2008, p. 192).

Ou seja, a análise dos partidos políticos não restringe à estrutura do mesmo. O estudo do programa, de sua concepção organizativa, dos seus círculos de participação poderá nos trazer elementos fundamentais para a compreensão do papel que cumpre o partido e os caminhos que poderá percorrer em sua trajetória histórica.

2.1.3 Tipos de partido

No plano da estrutura e da vida interna dos partidos, Duverger os distinguiu entre partidos de massas e partidos de quadros. Para o autor, os partidos de quadros não visam agrupar um grande número de filiados ou militantes, mas têm o objetivo de reunir notáveis, representativos das classes sociais. O partido de quadros não faz adeptos, mas militantes. Os partidos de massas, para Duverger, é conseqüência da substituição do sufrágio universal pelo sufrágio restrito, ascendendo nas massas a necessidade de organização para alcance desse objetivo. Sobre os partidos de massa,

[...] caracterizam-se pela atração que exercem sobre o público: um público pagante, que permite à campanha eleitoral escapar às servidões capitalistas, junto a um público que ouve e que age, que recebe uma educação política e aprende o meio de intervir na vida do Estado (DUVERGER *apud* CONCEIÇÃO, 2000, p. 100).

Os partidos de massas selecionavam candidatos da classe social a fim de apresentar uma plataforma de exigências e buscar libertar a classe operária da tutela dos partidos burgueses (SCHWARTZENBERG, 1979, p. 515). Para Schwartzberg, esta divisão entre partidos de quadros e de massas, diante das modificações ocorridas no envolvimento do fenômeno partidário, não deve ser mais utilizada. Não se trata da não existência desses, mas que uma análise somente sobre esta visão se torna simplista. Nas sociedades subdesenvolvidas prospera uma nova organização, o partido “agarra-tudo”.

[...] no estágio supremo do desenvolvimento, a expansão econômica apaga as disparidades, suprime os antagonismos de classes. A abundância mina as bases das oposições ideológicas de ontem. De conflitual, a sociedade torna-se consensual [...]. Daí deriva uma certa despolitização e uma desideologização que não podem deixar de ter efeito sobre a natureza dos partidos (SCHWARTZENBERG, 1979, p. 526).

Diante desta despolitização, com o objetivo de atrair o máximo de votos de todas as categorias sócio-profissionais, o partido “agarra-tudo” intensifica e diversifica as suas relações com os grupos de interesses, que consideram verdadeiros reservatórios de votos. Além desta conceituação Schwartzenberg considerou que:

[...] a distinção entre partidos flexíveis e partidos rígidos coincide parcialmente com a dos partidos de quadros e partidos de massa. Mas apenas parcialmente: porque se todos os partidos de massa são rígidos, certos partidos de quadros também o são (1979, p. 496).

Existem, ainda, os partidos de atração que, de acordo com Schwartzenberg, são organizações moderadas para e pela competição eleitoral e que aspiram atrair o máximo de votos, para virem a ser ou permanecerem partidos de governo (1979, p. 531).

Mesmo diante de todas essas contribuições sobre a tipologia dos partidos, acreditamos que os tipos de partido, seu funcionamento, a sua rigidez ou a sua flexibilidade, como temos defendido até o momento, são reflexos de suas concepções de organização e sua posição diante da luta de classes. Mas, o desenvolvimento organizativo está condicionado às relações que o partido estabelece em sua fase originária com outras organizações e instituições sociais. E, conforme Panebianco (1982), não existe uma história natural válida para todos os partidos.

2.1.4 Os partidos nos movimentos estudantis

Após essa abordagem histórica e teórica sobre os partidos políticos, temos como objetivo analisar as diretrizes dos partidos atuantes nos movimentos estudantis. Como apresentamos na introdução desta dissertação, optamos por

analisar os quatro partidos de maior expressão nos movimentos: PCdoB, PT, PSOL e PSTU. Também atuam nos movimentos estudantis outros partidos e outras tendências como a Consulta Popular⁴², o Partido Comunista Revolucionário (PCR)⁴³, o Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁴⁴, a Liga Estratégica Revolucionária (LER)⁴⁵, entre outros.

Vejamos agora como os partidos políticos cuidam da intervenção política na juventude. Começaremos pelo programa do PCdoB, partido que representa juntamente com as tendências do PT, Articulação e Democracia Socialista, a direção majoritária da UNE:

O Partido Comunista do Brasil, PCdoB, que defende o socialismo científico, apresenta aos trabalhadores e ao povo um programa de transformações radicais, possível de ser realizado com sucesso, capaz de promover o bem-estar da população e o desenvolvimento progressista da nação [...]. A construção do socialismo, visando a meta do comunismo, é processo complexo que engloba várias fases. Possivelmente, no Brasil, a transição do capitalismo ao comunismo, que compreende todo um período histórico, terá três fases fundamentais: a da transição preliminar do capitalismo ao socialismo; a da socialização plena; e a da construção integral do socialismo e passagem gradual ao comunismo. São fases interligadas e sem limites rígidos, de duração relativamente larga, que comportam também etapas intermediárias (PCdoB, 1995, p. 1).

Em seu programa, o PCdoB reivindica o socialismo e que, para haver a transição para o socialismo e, posteriormente, para o comunismo, o Brasil precisa passar por fases. O programa não aborda a sua construção geral, mas somente os problemas relacionados com a primeira fase da transição do capitalismo para o socialismo. Afinal, para o partido, “a primeira fase é indispensável para alcançar premissas econômicas que favoreçam a implantação integral do socialismo, tendo presente que o Brasil é ainda pouco desenvolvido” (PCdoB, 1995, p. 9).

O partido defende o projeto de socialismo chinês, como afirmou Elias Jabbour: “[...] o projeto de socialismo empreendido na China sob o comando do Partido Comunista Chinês passa pela utilização de todos os meios de aceleração da acumulação de riqueza social criados pelo capitalismo (JABBOUR, 2006). Porém, para Choma (2007), o projeto econômico chinês está totalmente subordinado aos

⁴² Não participam de forma organizada nos fóruns da UNE.

⁴³ Atua nos espaços organizados pela UNE.

⁴⁴ Atua nos espaços organizados pela UNE.

⁴⁵ Não atuam no interior da UNE e estão localizados na construção da ANEL.

interesses das empresas imperialistas e está assentado na produção e na exportação de equipamentos de baixa tecnologia e produtos têxteis.⁴⁶

O PCdoB, mantém a União da Juventude Socialista (UJS) afim de exteriorizar a sua política para a juventude. Em resolução do Comitê Central, de agosto de 1999, percebemos o aprimoramento do trabalho nessa área, como se vê:

É preciso designarmos responsáveis pelo trabalho com a juventude em todos os níveis de direção. Estes precisam se dedicar, especializar-se e conhecer profundamente o trabalho da UJS; saber das condições de atuação e da psicologia da juventude; orientar política e ideologicamente e ter autoridade para unificar os jovens comunistas em sua atuação na UJS. Não devem ser dirigentes da UJS para poderem se dedicar mais ao trabalho executivo e cotidiano de direção partidária, principalmente ao acompanhamento da frente juvenil. Os dirigentes do partido precisam desenvolver métodos e estilos apropriados para tratar com os jovens. Ter maior abertura, relação cordial, paciência, diálogos sobre os problemas próprios da geração, sensibilidade para problemas familiares, financeiros, profissionais e morais (Resolução do Comitê Central, ago/1999 *apud* PAULA, 2009, p. 303).

Assim como o PCdoB, o PT apresenta em seu estatuto que a intervenção na juventude é elaborada por uma secretaria setorial:

Art. 121. Os Setoriais são instâncias partidárias integradas por filiados que atuam em determinada área específica, com o objetivo de intervir partidariamente junto aos movimentos sociais organizados. Parágrafo único: A qualquer tempo, de acordo com a avaliação dos filiados de que trata esse artigo, poderão ser extintos ou criados outros Setoriais. [...] Art. 123. As Secretarias Setoriais, consideradas formas organizativas dos Setoriais, são as seguintes: Combate ao Racismo, Mulheres, Juventude, Agrária, Meio Ambiente e Desenvolvimento, e Sindical (PT, 2007, p. 23).

Podemos constatar que existe uma preocupação em organizar o partido

⁴⁶ Para Choma, o debate dentro do Partido Comunista Chinês sobre a abertura da economia ao investimento estrangeiro começou no final da década de 70, após a morte de Mao Tse Tung. No ano de 1979, o setor do partido dirigido por Deng Xiaoping tomou a direção do PC, iniciando a abertura econômica. Durante os anos de 1980, o PC estabeleceu zonas econômicas especiais para a instalação de multinacionais que ficaram livres para operar dentro da China. A burocracia também pôs fim ao monopólio do comércio exterior, medida protetora da economia estatal contra a penetração da influência capitalista externa. Em 2001, a China aderiu à Organização Mundial do Comércio (OMC), formalizando em definitivo o abandono de todo o controle sobre o comércio exterior. Segundo Choma “[...] entre 1978 e junho de 2007, o país recebeu mais de US\$ 750 bilhões em investimentos estrangeiros. Nesse mesmo período, 610 mil empresas com fundos estrangeiros foram instaladas no país”. No ano de 1997, o 15º Congresso do PC chinês anunciou um gigantesco programa de privatização. Segundo um estudo de Charles Tang, presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China, atualmente, mais de 70% das empresas chinesas são de propriedade privada. O setor é responsável por quase 60% dos bens produzidos no país (CHOMA, 2007).

para atuar na área da juventude e nos movimentos estudantis, como consta no Art. 124: “Os Setoriais e Secretarias Setoriais devem ter atuação permanente, enquanto instância de formulação e articulação partidárias” (PT, 2007, p. 23). O PT organiza-se internamente em tendências que são subgrupos políticos e que também atuam, separadamente ou não, no interior das entidades estudantis:

Art. 233. O direito de filiados organizarem-se em tendências vigora permanentemente no Partido, observadas as normas previstas neste Estatuto.

§ 1º Tendências são agrupamentos que estabelecem relações entre militantes para defender, no interior do Partido, determinadas posições políticas, não podendo assumir expressão pública e declarar-se de vida permanente.

§ 2º Todo e qualquer agrupamento de filiados que não se constitua em organismo partidário ou instância previstos neste Estatuto deverá solicitar à instância de direção correspondente o seu registro como tendência interna do Partido.

§ 3º Os agrupamentos que não cumprirem a exigência prevista no *caput* deste artigo serão considerados irregulares, estando seus integrantes sujeitos às medidas disciplinares previstas neste Estatuto.

§ 4º O Partido não reconhece o direito de seus filiados organizarem-se em frações, públicas ou internas.

Art. 234. As tendências podem ser de âmbito municipal, estadual ou nacional, ter atuação em todas as áreas de interesse do Partido ou resumirem-se a um determinado setor ou tema. Parágrafo único. As tendências deverão solicitar seu registro na instância correspondente ao seu âmbito de atuação (PT, 2007, p. 43).

As tendências de maior expressão do PT nos movimentos estudantis são: Articulação, que organiza o movimento *Mudança*; a Democracia Socialista, que organiza o movimento *Kizomba*; e a Articulação de Esquerda, que organiza o movimento *Reconquistar a UNE*. Em relação a atuação do PT, a *Carta de Princípios*, anterior ao manifesto de fundação do partido, apresentava que:

O PT proclama também que sua luta pela efetiva autonomia e independência sindical, reivindicação básica dos trabalhadores, é parte integrante da luta pela independência política desses mesmos trabalhadores. Afirma, outrossim, que buscará apoderar-se do poder político e implantar o governo dos trabalhadores, baseado nos órgãos de representação criados pelas próprias massas trabalhadoras com vista a uma primordial democracia direta. Ao anunciar que seu objetivo é organizar politicamente os trabalhadores urbanos e os trabalhadores rurais, o PT se declara aberto à participação de todas as camadas assalariadas do país (PT, 1979, p. 5).

Reivindicando a independência de classe, o PT, em seu programa de

origem, defendia a necessidade de organizar e implantar um governo dos trabalhadores baseado nas reivindicações da classe. Porém, desde a restauração do capitalismo no Leste Europeu, na década de 1990, até as vitórias eleitorais, houve uma integração paulatina do PT à democracia burguesa no Brasil.

O PSOL, criado em 2004, tem atuado em oposição ao Governo Lula. O partido organiza-se internamente em tendências:

Art. 116. A prerrogativa de constituição das tendências partidárias é fruto da concepção de Partido e sociedade acumulados na formação deste Partido, estando, assim, garantido aos militantes que coletivamente decidam organizar-se para defender posições e teses nos Congressos e fóruns partidários contribuir na elaboração teórica do Partido Socialismo e Liberdade, atuar a partir de posições comuns no cotidiano da militância, organizarem-se em tendências (PSOL, 2005a, p. 28).

Algumas de suas tendências atuantes nos movimentos estudantis são: Movimento Esquerda Socialista (MES), Ação Popular Socialista (APS), Enlace, Coletivo Socialismo e Liberdade (CSOL), Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST), Liberdade, Socialismo e Revolução (LSR). Sobre a juventude o programa do partido apresenta que “[...] a luta da juventude é decisiva. Há demandas claras do novo partido. Emprego para a juventude. Por uma escola pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade. Abaixo a repressão a juventude. Pelo direito a cultura e ao lazer” (PSOL, 2005b, p. 9). Suas tendências disputam a direção da UNE, participando de seus congressos, mas também participam dos fóruns da ANEL, visando o fortalecimento da FOE. Ainda em seu programa partidário, consta:

[...] a defesa do socialismo com liberdade e democracia deve ser encarada como uma perspectiva estratégica e de princípios [...]. Nossa base programática não pode deixar de se pautar num princípio: o resgate da independência política dos trabalhadores e excluídos. Não estamos formando um novo partido para estimular a conciliação de classes. Nossas alianças para construir um projeto alternativo têm que ser as que busquem soldar a unidade entre todos os setores do povo trabalhador [...]. São estas alianças que vão permitir a construção da auto-organização independente e do poder alternativo popular, para além dos limites da ordem capitalista. Por isso, nosso partido rejeita os governos comuns com a classe dominante (PSOL, 2005b, p. 1).

O PSOL reivindica a independência de classe e a aliança de todos os setores da classe trabalhadora. Neste sentido, o partido defende que:

[...] para impulsionar tanto as lutas imediatas quanto a construção de uma estratégia socialista, será fundamental combater as direções oportunistas que querem conciliar com a classe dominante e se submeter a seus interesses. Sempre vamos defender o princípio básico de que os trabalhadores devem confiar apenas na força da sua luta e organização independente. Os sindicatos viveram um longo processo de burocratização nos anos 90. Cresceram as burocracias sindicais – como a Força Sindical e a maioria da direção da CUT [...]. Defendemos a democracia nos sindicatos e em todas as organizações dos trabalhadores, defendemos a autonomia e a completa independência das entidades dos trabalhadores do governo, do Estado e dos patrões (PSOL, 2005b, p. 7).

A fim de organizar e impulsionar a luta da classe trabalhadora, amparado pelo histórico da CUT e da Força Sindical, o PSOL reivindica, em seu programa, o combate às burocracias sindicais ou aos processos de burocratização. Ou seja, o combate às direções que usurpam conscientemente o poder de representação que receberam da base para utilizá-la em seu próprio benefício (ALMEIDA, 2007, p. 27). Nesse sentido, defendem a democracia operária.

O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), partido que se organiza baseado na concepção trotskista, também reivindica a independência de classe e a democracia operária:

Nós somos defensores intransigentes da democracia operária. As burocracias sindicais estrangulam a participação e poder de decisão das bases para garantir os acordos com a burguesia. Não foi por acaso que o processo de burocratização da CUT se acelerou junto com o giro a direita da Articulação. Não foi por acaso que ocorreu o mesmo com o PT, que deixou de expressar as opiniões de suas bases, por exemplo em relação ao FORA FHC (amplamente majoritário em todos os Encontros Estaduais menos um, antes do Congresso nacional que votou contra esta proposta), para expressar os interesses dos setores parlamentares. É através da livre participação das bases operárias, populares e estudantis que se pode aferir a vontade e capacidade de luta das massas. Por este motivo somos os defensores de que todas as decisões mais importantes dos sindicatos se dêem em assembleias e congressos. Por isto lutamos contra todo processo de burocratização nos sindicatos e outras entidades populares (PSTU, 1994).

Contrário aos processos de burocratização o PSTU tem por pretensão organizar a juventude e a classe trabalhadora, visando à construção do socialismo. Sobre o tema consta em seu programa que:

Nossa concepção de socialismo é radicalmente distinta das ditaduras stalinistas do leste europeu, confundidas propositalmente com o socialismo.

Estas sociedades tiveram avanços importantes na solução de problemas básicos dos trabalhadores - como a miséria, a saúde e educação- ao terem sido expropriadas as grandes empresas. Mas mas foram dirigidas pela burocracia stalinista que reprimia os trabalhadores em defesa de seus próprios interesses materiais [...]. No entanto o retrocesso na consciência das massas provocado pelo stalinismo possibilitou que o imperialismo, aliado a setores da própria burocracia, conduzissem este processo para a restauração do capitalismo nestes países , o que já um fato consumado [...]. Nós defendemos um novo Estado apoiado nas próprias organizações dos trabalhadores. Este Estado teria de se defender da contra-revolução burguesa, assumindo uma forma de democracia ampla para os trabalhadores e uma ditadura dos trabalhadores sobre a burguesia [...]. Somos socialistas revolucionários, porque não acreditamos que poderemos chegar um dia ao socialismo através das eleições. Só uma revolução social, feita pelas massas trabalhadoras, com o proletariado industrial como sujeito social, poderá derrotar o capitalismo, possibilitar a expropriação das grandes empresas capitalistas, e abrir o caminho para o socialismo a nível internacional (PSTU, 1994).

Contrariando as concepções de socialismo, como as ditaduras stalinistas, o PSTU reivindica a construção de um Estado operário apoiado nas lutas dos próprios trabalhadores, fundamentado na democracia ampla. Para o partido, a construção do socialismo poderá ser realizada somente via revoluções sociais.

Mesmo com as diferenças evidenciadas nos documentos dos próprios partidos, todos disputam a direção das entidades estudantis, sobretudo a fim de viabilizar a aplicação de seus programas partidários (PAULA, 2009, p. 304).

2.2 A UNE, o Governo Lula e a atuação dos partidos políticos na entidade (2003-2006)

Buscaremos neste momento analisar a relação da UNE com Lula durante o seu primeiro mandato, buscando entender a relação da entidade com esse governo e, a partir da abordagem sobre partidos políticos, analisar o embate entre os partidos através de suas teses defendidas nos congressos da UNE.

2.2.1 A posse do presidente Lula e a elaboração da reforma universitária

As eleições do ano de 2002 foram vislumbradas, por grande parte da população brasileira, como a real possibilidade de mudança. Dois mandatos de FHC chegaram ao fim e com ele a esperança de rompimento com as políticas neoliberais,

o fim das privatizações e a possibilidade da implementação de bandeiras históricas da classe trabalhadora, tais como ampliação dos recursos públicos para o financiamento da educação e da saúde. A UNE esteve presente nesse processo apoiando a candidatura de Lula:

As propostas da UNE, elaboradas num seminário para isto convocado, foram encaminhadas, sob a forma de uma "Carta-compromisso", aos candidatos ao primeiro turno do pleito, com a solicitação de que com elas se comprometessem. Já no segundo turno, com a disputa polarizada entre Lula e Serra, a UNE organizou, com a UBES, um grande plebiscito nacional, com a adesão de 400 mil estudantes, que decidiram pelo apoio a Lula, posição ratificada pela diretoria e anunciada por Felipe Maia no comício do candidato petista em Florianópolis. Nem poderia ter sido diferente, já que a entidade, desde o começo do Governo Fernando Henrique, cerrara fileiras na luta contra o neoliberalismo (POERNER, 2004, p. 309).

Com a vitória de Lula, a diretoria da entidade aprovou, por ampla maioria, a posição de apoio às iniciativas do governo (POERNER, 2004, p. 309). Para Poerner, a UNE se dispôs ao diálogo e contribuiu com a equipe de transição, apresentando propostas como a de substituição do *Provão* por um novo sistema de avaliação. A entidade, também no início do Governo Lula, foi visitada por dois ministros. Cristovam Buarque, Ministro da Educação, esteve na sede da UNE em janeiro de 2003, a fim de convocar os estudantes para a campanha de erradicação do analfabetismo, e Gilberto Gil, Ministro da Cultura, participou da Bienal da UNE. Além disso, o presidente Lula convidou o presidente da UNE para integrar o novo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (POERNER, 2004, p. 310). Tal Conselho era:

[...] uma espécie de câmara setorial a nível social, para promover o "pacto pela produção contra a especulação" implica na articulação de setores cujos antagonismos acabaram por impossibilitar os avanços sociais na medida necessária às classes trabalhadoras permanentemente espoliadas (DIAS, 2006, p. 132).

Por meio da constituição desse "espaço de entendimento" entre governo, empresários e trabalhadores, criava-se a expectativa de que o povo pobre seria escutado. Nesse conselho, os empresários possuíam um peso decisivo, sendo maioria em sua constituição⁴⁷, no qual buscou-se a formação de um consenso social

⁴⁷ Segundo Dias, compunham o Conselho do Pacto cinco representantes do setor agropecuário, sete

para a continuidade da reprodução do capital. Com isso se produziu um novo paradigma de políticas públicas, executadas, em geral, por Organizações não governamentais (ONGs) (DIAS, 2006, p. 152).

Parte dos estudantes apoiou o presidente Lula, visando cerrar fileiras contra o neoliberalismo. Porém, esses tiveram que enfrentar o fato do governo, já nos primeiros meses do seu primeiro mandato, encaminhar uma proposta de reformar a Previdência Social. Fundamentado no trabalho de Santos, esta reforma retirava direitos, penalizava os trabalhadores, inclusive os já aposentados, dando continuidade à política econômica de FHC e aos compromissos com os Organismos Financeiros Internacionais (SANTOS, 2007, p. 90).

A Reforma da Previdência demonstrava o projeto político do governo federal, porém, antes mesmo destas primeiras medidas, algumas caracterizações do Governo Lula foram realizadas após a composição do Ministério. Para Dias:

Veio a composição do ministério e logo depois, as primeiras medidas [...]. O ministério contemplou posições políticas muito diversificadas. A agricultura e o desenvolvimento diretamente sob o controle dos empresários. A Fazenda reafirmou e radicalizou o acordo com o FMI. O Banco Central, ao qual o novo governo pretende conceder autonomia, era entregue a um ex-dirigente máximo do Bank of Boston, segundo maior banco credor do Brasil e deputado eleito pelo PSDB (2006, p. 144).

Com a composição do Ministério, o Governo Lula já demonstrava a posição de manutenção das políticas neoliberais. Dias considerou que as alianças revelavam “[...] o postergar para um futuro incerto, dos nossos programas históricos enquanto oposição, sob a capa de garantir a sua governabilidade, a afirmação de que 'agora não é possível' não é apenas um adiamento, mas um afastamento” (2006, p. 145).

Ainda no primeiro ano do Governo Lula, a UNE realizou o seu 48º Congresso. Sobre o Congresso o estatuto da entidade apresenta que:

Art. 7º - O Congresso Nacional dos Estudantes é a instância máxima de deliberação da UNE e compõe-se de membros delegados votantes.
Parágrafo primeiro – Os membros delegados devem ser eleitos em cada curso, obedecendo aos seguintes critérios:
a) Assembléia Geral;

do setor financeiro, 23 da indústria, 2 do comércio, 4 do setor de serviços, somando-se até então 41 integrantes. A estes se somam mais 10 personalidades, 10 ministros, 13 sindicalistas, 2 da cultura, 3 de entidades de classe, 11 representantes de movimentos sociais (leia-se ONGs) e 2 religiosos. Participavam também o presidente da República e dois representantes do Congresso Nacional.

b) Voto em urna [...].

Art. 10º - Compete ao Congresso Nacional dos Estudantes:

- a) Reconhecer os seus membros;
- b) Discutir e votar as teses, recomendações e propostas apresentadas por qualquer de seus membros;
- c) Denunciar, suspender ou destituir diretores da UNE, que será comunicado e terá respeitado o direito de defesa;
- d) Receber e apreciar os relatórios da UNE, bem como aprovar as contas;
- e) Eleger a diretoria da UNE, para mandato de dois anos;
- f) Modificar o presente estatuto, com o voto, em primeira convocação, de 4/5 dos delegados credenciados e, sem segunda convocação, com o voto de 3/5 dos delegados credenciados;
- g) Discutir e deliberar sobre a extinção da associação, com o voto de pelo menos 2/3 dos delegados presentes.

Art. 11 – As decisões do Congresso serão tomadas pela maioria simples dos votos dos membros delegados, exceto as relativas ao estatuto para cuja alteração serão necessários os votos favoráveis de 3/5 dos delegados presentes no Congresso (UNE, 1985).

Realizado entre os dias 17 e 22 de junho, em Goiânia, 5.621 delegados votaram as diretrizes da entidade. Nas eleições para diretoria, de acordo com o *site* da entidade, foram coletados 5.247 delegados.

De acordo com a programação do Congresso, no primeiro dia ocorreu o credenciamento dos participantes e a abertura do evento (OMAR, 2003) e no segundo dia, no período da manhã, ocorreram 13 Painéis⁴⁸ sobre Conjuntura Nacional e Internacional. Os temas dos painéis foram: ALCA e Dívida; o novo quadro político internacional; a questão palestina; construir um Novo Modelo de Desenvolvimento para o Brasil; Reforma Tributária; as possibilidades de Reforma da Previdência; o novo quadro político nacional; políticas de emprego para a juventude; o combate à fome e a miséria no Brasil; Políticas públicas para a juventude; Reforma Agrária, a luta das mulheres no Brasil e o sentido da luta de combate ao racismo. No período da tarde ocorreram grupos de discussão sobre conjuntura (UNE, 2003).

No terceiro dia, no período da manhã, ocorreram Painéis de debate sobre os temas: Reforma Universitária; a avaliação necessária; financiamento; autonomia universitária; regulamentação do ensino pago; programas de crédito educativo; ensino, pesquisa e extensão nos currículos; democratização do acesso; educação e os tratados comerciais; educação e esportes; o desafio do combate ao analfabetismo; desafios da expansão do ensino superior; universidade e meio

⁴⁸ Os painéis, contam com a presença de intelectuais, militantes de partidos e movimentos sociais, convidados pela diretoria da UNE, e são coordenados por membros da diretoria ou estudantes por ela indicados.

ambiente (UNE, 2003). Nesse congresso, os temas dos painéis refletiam elementos da reforma universitária. Mesmo com um painel específico sobre o tema, todos tratavam de algum ponto da reforma.

No período da tarde ocorreram os grupos de trabalho (GT's)⁴⁹ sobre Educação e Movimento Estudantil. Sobre os GT's, o material intitulado *A Nova Democracia*, cuja autoria não podemos identificar, defendeu que:

Os grupos de discussões foram praticamente inexistentes — só ocorreram em dois dias e não reuniram 10% dos presentes. As diversas palestras com membros do governo serviram para estancar ainda mais o debate de idéias. Nas plenárias foram discutidas as propostas aprovadas pelo grupo de sistematização, de forma que só se dá espaço àqueles que interessam à direção do CONUNE. O controle das propostas é total (NOVA DEMOCRACIA, 2003, p. 1).

Através do material, podemos avaliar que a organização em diversos painéis fragmentou o debate, desmotivando a participação dos estudantes. Outro elemento que deve ser ressaltado foi o tempo dos GT's, único espaço aberto para discussão entre os estudantes, apenas uma tarde nos parece pouco.

Ribeiro também fez críticas a estrutura do evento via publicação de texto intitulado *Fato comentado*, no qual afirma que “[...] o debate político-social no congresso praticamente não aconteceu, já que os grupos de discussão eram muito burocratizados e assim reprimiam os novos militantes do movimento, que preferiam ficar na praça universitária bebendo e se divertindo” (RIBEIRO, jun/2003, p. 1).

Além disso, de acordo com matéria divulgada em *síte* do PSTU, o primeiro dia das plenárias, que deveria ocorrer no sábado dia 20, aconteceu um dia antes:

[...] atropelando a programação original, [...], a UJS (PCdoB), a Articulação (PT), a Articulação de Esquerda (AE/PT) e a Democracia Socialista (DS/PT) [...] fizeram com que as duas principais votações – Conjuntura Nacional e Conjuntura Internacional – fossem realizadas ontem, sexta-feira, sem nenhuma discussão (PSTU, 2003).

Diversos delegados ainda não haviam realizado o credenciamento e, por isso, foram impedidos de votar. Estes temas poderiam aprofundar o debate entre os estudantes, sobre o caráter de classe do Governo Lula.

⁴⁹ O papel dos GT's é o de discutir os pontos de pauta através de inscrições livres entre delegado/as e estudantes universitários observadores.

No terceiro dia, no período da tarde, foi novamente iniciada a plenária final e a votação das diretrizes, sendo que os temas Conjuntura Nacional e Internacional foram apreciados no dia anterior. Nesse dia aconteceu o debate entre as teses e nove chapas disputaram cargos de direção da entidade. Nesse congresso os debates refletiram o embate em torno da reforma da previdência e da reforma universitária que começava a ser implementada.

A tendência do PT, Articulação, através do *Movimento Mudança*, foi a única corrente a defender integralmente a reforma da Previdência, enquanto os militantes do PCdoB, através da UJS, criticou a cobrança dos inativos, defendendo uma reforma da reforma. A juventude do PSTU, através do *Movimento Ruptura Socialista*, denunciou o Governo Lula e a reforma da Previdência em tese intitulada *Ruptura*:

O Governo Lula está completando seis meses, e já é possível perceber que a política econômica adotada é bem diferente da que se esperava: juros altos, elevação do superávit primário, encaminhamento da autonomia do banco central com a votação da PEC 53, pagamento em dia da dívida externa, cumprimento rigoroso do acordo com o FMI e continuidade das negociações da ALCA. O governo diz que esta política é necessária para “recuperar a estabilidade econômica”, e que mais tarde (não se sabe quando) vai haver uma transição que permita mais investimentos nas áreas sociais. Na verdade, é absolutamente impossível aumentar os gastos sociais quando 70% de tudo o que o país arrecada vai para pagar a dívida aos grandes banqueiros. Só o superávit de 4,25%, por exemplo, manda R\$ 68 bi aos banqueiros, enquanto toda a educação recebe menos verba do que isso (cerca de 4% do PIB) [...]. A Reforma da Previdência proposta pelo governo tem como centro a privatização da Previdência Pública através da aposentadoria complementar, garantindo lucros astronômicos para os fundos de aposentadoria privados (RUPTURA, 2003, p. 3).

A tese *Ruptura* denunciou a continuidade dos projetos neoliberais, implementados por um presidente do PT, criticando a Reforma da Previdência, a elevação do superávit primário, entre outros.

Como o Brasil passou a ser considerado um país central aos destinos do capitalismo, Lula, ao assumir a direção do Estado brasileiro em conjunto com seus aliados, possuía uma tarefa vital: enfrentar a crise que assolava o sistema capitalista. Para isso,

[...] as políticas macroeconômicas do FMI e de FHC foram não apenas mantidas, mas radicalizadas [...]. Os organismos financeiros internacionais, quando falam das reformas neoliberais, aconselham aos governantes que o façam rapidamente e no início dos seus governos, quando ainda têm sobras

de legitimidade. Depois disso, o futuro é incerto e não sabido (DIAS, 2006, p. 156).

O objetivo destas reformas, como a da Previdência, era combater a crise capitalista. Através de algumas medidas como aumento de impostos, confisco dos fundos previdenciários e privatização da aposentadoria, redução do orçamento, o governo criou superávits para pagamento de dívidas externa e interna.

A UNE já cumpria um papel importante neste processo como membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, instrumento que contribuiu para a aprovação desta reforma. Diante disso, os militantes do PSTU e militantes independentes, na tese *Ruptura*, defenderam o retorno da democracia à UNE para, assim, disputar os rumos da entidade.

É preciso combater a falta de democracia interna da UNE e das entidades estudantis. Já são mais de cinco anos sem a realização de um fórum nacional de base, como o CONEB, o que impede o controle das entidades de base sobre a política cotidiana da UNE. Os congressos são cada vez mais burocratizados com muita fraude no credenciamento, onde são eleitos delegados que nem estudantes são. É impossível impedir a fraude neste processo, pois tudo é controlado pela UJS, desde as mesas de credenciamento até a comissão nacional. O presidente da UNE dá entrevistas nos jornais e só depois discute a posição da entidade nas suas reuniões, fazendo com que as posições minoritárias não se reflitam nos materiais da entidade. A carteirinha continua sendo um mecanismo de comercializar o direito a meia entrada que é de todos os estudantes (RUPTURA, 2003, p. 2).

As críticas realizadas pela juventude do PSTU demonstram que a UNE mantinha atitudes antidemocráticas e burocráticas. Como já vimos, os problemas surgem quando a diretoria eleita usurpa o poder que lhe foi concedido e passa a usá-lo em defesa do seu interesse ou do grupo ao qual pertence (ALMEIDA, 2007, p. 26).

A juventude do PSTU e militantes independentes convocaram os setores que lutavam por uma transformação da entidade para que se organizassem em torno do *Movimento Ruptura Socialista*. Contrários a relação da UNE com o governo, a participação da entidade em fóruns como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e as fraudes nos congressos, o objetivo era fazer da UNE um instrumento democrático e de luta. Defenderam esta tese com base nos elementos abaixo:

A maioria das correntes que compõem a UNE hoje está disposta a compor, sustentar e defender o Governo Lula, mesmo que suas medidas se choquem com o movimento estudantil. Não é à toa que o presidente da UNE faz parte do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, um órgão composto majoritariamente por empresários e que tem como tarefa discutir as reformas previdenciária, tributária e trabalhista para depois enviar ao Congresso Nacional. A UNE, ao participar do Conselho, passa a legitimar estas medidas. Além disso, a principal campanha da UNE com o MEC será a do Analfabetismo Zero que é baseada no trabalho voluntário, assim como o Amigos da Escola de FHC. Propor erradicar o analfabetismo desobrigando o Estado com o financiamento da Educação não passa de conversa fiada [...]. Essas correntes apóiam, de fato, a política que o governo aplica, de submissão do país aos ditames do FMI e do Banco Mundial. Elas se calam diante dos cortes de verbas para a educação pública e desvio destas para o ensino privado. Defendem a participação da UNE no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), órgão de maioria empresarial, criado para legitimar as reformas do FMI. E seus partidos já definiram votar a favor da reforma da Previdência no Congresso Nacional (RUPTURA, 2003, p. 1).

A tese denunciou a falta de independência política ao afirmar que a maioria das correntes atuantes na UNE estavam dispostas a sustentar e defender o Governo Lula. Contra estas correntes (UJS/PCdoB, Articulação/Mudança, DS/Kizomba), a juventude do PSTU defendeu a necessidade de construção de um forte bloco de esquerda. Um bloco que tinha por objetivo recolocar a UNE no rumo da luta social e da organização pela base, para construir uma aliança com os trabalhadores contra as medidas neoliberais que estavam sendo aplicadas.

No terceiro dia de congresso foram votadas as resoluções. Entre as principais diretrizes votadas no 48º congresso encontram-se :

Por uma Reforma Universitária, de conteúdo democrático, que ampliem o acesso, a qualidade, a autonomia, a democracia e o financiamento da universidade pública. Por uma política nacional de combate a evasão. Ampliação dos cursos noturnos. Elevar progressivamente os investimentos em Educação, visando alcançar 10% do PIB. Pela reformulação do Conselho Nacional de Educação, com a participação das entidades da educação, e participação da UNE no atual CNE para defender o fortalecimento da Universidade Pública. Contra a cobrança de mensalidades ou taxas nas Universidades Públicas, inclusive para egressos, como previsto no Projeto do dep. Padre Roque (PT). Ao invés disso o financiamento da Universidade Pública deve ser incrementado com a taxação dos bancos, das grandes fortunas e com aumento da progressividade do Imposto de Renda. Revisão do Plano Nacional de Educação e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Com o fim do Provão - conquista da UNE - defendemos um novo modelo de avaliação da Universidade Pública, com um método amplo e multilateral. Contra os corte de verbas e os contingenciamentos na Educação (UNE, 2004a, p. 7).

As principais resoluções vitoriosas foram as elaboradas pelo campo majoritário da UNE (UJS/PCdoB) e como vimos, foi aprovada a defesa de uma reforma universitária. Foi justamente no ano de 2003 que iniciou o processo de elaboração da proposta de reforma universitária através do relatório do Grupo de Trabalho Interministerial – GTI, do Governo Lula, proposto pelo então Ministro da Educação, Cristovam Buarque, com objetivo de elaborar um diagnóstico da universidade brasileira. O *Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial – GTI* foi dividido em quatro partes que tratavam das propostas emergenciais para enfrentar a crise das universidades federais; da autonomia universitária; do financiamento, afirmando ter como objetivo central enfrentar a crise atual das universidades federais e orientar o processo de reforma da universidade brasileira (SANTOS, 2007, p. 96).

Além da defesa de uma reforma universitária, temas polêmicos foram votados no congresso, como o apoio ao Governo Lula e à Reforma da Previdência; a permanência da entidade no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e a mudança dos critérios de eleição de delegados. Até este congresso os delegados eram eleitos na base de 600 estudantes, com a mudança aprovada os delegados passaram a ser eleitos na base de dois mil estudantes, reduzindo o número de representantes das entidades nos congressos e, assim, a representatividade. Em suma, estas resoluções finais aprovadas no 48º Congresso da UNE demonstravam a sintonia da entidade com o governo federal.

No quarto e último dia do congresso, no período da manhã, ocorreu a convenção das chapas e a eleição de diretoria (UNE, 2003). Sobre as eleições da direção da entidade, Felipe Maia disse que:

A diretoria da UNE é composta no congresso, aliás, logo após o congresso. A eleição para a diretoria é proporcional, todas as chapas que atingem um percentual mínimo de votos indicam uma quantidade de diretores proporcional à votação que obtiveram. Essa proporcionalidade, além de tudo, é qualificada; ela também determina a ordem de escolha dos cargos, para que a chapa que ganhou não escolha todos os cargos mais importantes primeiro, e as outras fiquem com os menos importantes. Essa ordem é equilibrada de acordo com a proporção. Por exemplo, se uma chapa tem 2/3 dos votos e a outra 1/3, uma escolhe dois e a outra um, dois e um, numa ordem equilibrada. Isso faz com que a divisão de poderes na executiva da UNE seja muito equilibrada entre as diversas correntes que participam do movimento (MAIA, F., 2004, p. 15).

Como vimos no capítulo anterior, a proporcionalidade foi aprovada no ano de 1989, com o intuito de garantir a presença na direção majoritária da UNE dos principais partidos que atuavam na entidade, PCdoB e PT.

Nesse congresso, disputas também ocorreram entre as tendências do PT. As tendências majoritárias do partido (Articulação e DS), com o intuito de tentar reconquistar a presidência da UNE, lançaram um manifesto convocando a unidade entre as principais tendências do partido, para as eleições da diretoria da UNE:

A UNE deve se reencontrar com um papel protagonista nos principais embates travados na sociedade brasileira. Este desafio amplia o significado e a importância do próximo congresso da entidade. Será preciso apresentar uma alternativa que afirme a autonomia da entidade frente ao governo e se comprometa com um projeto de mudanças estruturais na UNE e no Brasil [...]. A UNE precisa mudar, o movimento estudantil precisa ser o porta-voz de um novo impulso de participação política dos jovens brasileiros. Queremos mudar a UNE para mudar o Brasil. A melhor forma de fazer avançar este governo e defender os interesses da maioria do povo é disputar a nossa agenda política na sociedade, denunciando os grandes capitalistas e ao mesmo tempo, contribuindo, junto com os movimentos sociais para que o governo mantenha seus compromissos de campanha e realize o sentimento de mudança da maioria do povo brasileiro (PT, 2003, p. 1).

O manifesto demonstrou a vontade do PT em retomar a direção majoritária da UNE, com o objetivo de “mudar o Brasil”, ou seja, defender a agenda do governo e aplicação dos seus projetos. Esta unidade foi concretizada na chapa *Mudar a UNE para Mudar o Brasil*, que contou com as tendências do PT: Articulação, Força Socialista, Articulação de Esquerda e DS. Esta chapa obteve 1.421 votos, elegendo 4 membros na executiva. Porém, ela foi derrotada pela chapa *Pra Conquistar o Novo Tempo* (PCdoB/UJS, em aliança com o PDT, PSB, PPS, PTB, PMDB, MR-8), que obteve 3.120 votos, elegendo 8 membros na executiva da entidade e Gustavo Lemos Petta, militante do PCdoB, como presidente.

A juventude do PSTU fez um chamado à esquerda, inclusive às tendências do PT que criticavam a atuação do Governo Lula, para que na época discutissem um programa comum para a conformação de uma esquerda socialista na UNE. O resultado foi a chapa *Unir a esquerda, somos todos radicais*, que contou com as tendências petistas CST, MES, SR e Movimento por uma Tendência Proletária, com o apoio do PCO, e obteve 470 votos, elegendo 1 membro na executiva. A chapa *Não vou me adaptar*, do PSB, fez 99 votos; a chapa *A UNE é pra lutar*, da tendência

do PT O *Trabalho*, fez 58 votos; a chapa do PCB fez 15 votos; e as demais somaram 18 votos (OMAR, 2003). Sobre a direção da entidade, o estatuto apresenta que:

Art. 19 – Compete à Diretoria da UNE:

- a) Orientar e dirigir as atividades dos estudantes, de acordo com este estatuto e com as deliberações emanadas de suas instâncias;
- b) Deliberar em quarta instância acerca de teses, moções e propostas desde que não conflitantes com as deliberações do Congresso, CONEB e CONEG;
- c) Manter constantemente informados os estudantes e a população acerca de suas deliberações e das atividades da UNE;
- d) Fazer-se representar em conclaves nacionais e internacionais;
- e) Apresentar ao CONEG, ao CONEB e ao Congresso o seu relatório de atividades e prestação de contas;
- f) Convocar, quando necessário, em caráter ordinário e extraordinário, realização de atividades e prestação de contas, sendo que a convocação do Congresso será possível em caso absolutamente extraordinário.
- g) Propor toda e qualquer Ação Civil Pública, Mandato de Segurança e qualquer outra medida processual de caráter coletivo existente, ou que porventura venha a ser estabelecida, no ordenamento jurídico nacional.

Parágrafo primeiro – Além de outras atribuições específicas no artigo 20, é da competência do presidente, do Tesoureiro Geral e do Primeiro Tesoureiro da UNE a movimentação das contas bancárias da entidade, sendo suficiente a assinatura de dois dos três diretores mencionados (UNE, 1985).

Sobre o congresso, o presidente eleito Gustavo Petta, em depoimento ao *Projeto Memória do Movimento Estudantil*, disse que:

Foi um congresso histórico por vários motivos. Numericamente, foi o maior congresso da história da UNE. Tivemos a participação de um grande número de representantes, entre 10 e 15 mil estudantes [...]. E também por ter sido o primeiro congresso depois da eleição do Lula. Teve uma importância simbólica grande. Primeiro congresso, por exemplo, que teve a participação dos ministros da Educação, dos Esportes, da Ciência e Tecnologia, vários ministros passaram pelo congresso para participar do debate. Tínhamos um novo ambiente (PETTA, 2004, p. 7).

A fala de Petta demonstrou o novo momento pelo qual passava a UNE. Tanto com a vitória de Lula, como com a presença de representantes do governo no Congresso da entidade, demonstrando a proximidade da entidade com o governo. Porém, mesmo com esta relação, Petta reivindicou a independência da entidade frente ao governo.

Mas eu acho que a principal pauta foi, exatamente, qual deveria ser a posição da UNE diante dessa mudança do cenário político. E o que prevaleceu foi o seguinte: é preciso ter, como principal mote, a manutenção da autonomia da entidade, porque só dessa forma a entidade consegue

representar os estudantes e, em alguns momentos, como já aconteceu na nossa história, o interesse de diversos segmentos da sociedade; a UNE já fez isso muitas vezes, e ainda faz. É preciso manter essa independência. Agora, é preciso entender, também, que temos mais possibilidade de ter avanços e conquistas e que, portanto, era preciso ser mais propositivo. Foi isso que prevaleceu no congresso. Essa idéia de independência, autonomia, de proposição e de diálogo. Mantendo, logicamente, o que é a principal característica do movimento, a sua força de mobilização e pressão em relação aos governos (PETTA, 2004, p. 7).

Como já assinalamos, a independência em relação ao Estado só se realiza na luta contra ele (ALMEIDA, 2007, p. 73). Fundamentado na obra de Almeida, não é possível manter-se independente do Estado dialogando com o governo federal. A UNE, neste período, ao mesmo tempo em que defendia a sua independência em relação ao governo, já defendia as primeiras medidas da reforma universitária, ainda em formulação pelo governo: “A UNE compreende portanto que a ocupação de vagas ociosas nas universidades privadas, [...] deve ser entendida como um complemento a uma política global de democratização do acesso a educação superior” (UNE, 2004e).

Avaliando como positiva a proposta do governo, a UNE passou a defender a ocupação de vagas em universidades privadas, projeto que seria conhecido como Programa Universidade para Todos (ProUni), entendido pela entidade como um avanço para a democratização do ensino superior.

Como forma de avançar nas políticas neoliberais, o Governo Lula, através da reconfiguração do público e do privado, criou políticas sociais de inclusão, como o ProUni, a fim de amenizar a desigualdade educacional, inserindo a juventude em instituições privadas, sendo muitas delas sem pesquisa e extensão e contribuindo com as instituições privadas. Estas medidas paliativas não enfrentam as causas de tais problemas, como afirmou Dias:

[...] em tempos neoliberais não existe mais miséria, mas, exclusão. Qual a vantagem desta formulação? O problema parece não ser do capitalismo nem do governo, mas dos excluídos. As políticas de “inclusão” são aquelas que permitem focalizadamente, diminuir os problemas sem alterar sua verdadeira causa (2006, p. 195).

Como já afirmamos, a reforma universitária do Governo Lula criou a expectativa de que o povo pobre seria escutado, afinal a UNE e o governo, aparentemente partilhando do mesmo discurso, afirmavam que os programas da

reforma avançavam rumo à democratização do acesso.

Ainda no ano de 2003, Lula recebeu a diretoria da UNE e esta pleiteou maior investimento público nas universidades, ampliação e qualificação da rede pública e a regulamentação do ensino pago (POERNER, 2004, p. 310). Além disso, a diretoria aproveitou o momento para pedir auxílio para a reconstrução de sua sede na praia do Flamengo, porém, até o período não haviam conseguido a reintegração de posse do terreno. A entidade, para Poerner, saiu otimista da reunião, evidenciando a proximidade da UNE com o governo e buscou, após a reunião, recolher um milhão de assinaturas num abaixo-assinado em defesa de sua proposta de reforma universitária, que analisaremos adiante (POERNER, 2004, p. 311). O conteúdo do abaixo-assinado afirmava que:

Nos últimos oito anos a Universidade Brasileira sofreu duros ataques com o processo de implementação do projeto neoliberal que se materializou na mercantilização da educação. Por esse motivo, identificamos a necessidade de mudanças estruturais, reafirmar sua luta histórica em defesa da Universidade pública, gratuita e de qualidade, convocar todos os estudantes e a sociedade brasileira a participar da campanha pela reforma universitária, através da adesão a este abaixo-assinado, tendo como eixos centrais os seguintes pontos: - Regulamentação do Ensino Pago, já!; Por uma nova lei de mensalidades; Queremos um novo crédito educativo e mais bolsas de estudos - Democracia já!; Pela aprovação da Lei de dirigentes que dá autonomia às universidades; Por conselhos paritários e eleições diretas para reitor; Contra taxas e cobranças de qualquer natureza nas universidades públicas - Financiamento já!; Pela derrubada dos vetos do PNE que Institui 7% do PIB para educação – Acesso já!; Dobrar, com garantia de qualidade, o número de vagas das Universidades Federais Brasileiras até 2007; Criação de novas vagas nas universidades públicas municipais e estaduais (Abaixo-assinado, 2004 *apud* SANTOS, 2007, p.91-92).

O conteúdo do abaixo-assinado apresentava publicamente as primeiras propostas da UNE em relação a reforma universitária.

2.2.2 A UNE e a reforma universitária

No documento *Uma reforma necessária*, de 2004, a UNE declarou emergência na implementação do projeto de reforma, ao mesmo tempo defendendo como democrático todo o processo.

A Reforma da Educação Superior deve ter o espaço devido para ampliação e aprofundamento do debate a fim de que possamos fortalecer a universidade pública, restabelecendo o papel do Estado como mantenedor das Instituições Federais de Ensino Superior e regulador do Sistema Nacional de Educação Superior. Excelentíssimo Senhor presidente da República, este documento, portanto, solidariza-se com a sua disposição de implementar a reforma e apóia o processo democrático instaurado pelo governo federal para a definição da redação final do projeto de lei da Reforma da Educação Superior (UNE, 2004b).

Trindade, concordando com a UNE, afirmou que a reforma universitária, realizada pela primeira vez em um contexto democrático, buscou envolver a comunidade universitária, suas entidades representativas e os setores da sociedade civil organizada (TRINDADE, 2004, p. 819). Porém, contrariando o discurso da UNE, atos efetivos entraram em vigor via Medida Provisória antecedendo a divulgação da primeira versão do anteprojeto. Entre estas podemos destacar:

a) Redefinição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), a partir da revisão do antigo "Provão", por meio da Lei nº 10.861, de 15 de abril de 2004; b) Regulamentação, pelo Decreto nº 5.205, de 14 de setembro de 2004, das relações entre as Instituições Federais de Educação Superior (Ifes) e as fundações privadas ditas de apoio, previstas desde 1994, quando foi aprovada a Lei nº 8.958, que trata do assunto; c) Proposição do Programa Universidade para Todos (ProUni) – Projeto de Lei nº 3.582, de maio de 2004 – efetivado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005 (CÊA, 2006, p. 149).

Como grande parte da reforma desejada já estava definida no âmbito da legislação, algumas medidas foram colocadas em prática, como:

a) redução do financiamento público, transferência de recursos para IES privadas por meio do ProUni e aumento da captação de verbas nas IES públicas, viabilizado pelo Decreto 5.205, que regulamenta as fundações ditas de apoio universitário; b) separação das atividades de educação, pesquisa e extensão, condicionando o exercício da primeira à eliminação das duas últimas conforme reafirmado na MP 208/04, que aprofunda o caráter produtivista do trabalho docente; c) transformação da extensão em prestação de serviço autofinanciável (pagos); vinculação da pesquisa a interesses empresariais por meio da Lei de Inovação Tecnológica ou ainda pelo direcionamento dos editais públicos para financiamento de pesquisa [...]; d) precarização das relações de trabalho docente como forma, inclusive, de eliminar o compromisso docente com a instituição em que trabalha. Em regra, se a universidade é subordinada ao mercado por meio dessas ações, a autonomia de produção intelectual, que é base de toda a autonomia universitária, também sucumbe aos interesses de mercado (BOSI; REIS, 2008, p. 177-178).

Como vimos, antecedendo ao projeto, medidas estavam sendo implementadas como o ProUni, a Lei de Inovação Tecnológica⁵⁰, o SINAES, entre outros. No ano de 2004, vários documentos foram emitidos pela UNE em defesa do projeto. No documento *Reforma Universitária com Democracia e Soberania*, a UNE anunciou a realização de uma reforma na universidade orientada por um projeto de desenvolvimento nacional. No mesmo defendeu que “[...] ao apresentar sua proposta de Reforma Universitária à sociedade brasileira, o Governo Lula estará também explicitando, em grande medida, qual sua orientação estratégica para o desenvolvimento do país nos próximos anos” (UNE, 2004c, p. 1). O documento traz os princípios norteadores apresentados pela UNE. Estes princípios também estão presentes no documento *A Reforma Universitária que a UNE quer* (UNE, 2004d). Vejamos alguns pontos:

Autonomia Universitária: Garantia da autonomia didática, científica, pedagógica e de gestão financeira tal como versa o artigo 207 da Constituição Federal, com ampliação do investimento público nas IFES; Execução da norma do PNE que garante a formação de um fundo composto por 75% dos recursos da União vinculados à educação (UNE, 2004c, p. 2-3. Grifos do autor).

O destaque nesse ponto é na gestão financeira, ao enfatizar a necessidade de não confundir autonomia com desresponsabilização do Estado com o financiamento das universidades.

Democracia: Pela aprovação da lei de escolha de dirigentes que dá autonomia às universidades. Por conselhos paritários e eleições diretas para reitor; Democratização da definição do orçamento da universidade, com a ampla participação da comunidade acadêmica e setores da sociedade civil envolvidos com o cotidiano da universidade (UNE, 2004c, p. 3. Grifos do autor).

A proposta defendida pela entidade, reivindicava uma ampla democracia interna tanto nas instituições públicas, quanto nas privadas.

Acesso e permanência: Dobrar, com qualidade preservada e no ensino

⁵⁰ Em dezembro de 2004, a Lei 10.973 encaminhada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, conhecida como Lei de Inovação Tecnológica, tem como objetivo incentivar as parcerias entre as universidades e as empresas na produção do conhecimento, buscando-se alinhar a pesquisa aos interesses do capital.

presencial, o número de vagas nas instituições de ensino superior público brasileiras até 2007; Ampliação dos cursos noturnos; Pela aprovação de um plano nacional de assistência estudantil; Cotas para negros; Reserva de vagas para estudantes oriundos da escola pública (UNE, 2004c, p. 3. Grifos do autor).

Para Freitas, a proposta reivindicava uma universidade acessível a todos, com garantia de permanência, tendo a ampliação da oferta de vagas de acordo com um controle do Estado e direcionada para os setores da sociedade que possuem, historicamente, maiores dificuldades para ingressar no ensino superior. Além da abertura de turmas no noturno e prioritariamente em instituições públicas (2007, p. 9).

Financiamento: Pela derrubada dos vetos ao PNE; Contra taxas e cobranças de qualquer natureza nas universidades públicas; Redefinição do papel das agências de pesquisa, como Capes e CNPq; Desvinculação do pagamento de aposentados, pensionistas e precatórios do orçamento das universidades; que hoje absorve parte substancial dos orçamentos; Fim dos cursos pagos nas instituições de ensino superior público; Fim das fundações privadas nas instituições de ensino superior público; Regulamentação da propriedade intelectual, financiada com verbas públicas (UNE, 2004c, p. 3. Grifos do autor).

A UNE, em documento, pleiteava maior investimento, tendo como foco a derrubada dos vetos feitos durante o Governo FHC ao Plano Nacional de Educação, como a garantia dos 7% do PIB de investimento na educação para garantir a qualidade do ensino.

Regulamentação do ensino pago: Maior controle do Estado sob as instituições privadas, que garanta os critérios de qualidade, assegurando o tripé ensino-pesquisa e extensão; Por uma nova lei de mensalidades; Fim do FIES! Queremos um novo crédito educativo; Por um verdadeiro programa de amparo ao estudante carente; Mais bolsas de estudo; Contra a perseguição aos inadimplentes, pelo direito a matrícula; Redução das mensalidades já! (UNE, 2004c, p. 3. Grifos do autor)

Em relação ao ensino pago, a entidade, para Freitas, exigia maior controle sobre o mesmo e a implementação de critérios de qualidade fundamentados no tripé ensino-pesquisa-extensão. Exigiam a reavaliação do valor das mensalidades com a participação dos estudantes a partir da apresentação da execução contábil do ano anterior (2007, p. 9).

Avaliação Institucional: Infelizmente o projeto aprovado, insiste em fazer com que o estudantes sejam obrigados ao comparecimento no exame. Mesmo sendo de caráter aleatório, o exame que será aplicado aos estudantes, constará do currículo escolar, além da indefinição acerca das composições e pesos de cada processo de avaliação e da divulgação dos resultados. A UNE compreende que a aprovação do projeto sinaliza um significativo avanço na política de avaliação institucional, mas compreende que neste processo de mudanças estruturais das universidades brasileiras, teremos que romper com valores e conceitos que fazem das universidades instituições sem autonomia (UNE, 2004c, p. 3-4. Grifos do autor).

Para Freitas, a UNE reconheceu na nova avaliação avanços relacionados ao sistema de avaliação do ensino superior, mesmo realizando algumas críticas. Propôs que os seus resultados não fossem utilizados para ranquear as universidades e que a participação no ENADE não fosse obrigatória e nem condicionasse a obtenção do diploma de conclusão do curso (2007, p. 9).

Mesmo com críticas pontuais, a UNE reconheceu no anteprojeto avanços para a educação brasileira, como constatado em reportagens da revista da entidade. Na edição de março de 2004, a revista *Movimento* concentrou seu discurso no debate sobre a reforma universitária. Em matéria intitulada *A expansão em debate é demonstrada preocupação com o ProUni*: “A prioridade deve ser ampliar vagas nas universidades públicas principalmente nos cursos noturnos. As instituições públicas oferecem mais qualidade e vivem uma crise financeira. Por que beneficiar ainda mais as universidades privadas?” (MENDONÇA, mar/2004, p. 35). A opção pela expansão de vagas no ensino superior via incentivo e facilitação da abertura de cursos e instituições privadas durante o Governo FHC fez com que, em 2002, as universidades privadas respondessem por 70% das matrículas.

O Programa Universidade para Todos (ProUni), parte integrante da reforma universitária implementada pelo Governo Lula, consiste na troca de bolsas de estudo (integrais e parciais) em instituições de educação superior privadas, destinadas a alunos carentes, por isenção de impostos federais. Ao apresentar o ProUni como grande saída ao problema da falta de vagas nas Instituições de Educação Superior (IES) públicas, não explicitou, segundo Paulo R. Cardoso, secretário adjunto da Receita Federal, que as IES privadas, até o ano de 2007, acumulavam dívida superior a 12 bilhões de reais (ANDRÉS, A., 2008, p. 26).

Um dos argumentos utilizados pelo governo, a fim de implementar este

programa, era o baixo custo de um aluno do programa em comparação com um aluno matriculado em uma das IES federais. Porém, o cálculo do governo, que equivalia a R\$ 940,54 (2005) o custo médio de um estudante do ProUni, não abatia dos cálculos o número de bolsas já oferecidas, obrigatoriamente, pelas IES filantrópicas (ANDRÉS, A., 2008, p. 19).

Em agosto de 2004, a Revista *Movimento*, em matéria intitulada *O futuro da universidade e a universidade do futuro*, foi descrita a participação da UNE na elaboração do projeto de reforma universitária e afirmado que “[...] várias idéias e contribuições de entidades, inclusive da UNE, tem surgido durante este processo e algumas delas foram incorporadas às diretrizes apresentadas pelo Ministério da Educação em junho” (BENTO, ago/2004, p. 6). A reportagem evidenciou a defesa do anteprojeto pela UNE:

Achamos as diretrizes anunciadas pelo MEC, no geral, muito positivas. Do ponto de vista conceitual elas vão ao encontro das propostas tradicionalmente defendidas pela UNE: a educação é tratada como bem público e vista como um direito dos cidadãos e não mais como um serviço [...]. Pode parecer pouco, mas não é. Grande parte das preocupações e críticas à política implantada pelo governo passado passa justamente pela visão metodológica que resultou na expansão desenfreada de faculdades privadas, sem qualquer compromisso além da cobrança de altas mensalidades (BENTO, ago/2004, p. 6. Grifos nosso).

Porém, baseados nos documentos e nas reportagens, a UNE passou a defender um projeto de imposição de um modelo mercantil universitário, em que o diferencial, em relação ao Governo FHC, é que estas diretrizes estavam sendo implementadas como se fossem iniciativas que visavam a democratização do acesso da população pobre à universidade, como consta no projeto de reforma universitária:

No governo do presidente Lula a “Reforma Universitária” foi reinserida na agenda das prioridades nacionais depois de várias décadas de retardamento do debate na Nova República. Com esta iniciativa, o governo assume uma tarefa inédita na história republicana posterior a redemocratização. É fato por si mesmo significativo que, transcorridas duas décadas desde a transição democrática, o sistema brasileiro de educação superior continue regido por um estatuto legal herdado do regime autoritário. A proposta de lei de reforma ora apresentada cumpre, portanto, uma tarefa inadiável para o país e para as novas gerações de estudantes que, de todas as origens sociais, aspiram legitimamente por um acesso mais democrático à educação superior (BRASIL, 2005a, p. 6).

No ano de 2004, em defesa da reforma universitária, a UNE promoveu junto ao MEC e às reitorias uma caravana pelas universidades federais. A caravana foi expulsa da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) por estudantes independentes. Este posicionamento da UNE, a relação da entidade com o Governo Lula, e outros, fizeram com que setores passassem a se organizar por fora da UNE.

Durante o ano de 2004 foram realizados debates, atos, passeatas, encontros, greves, como as lutas e passeatas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), as greves das estaduais paulistas e da Universidade Federal da Bahia (UFBA) (CONLUTE, 2004). No mês de agosto de 2004, na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu o primeiro Encontro Nacional contra a Reforma Universitária. A CONLUTE surgiu naquele momento para coordenar as lutas contra as políticas do governo federal, uma vez que a UNE não cumpria mais esse papel. O boicote ao ENADE, o Plebiscito Nacional sobre a Reforma Universitária e uma marcha realizada no mês de novembro em Brasília contra as reformas do governo federal enfrentavam a posição política assumida pela UNE em relação ao Governo Lula e suas políticas.

2.2.3 O 49º Congresso da UNE e a defesa do Governo Lula

Em janeiro de 2005, ocorreu o Encontro Nacional: A Reforma Universitária e os Rumos do Movimento Estudantil organizado pela CONLUTE, na cidade de Porto Alegre, paralelo ao Fórum Social Mundial. Participaram desse encontro os partidos: PSTU, CAS, LER e Organização Marxista Proletária. Nesse, diretores da UNE renunciaram seus mandatos por entenderem que a entidade havia rasgado sua carta de princípios. A tese da juventude do PSTU e militantes independentes para o encontro denominada *Derrotar a Reforma, Romper com a UNE e Fortalecer a CONLUTE* ampliava as críticas à direção da UNE, denunciando os problemas da entidade desde os anos de 1990.

Em 1998, a UNE foi contra a greve das universidades federais, o que levou o movimento a montar um comando nacional de greve por fora da entidade

e derrotar as posições do PCdoB – que tentava acabar com a democracia da UNE - no histórico CONEB de Viçosa (MG). Durante o Governo FHC, a entidade foi contra a campanha do “Fora FHC”, só mudando de posição quando podia perder essa votação no congresso de 1999. O mesmo aconteceu nas sucessivas lutas e greves desde então, quando a principal preocupação da direção da entidade passou a ser o aparato construído com o dinheiro das carteirinhas. Mas houve uma clara mudança quando Lula venceu as eleições de 2002. A partir de então, a UNE passou a compor o governo através do PCdoB e do PT, ajudando a elaborar a Reforma Universitária que pode destruir as universidades públicas e salvar os tubarões do ensino privado. Ou seja, a UNE se transformou em um braço do governo no movimento estudantil (PSTU, 2005, p. 4).

O movimento *Reconquistar a UNE*, como já afirmamos, movimento organizado pela tendência do PT Articulação de Esquerda, comungava da mesma crítica a direção da UNE, porém mantendo a sua participação nos fóruns da entidade:

A realidade imposta a UNE pela direção majoritária (UJS/PCdoB) é caótica. Os fóruns de deliberação da entidade praticamente se esvaziaram [...]. Paralelo a isso vem a direção majoritária tomar atitudes que não foram aprovadas em nenhum fórum da entidade. O projeto de Memória do Movimento Estudantil é um deles. Esse projeto estabelece uma parceria com a Fundação Roberto Marinho (Rede Globo) para o resgate do movimento estudantil (RECONQUISTAR, jul/2004, p. 8).

As teses, como vimos, denunciavam as práticas da UNE, desde a organização dos congressos até as atitudes tomadas sem consulta aos estudantes, como a aprovação do *Projeto Memória do Movimento Estudantil*. A sucessão de práticas como estas nos leva a considerar que a UNE passava por um processo de burocratização, ao tomar decisões sem consultar a base, usurpando o poder de representação recebido por sua base.

No ano de 2005, aconteceu o 49º Congresso da UNE, entre os dias 29 de junho e 3 de julho, em Goiânia. A organização do evento divulgou o credenciamento de 4.603 delegados, além dos mais de oito mil observadores e estudantes de Goiânia e região (UNE, 2005a). Pela terceira vez consecutiva o Congresso da UNE aconteceu em Goiânia e para Petta este fato ocorreu “graças ao grande apoio que a cidade e o estado proporcionam para a sua realização” (UNE, 2005a).

No primeiro dia do congresso foi realizado o credenciamento e a abertura do evento. De acordo com *site* da entidade, a abertura contou com a presença de Gustavo Petta, presidente da entidade; Gisleyde Sosa, presidente da OCLAE; Ailton

Gilberto, presidente da CUT-GO; Waldir, representante do MST; Leonardo Reis, Secretário Municipal de Juventude; representando o prefeito de Goiânia, Íris Resende; Aldo Arantes, Secretário Estadual do Meio Ambiente; Fábio Tokarski, militante do PCdoB, presidente da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa e deputado estadual; e Lúcio Flávio, presidente da UEE-GO (UNE, 2005a).

Diante das divulgações de anteprojeto de reforma universitária, os delegados e observadores, acreditavam que a UNE colocasse em pauta, nesse congresso, o debate sobre o tema. Porém, para Santos, o que se ouviu do presidente da UNE, Petta, foi que o congresso:

Não seria para discutir a reforma universitária, como todos esperavam, mas para discutir os atuais acontecimentos históricos vivenciados pelo país, como a denúncia do Mensalão, especialmente para pedir a punição dos responsáveis, ao mesmo tempo em que também se necessita defender o Governo Lula, que está ameaçado pela burguesia e pelos parlamentares de direita que governaram o país durante muitos anos e agora não se conformam em perder seus mandatos e vão fazer todo o possível para a derrubada do primeiro governo de esquerda a assumir o país (PETTA *apud* SANTOS, 2007, p. 9-10).

O debate sobre reforma universitária foi realizado somente em um dos mais de 15 painéis. De acordo com a programação do evento, neste segundo dia de congresso, no período da manhã, ocorreram painéis simultâneos sobre conjuntura nacional e internacional. Dois painéis se dedicaram particularmente ao debate sobre a crise política no Brasil.

No painel sobre o anteprojeto de reforma universitária estiveram presentes Aldo Arantes; o Secretário Executivo do MEC, Jairo Jorge; Ana Maria Ribeiro representando a Federação de Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA), Roberto Leher representante do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) e o presidente da UNE, Gustavo Petta. O diretor de políticas educacionais da UNE, Vinícius Wu, mediou o painel (MIELLI, 2005).

A mesa contou com apenas uma voz contrária a reforma, o representante do ANDES, Roberto Leher. De acordo com Mielli (2005) este criticou duramente a proposta de Reforma Universitária apresentada pelo governo e a gestão do MEC

que, segundo ele, reduziu recursos da educação em 20%. Porém, Jairo Jorge contestou a afirmação feita por Leher dizendo que o orçamento do MEC era de 12 bilhões e em 2005, foi de 17 bilhões.

No Governo Lula, no ano de 2005 o orçamento para a educação em todos os níveis representou 3,9% do PIB, o mesmo percentual dos anos 2003 e 2004. No período de 2002 a 2005, o gasto médio das despesas da União com a educação superior caiu para 0,74%, sendo que durante o Governo FHC (1995-2002) o gasto médio foi de 0,82%. Em grande parte os recursos arrecadados com o superávit primário foram destinados ao pagamento da dívida interna e externa (BOSI, A.; REIS, L. F., 2008, p. 176).

Após os painéis, com poucas vozes contrárias, no período da tarde, foi destinado aos GT's. Das 14 horas as 17 horas ocorreram GT's sobre Conjuntura Nacional e Internacional e das 17 horas as 20 horas, GT's sobre Movimento Estudantil (UNE, 2005a). No congresso anterior, como vimos, foi reservada apenas uma tarde para o debate sobre educação e movimento estudantil, neste congresso o tempo foi reduzido à apenas 3 horas, após outros Grupos.

No terceiro dia de Congresso, após a defesa do projeto de reforma universitária, estudantes e trabalhadores, organizados pela Coordenação dos Movimentos Sociais, foram às ruas de Goiânia, em passeata contra a desestabilização do Governo Lula e por mudanças na política econômica do país. Para Petta “[...] apoiar criticamente o Governo Lula é prioridade” (PETTA *apud* SAMPAIO, 2005, p. 1) Ele afirmou que o governo do PT, cujas marcas eram a defesa da ética e da mudança social, estava sendo desestabilizado por partidos de oposição (SAMPAIO, 2005, p. 1).

O quarto dia do congresso foi reservado às plenárias. Mais uma vez disputas acirradas entre os partidos fizeram parte do congresso. As teses do PCdoB/UJS, *Na pressão pelas mudanças* e das tendências do PT; DS/Kizomba, intitulada *Uma nova cultura política no movimento estudantil*; Articulação/Mudança; e Articulação de Esquerda/Reconquistar a UNE, mantiveram a defesa do governo. Sobre o tema a tese do PCdoB/UJS reivindicou que: “O Governo Lula também fortaleceu a democracia e ampliou o diálogo através de conferências, fóruns, conselhos e consultas públicas que reforçaram a interlocução com as entidades da sociedade

civil, como a UNE” (UJS, 2005, p. 1). Em relação à Reforma Universitária, as teses citadas apresentaram opiniões pouco diferenciadas. A tese do PCdoB/UJS defendeu que:

A nova proposta do MEC, mesmo recuando em relação a pontos importantes – em particular no que diz respeito ao controle sobre as mantenedoras das instituições particulares de ensino – garante importantes conquistas para o ensino superior público em pontos como autonomia e financiamento. Além de possibilitar a troca das dívidas de Estados e Municípios por investimentos em educação, a nova versão do Anteprojeto incorpora as reivindicações da UNE relacionadas à assistência estudantil, com a destinação de 5% das verbas de custeio das instituições federais para essa rubrica. Fatos como esses representam vitórias significativas dos estudantes brasileiros (UJS, 2005, p. 4).

A proposta da UJS manteve o mesmo tom, desde o primeiro anteprojeto de reforma. Afirmavam que mesmo com alguns recuos, a nova versão de anteprojeto da reforma universitária garantia conquistas. A tese organizada pela DS, neste mesmo caminho defendeu que “[...] o Anteprojeto de Reforma do MEC, [...], ainda que insuficiente em vários aspectos, possibilitava a retomada do sentido público da Universidade brasileira e uma transição de paradigmas capaz de superar o legado neoliberal” (KIZOMBA, 2005).

Porém, a disputa política se acirrou com o posicionamento contrário a reforma apresentado na tese *A luta é que nos UNE*, encabeçada pela Frente de Oposição de Esquerda da UNE (FOE), organizada por tendências do PSOL. Para a FOE a reforma universitária:

Libera geral pros tubarões e abre as portas para o capital estrangeiro; Legaliza o ensino à distância, as fundações e cursos pagos nas públicas; Reduz o financiamento público; Mantém total descaso com a assistência estudantil; Ataca a autonomia universitária; Solapa a luta pela democratização do acesso e da estrutura das universidades (FOE, 2005, p. 2).

Crítica a toda reforma universitária, a FOE, defendeu a consigna “Não à Reforma Universitária”. A tese também reafirmou “[...] que a direção majoritária da UNE colocou a entidade numa condição subserviente ao Governo Lula” (FOE, 2005). Defenderam que para efetivar mudanças na atuação da UNE era necessário uma insurreição de baixo para cima, ou seja, “[...] é necessário que mudemos não só a diretoria como fundamentalmente a cultura política autoritária e burocrática que a

UJS tenta impor ao ME” (FOE, 2005). Diferentemente do PSTU, as tendências do PSOL, que organizavam a FOE, mantinham a defesa da possibilidade de retomar a direção da UNE, e criticavam a organização da CONLUTE como uma saída paralela para a organização da juventude.

Neste sentido, avaliamos como um equívoco apostar em saídas divisionistas como a dos colegas da CONLUTE. Não temos ilusão que UJS-PCdoB vá mudar sua opinião ou perder a direção da UNE sem muita mobilização, mas compreendemos a necessidade de debater com os estudantes a importância de construir um novo rumo para o ME brasileiro. O momento é de expressar publicamente nossa oposição à direção majoritária, não só no discurso, mas na construção prática cotidiana avançando em relação ao que diversos setores do ME fizeram em 2004 (FOE, 2005 p. 3).

Mesmo defendendo o programa da UNE, tendências do PT também criticaram, em suas teses, a postura da direção majoritária da entidade:

Achamos que a primeira tarefa daqueles que querem mudar o M.E. é derrotar a atual direção majoritária, porque ela se tornou um empecilho para o avanço e organização do M.E. Mas, sem a politização do conjunto dos estudantes e o seu envolvimento no movimento estudantil através da organização das entidades de base e gerais, nada mudará no M.E. Além disso, não basta derrotar a direção majoritária por si só. É fundamental ter um programa que apresente propostas concretas para a superação das debilidades do movimento e aponte uma perspectiva de luta e reivindicações (RECONQUISTAR, 2005, p. 2-3).

As teses demonstram a disputa política entre os partidos pela direção da UNE e pelos rumos da entidade, principalmente no que se refere à reforma universitária e a independência política da entidade.

Após a defesa das teses, foram votadas as resoluções. Entre essas se encontram posições, da direção majoritária (UJS/PCdoB) a favor do Governo Lula ao afirmar que “[...] ao contrário daqueles que trabalham para 'enquadrar' o Governo Lula em uma agenda conservadora – acreditamos que neste momento é preciso 'dobrar a aposta' nas mudanças, através de medidas que abram caminho para um novo modelo econômico” (UNE, 2005c, p. 2). E sobre a Reforma Universitária a resolução aprovada afirmava que:

A segunda versão do Anteprojeto de Reforma da Educação Superior do MEC, mesmo recuando em relação a pontos importantes – em particular no

que diz respeito ao controle sobre as mantenedoras das instituições particulares de ensino e outros itens relacionados ao ensino privado – garante importantes conquistas para o ensino superior público em pontos como autonomia e financiamento. A nova versão do anteprojeto prevê a troca das dívidas de Estados e Municípios por investimentos em educação. Também as reivindicações da UNE relacionadas à assistência estudantil foram incorporadas, com a destinação de 5% das verbas de custeio das instituições federais para essa rubrica. Agora, mais que nunca, vai ser necessário fazer muita pressão contra os tubarões de ensino pra que a melhor proposta possível seja entregue ao Congresso. Como antes, a Reforma segue em disputa (UNE, 2005c, p. 4).

Dois pontos foram considerados retrocessos para a reforma. O primeiro é a flexibilização do controle das mantenedoras das instituições privadas de ensino em relação à primeira versão. O segundo foi a supressão dos artigos que tratavam da reserva de 50% das vagas nas universidades federais para estudantes egressos de escolas públicas no prazo máximo de 10 anos.

Os aspectos positivos apresentados versavam sobre a assistência ao estudante, pois o percentual foi elevado para 5% da verba de custeio. Tratava ainda da disponibilização obrigatória, nas instituições públicas, de um terço das vagas para cursos no período noturno, além do aumento para 120 dias do prazo para a divulgação de reajustes nas mensalidades das instituições privadas. E previa também, a criação de convênios ou formação de consórcios entre estados, municípios e União para a expansão dos investimentos realizados nas universidades públicas estaduais e municipais (FREITAS, 2007, p. 11).

O último dia do congresso foi marcado pela eleição da nova diretoria. Nesse congresso algumas tendências do PT, como a *Articulação*, se unificaram ao PCdoB para a disputa pela direção da entidade. Essa unidade foi concretizada em torno da chapa *Movimente-se, movimento estudantil unificado na pressão pelas mudanças*, organizada pela UJS/PCdoB, Articulação (PT), Tendência Marxista (PT), MR-8 e PSB. Recebendo 2.496 votos, foi vitoriosa elegendo 13 cargos na executiva, reelegendo Gustavo Petta (PCdoB) como presidente da entidade.

A chapa *Por uma UNE combativa, democrática e de luta para barrar essa reforma e contra a divisão*, organizada pela tendência do PSOL, Ação Popular Socialista (APS), pelas tendências do PT, Articulação de Esquerda, O Trabalho, pelo PCB e parte do PSB, recebeu 517 votos e dois cargos na executiva. A chapa *Kizomba em Movimento*, que aglutinou as tendências do PT, DS e Movimento PT,

recebeu 217 votos e garantiu um cargo na executiva. A chapa *Rebele-se, a luta é que nos une* constituída por tendências do PSOL e União da Juventude Revolucionária (UJR) recebeu 213 votos e garantiu também um cargo na executiva. A chapa *UNE para os estudantes, não para o Governo Lula*, organizada pelo PV, PDT, PPS e parte do PCB recebeu 166 votos. A chapa *Mutirão* (PMDB) recebeu 165 votos. A chapa *A UNE na sala de aula* recebeu 79 votos. A chapa *Apesar de você amanhã há de ser outro dia* (PSDB e PFL) recebeu 37 votos e a chapa *UNE livre* (militantes independentes) recebeu 19 votos.

Ainda no ano de 2005, a UNE divulgou novos documentos sobre Reforma Universitária. No documento *Manifesto em defesa do debate da Reforma Universitária*, a entidade condensou a sua análise sobre o ensino superior e apresentou propostas constantes do projeto do MEC que consideravam positivos:

1 - CONSTITUIÇÃO DE UM SISTEMA FEDERAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. As Instituições de Ensino Superior (IES) devem ser parte de um Sistema Nacional de Educação unificado, tendo como referência para o conjunto do sistema as universidades públicas. O compromisso social deve ser assegurado, tanto para as públicas quanto para as particulares. Qualquer proposta de Lei Orgânica da Educação Superior não pode ficar restrita apenas às instituições públicas.

2 – AUTONOMIA PARA AS UNIVERSIDADES com Gestão Democrática. O novo projeto para a educação superior deve garantir uma efetiva autonomia de gestão com responsabilidade social. A autonomia, porém, deve ser concedida apenas às INSTITUIÇÕES UNIVERSITÁRIAS, questão que passa pela reformulação do conceito de Universidade – atribuindo-se esse status apenas às instituições que trabalham efetivamente com o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A autonomia também deve estar associada à exigência de gestão democrática, e por isso apoiamos a criação de Conselhos Universitários com a garantia que os integrantes das Mantenedoras não excedam 20% dos integrantes, a criação do Conselho Comunitário Social com caráter consultivo, a liberdade de Organização estudantil com garantia de espaços físicos para as entidades e livre acesso nas instituições para as representações estudantis.

3- LIMITE DE 30% À PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL ESTRANGEIRO NA EDUCAÇÃO (UNE, 2005b, p. 2).

A UNE avaliou como positiva a constituição de um Sistema Federal de Educação Superior, assegurar a autonomia da universidade e a limitação à participação do capital estrangeiro na educação (limite de 30%). Para PAULA, a UNE conduziu esta discussão com as entidades a ela filiadas, tendo elaborado o documento já apresentado, sem grandes mobilizações públicas optando pela negociação com o governo (2009, p. 293). E no documento a entidade faz emendas

ao anteprojeto:

1-CRIAÇÃO DE UMA OUVIDORIA DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO com o objetivo de receber reclamações, sugestões e denúncias sobre abusos cometidos nas IES privadas. A Ouvidoria deverá apontar medidas no sentido de responder os questionamentos através de inspeções, auditorias tendo sintonia com o processo de avaliação das instituições.
 2-REGULAMENTAÇÃO DAS MENSALIDADES com o sentido de impedir os abusos nos reajustes, garantindo negociação entre as partes envolvidas, através da abertura detalhada das planilhas de custo das instituições. Garantir que o anúncio da mensalidade do ano seguinte seja feito 120 dias antes do último dia da matrícula e o condicionando a negociação com a representação estudantil. 3- Garantia de um processo democrático na reformulação estatutária (UNE, 2005b, p. 2).

Estas propostas foram enviadas ao MEC, no ano de 2005 e conforme documento da Assessoria de Comunicação Social, a UNE propôs a vinculação de parte do orçamento das federais para ser gasto com moradia para alunos, refeitórios e bolsas. Na época, o Ministro da Educação, Tarso Genro afirmou: “Eu estou de acordo com a proposta da UNE. Agora, vamos ver se ela é viável politicamente. Vamos submeter essa proposta ao conjunto de parceiros para ver se é possível mudar o projeto de reforma nesse ponto” (BRASIL, 2005b, p. 1). O diálogo demonstrava o protagonismo da UNE na elaboração da reforma universitária.

2.2.4 A relação da UNE com o Governo Lula e a Lei 7200/2006

Após três versões de anteprojeto de reforma da educação superior, a última versão foi encaminhada ao Congresso Nacional em junho de 2006 e tornou-se o Projeto de Lei 7200/2006. Importante destacar que cada versão e o anteprojeto são registros de diferentes momentos não só pelo conteúdo que se difere, mas também pelos temas que são atenuados ou acrescidos de uma versão para outra (CÊA, 2006, p. 44-45). Segundo Cêa, isso ocorreu devido ao

[...] esgotamento das tentativas governamentais de estabelecimento de consensos a respeito dos diversos temas [...] embora o consenso seja anunciado pelo Governo Lula, como pressuposto para a elaboração da proposta de lei da reforma, o que vem ocorrendo demonstra a inconsistência política de um consenso (2006, p. 45).

Serviram de referência para a elaboração da primeira versão do projeto de

lei e se mantiveram atuais, nas outras versões, os documentos: *Gasto social do governo central: 2001 e 2002*; *Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a reforma universitária brasileira* e *Reforma da educação superior: reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior* (CÊA, 2006, p. 48). As versões, para Cêa, caracterizam as reformas como responsabilidade social:

A absorção da idéia de responsabilidade social no âmbito do Estado pressupõe a incapacidade e a desobrigação do Estado em responder as necessidades sociais de caráter universal, seja pela suposição de sua incapacidade técnica, seja pela suposição de sua ilegitimidade para assumir determinadas funções, como, por exemplo, desempenhar as tarefas consideradas próprias do setor privado ou agir como o grande “provedor” social (2006, p. 49).

De acordo com o documento *Análise do Projeto de Lei 7200/02 – A Educação Superior em perigo*, os artigos do projeto não diferem muito das versões anteriormente publicadas. Para Lima e Martins, as versões representaram a disseminação da necessidade de diminuir o tamanho do Estado e redefinir suas funções sociais na base da aliança entre as idéias de responsabilidade social e de ação estatal (LIMA, K.; MARTINS, A. S., 2005, p. 43-67).

No ano de 2006 a UNE manteve a defesa, naquele momento, da última versão do projeto de reforma universitária. Em abril de 2006, a Revista *Movimento*, em reportagem intitulada *Universidade em sintonia com o Brasil*, a vice-presidente da UNE da época, Louise Caroline, considerou que:

[...] o texto do ante-projeto, pactuado por um extenso debate público, aponta para o acerto da UNE em ter disputado a proposta de reforma universitária, porque sem dúvida, ele coloca a universidade pública e a educação superior em outro patamar, muito mais próximo daquele historicamente defendidos por nós (MIELLI, 2006a, p. 18).

Entre os pontos que estão presentes na última versão do Anteprojeto de Reforma Universitária, e que a UNE considerou positivos estão:

A incorporação da assistência estudantil ao projeto; a regulamentação de prazo mínimo de 120 dias para a divulgação de reajustes de mensalidades das universidades privadas; a limitação da entrada de capital estrangeiro nas universidades a no máximo de 30%; a sub-vinculação de 75% do orçamento federal da educação para as universidades federais; autonomia

dessas instituições; o fim da lista tríplice para a escolha de reitor, entre outras (MIELLI, 2006a, p. 19).

Ainda em reportagem, *Universidade em sintonia com o Brasil*, a UNE voltou a elogiar o ProUni. O programa permaneceu sendo compreendido como forma de democratização do acesso e solução para ampliação de vagas, na medida em que “[...] regulamentou as isenções fiscais das instituições que tinham o benefício sem oferecer nenhuma contrapartida para inclusão de alunos de baixa renda no sistema de educação superior” (MIELLI, 2006a, p. 20).

A defesa ao programa é realizada novamente em reportagem publicada na revista Movimento, de agosto de 2006, quando a UNE reivindicou o “[...] fim das isenções fiscais às instituições com fins lucrativos e pela ampliação das bolsas do ProUni” (MIELLI, 2006b, p. 11). Para Franco, ao invés de apresentar fielmente os pressupostos do ProUni, a UNE dissimulou o que ele previa, visando reafirmá-lo como “[...] mecanismo de democratização do acesso à universidade” (MINORO, 2006, p. 28), quando, para a autora, a proposta de articular o fim das isenções fiscais à ampliação do ProUni, era absolutamente incoerente e inviável (FRANCO, 2008, p. 8). Críticas ao programa foram realizadas pelo próprio presidente da UNE, Gustavo Petta, quando disse:

O Programa Universidade para Todos, uma das bandeiras do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na campanha à reeleição, oferece bolsas de estudo a alunos carentes em 237 cursos de educação superior que tiveram os piores conceitos em avaliações realizadas nos últimos anos. Eles representam 48% dos 492 cursos de instituições privadas com notas mais baixas (PETTA *apud* ANDRÉS, 2007, p. 31).

Mesmo localizando um conjunto de problemas, a entidade permaneceu na defesa deste Programa. Para Franco, a UNE, que também se posicionava contrária à expansão desordenada do ensino privado e defensora do financiamento estatal da educação pública, não interpretou a dimensão privatizante do ProUni, responsabilizando o Governo FHC pela expansão do setor privado (2008, p. 8).

Em relação ao SINAES, a mesma reportagem apresentou a fala do Ministro da Educação, Fernando Haddad, dizendo que o Sistema “[...] trouxe um aprimoramento da avaliação muito importante, e que já está impactando positivamente nas instituições, como a existência de programas de pós-graduação

avaliados pela Capes, ouvidorias de conselhos que estabelecem a comunicação da universidade com a sociedade” (MIELLI, 2006a, p. 20). Para a UNE, que realizou diversas mobilizações contra o Provão de FHC, o diferencial do ENADE em relação à antiga forma de avaliação, estaria em sua forma, “[...] que antes dava maior peso ao desempenho do aluno e agora, outros indicadores foram incorporados e/ou ganharam mais peso na avaliação, como a análise do corpo docente e a estrutura material da universidade” (UNE, 2006c, p. 2).

Para Franco, o argumento de que a avaliação é uma forma de prestação de contas da universidade à sociedade é muito presente no discurso da UNE, como no discurso governamental, pois transmite a mensagem de que o governo está se preocupando e atuando para a melhoria da educação superior (2008, p. 8). Ainda para a autora, a UNE passou a defender o SINAES, como o ENADE, utilizando-se de uma estratégia recorrente em relação a todas as medidas da Reforma Universitária “[...] ao interpretar as medidas governamentais como 'avanços democráticos' e diminuir a importância dos 'retrocessos' nelas contidos” (2008, p. 9). E desta maneira “[...] tal estratégia simula uma posição crítica em relação ao governo quando, na verdade, é conivente com suas ações” (2008, p. 9).

Sem questionar os critérios e os procedimentos da avaliação, Franco avaliou que, para a UNE, o SINAES e o ENADE não violaram a autonomia universitária, nem estabeleceram padrões de produção e rendimento acadêmico, interferindo no ritmo e nos rumos do ensino e da pesquisa. A UNE, através da discussão parcial sobre os programas membros da reforma universitária, pretendia legitimá-los junto aos estudantes, como se o problema da avaliação fosse apenas a forma como são apresentados os resultados, e não as diretrizes que determinam os procedimentos e critérios adotados (FRANCO, 2008, p. 9).

A defesa à reforma foi mais uma vez referendada na Revista *Movimento*, de agosto de 2006, em reportagem intitulada *Reforma Universitária chega ao Congresso*. A reportagem dizia o seguinte: “apesar de apresentar alguns retrocessos, é considerado um avanço em comparação com o sistema vigente” (MINORO, 2006, p. 27). Para Gustavo Petta, no *Jornal da UNE* de 2006:

O Projeto que foi encaminhado manteve o conteúdo em sua essência. Apesar dos recuos já apontados, se ele for votado não vai haver retrocesso

na educação superior do Brasil. Pelo contrário, só haverá avanços em relação ao que temos em vigor hoje. Mas para que as conquistas sejam alcançadas, precisamos de mobilização nas ruas e nas universidades (UNE, 2006a, p. 1).

Os recuos apontados no Jornal da UNE, datado de julho de 2006, são: “[...] a exclusão da eleição direta para os reitores das universidades e o retorno da lista tríplice, além da retirada do artigo que previa a desvinculação das verbas dos Hospitais Universitários (HU's) destinadas à manutenção do ensino superior” (UNE, 2006a, p. 1).

A proposta de eleição direta para reitor em oposição à vigência da atual lista tríplice, bandeira de luta historicamente defendida pelos movimentos estudantis, foi suprimida. Em reportagem publicada na revista *Movimento*, em agosto de 2006, o Ministro Haddad relativizou o recuo e argumentou que nada impede que essa lista tríplice seja implantada com a autonomia universitária (MINORO, 2006, p. 30). Em *Jornal da UNE* de 2006, Gustavo Petta, apresentou as emendas formuladas pela entidade:

Para que a reforma possa avançar ainda mais, a UNE formulou emendas a serem incorporadas ao PL e que contemplam três eixos principais: 1. Aumento no percentual de 9% para 14% de recursos destinado à Assistência Estudantil. A UNE acredita que boa parte das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) já destinam o valor equivalente ao proposto no atual projeto e que muitas “maquiam” esses recursos; 2. Construção de mecanismos de controle e fiscalização nos reajustes das mensalidades, em defesa dos direitos dos estudantes das instituições particulares de ensino, já que os abusos e infrações cometidos contra os estudantes são recorrentes; 3. O mandato de reitor e vice-reitor para a universidade federal deve ser escolhido diretamente pela comunidade acadêmica, garantida a sua participação paritária no resultado eleitoral. É uma luta histórica da entidade na defesa da maior democratização dentro das IFES (UNE, 2006a, p. 1).

Para a UNE, o grande avanço da última proposta de Reforma Universitária do Governo Lula refere-se à alocação de 9% do montante da rubrica “outros Custeios e Capital para despesas com a Assistência Estudantil”. De acordo com Santos, efetivamente não se ampliaria os recursos, e sim, subdividiria-os, sobrecarregando ainda mais os parques orçamentos para o ensino superior público, embutindo também nesses 9% bolsas de pesquisa, e custos com extensão (SANTOS, 2007, p. 100). Para Santos, sobre a posição da UNE:

Não sabemos ao certo qual foi mesmo a matemática que a UNE encontrou para concluir que esses 9% retirados do orçamento já minguado da universidade são motivo de defesa dessa reforma. Acreditamos que é mais uma forma perversa de maquiar, ou mascarar o apoio político ao governo, do qual a direção majoritária da UNE faz parte, e à reforma universitária (SANTOS, 2007, p. 100).

Essa postura de total apoio da UNE aos projetos e métodos de implementação são explicados, segundo Cêa, por dois aspectos: “[...] a aliança da política do PCdoB (tendência política majoritária na composição da diretoria da entidade) e o Governo Lula e a inserção no projeto de lei de 'políticas de democratização do acesso e da assistência estudantil’” (2006, p. 46). Para Santos, aconteceu com a UNE, o que aconteceu com boa parte dos movimentos sociais, “ficaram atrelados ao governo federal, através da ocupação de cargos políticos pelas lideranças, ou por estas pertencerem aos partidos que compõe a base do governo” (SANTOS, 2007, p. 107).

A adesão da UNE ao Governo Lula, também pode ser explicada pelo financiamento do governo federal a diversos projetos direcionados à entidade. Como, por exemplo, o *Projeto Memória do Movimento Estudantil*, que para além de parceria com a fundação Roberto Marinho, solicitou ao governo o valor de 1.586.700,00 (BRASIL, 2009a). Outro projeto se chama Pesquisa e Cultura na UNE: 1999 a 2007, que solicitou ao governo o valor de 351.210,00 (BRASIL, 2009b). Os repasses públicos para as contas da UNE no ano de 2004 atingiram o valor de 599 mil reais. No ano de 2005, foram 1 milhão e 200 mil e no ano de 2006 os repasses atingiram o valor de 795 mil reais (OPINIÃO, 2010). Para Almeida, uma entidade, deve depender apenas do financiamento de sua base para garantir a sua autonomia política (2007, p. 74). Desta forma, fundamentado na obra de Almeida, ao ser subsidiada pelo Estado, a UNE parecia perder a sua independência.

Além dos repasses públicos à entidade, a UNE arrecada milhões todo ano com a venda das carteirinhas de estudante. No ano de 2006, conforme a prestação de contas da entidade, os lucros das carteirinhas atingiram o valor de aproximadamente 2 milhões de reais (UNE, 2006b). A UNE defende que as carteiras servem para garantir a independência financeira.

Ainda no ano de 2006 a entidade foi alvo de denúncias de fraude. Em março de 2006, por exemplo, jornalistas acusaram a UNE de vender carteirinhas, emitidas

por um convênio firmado entre a UNE e a Rádio Jovem Pan, sem a obrigatoriedade de apresentar comprovante de que fossem estudantes. Segundo o tesoureiro da UNE da época, Rovilson Portela, a Jovem Pan distribuiu, em 2006, 100 mil carteiras para estudantes universitários e 30 mil para estudantes secundaristas, cobrando, em média, 30 reais por emissão e repassando 4 reais à entidade. Para Petta "[...] a nossa intenção era fazer convênio com uma empresa que propiciasse uma rede especial de benefícios aos estudantes [...]. A legislação atual não tem nenhuma restrição a esse tipo de associação", reconhecendo que há um vazio de fiscalização nessa área (SANCHES, 2006). De acordo com Sanchez, a UNE, fez convênios com outras empresas.

Percebemos mudanças importantes na UNE durante o primeiro Governo Lula (2003-2006), como o conjunto de receitas do governo destinadas a entidade; as alterações nos congressos da UNE, de 2003 e 2005, com a redução de grupos de discussão para o debate entre as diversas opiniões e ampliando o número de painéis com representantes escolhidos pela entidade; os convênios realizados na confecção de carteirinhas, entre outros.

Como vimos, estas posturas fizeram com que militantes de organizações, como o PSTU, rompessem com a UNE. No ano de 2006 organizaram o Encontro Nacional dos Estudantes, com o objetivo de avançar na construção da CONLUTE e organizar as lutas contra os projetos do governo. Neste encontro foi eleita a primeira direção da CONLUTE, direção esta formada por entidades estudantis. Foi aprovado neste Encontro Nacional a construção de uma campanha por mais verbas para a educação, e que sua construção deveria ser realizada em conjunto com todos os estudantes e entidades estudantis que estavam dispostos a defender a educação pública.

Ainda no ano de 2006, com o objetivo de aglutinar todos os setores contrários a reforma universitária foi criada a Frente de Luta contra a Reforma Universitária.⁵¹ Esta frente era composta por estudantes vinculados a CONLUTE, a FOE ou simpatizantes a essas organizações.

⁵¹ A Frente de Luta contra a reforma universitária, iniciativa esboçada no Fórum de Executivas e Federações de Curso é um fórum que aglutina todas as organizações em defesa das bandeiras históricas do movimento estudantil e da Universidade Pública, gratuita e de qualidade e para combater a reforma universitária de Lula (FRENTE DE LUTA CONTRA A REFORMA UNIVERSITÁRIA, 2007, p. 2).

As lutas travadas neste período, em choque com o governo e com a UNE, deste período, materializadas em atos e campanhas no interior das universidades, foram: a campanha por “Mais Verbas para a Educação Pública”; a defesa de 10% do PIB para a Educação Pública; a luta contra a Reforma Universitária de Lula/FMI; a exigência de verba pública somente para a educação pública; e por vagas nas universidades públicas para os bolsistas do ProUni.

Vejam agora a relação da UNE com o Governo Lula durante o seu segundo mandato (2007-2010).

2.3 A UNE, o Governo Lula e a atuação dos partidos políticos na entidade (2007-2010)

Buscaremos neste momento analisar a relação da UNE com Lula, durante o seu segundo governo, buscando entender a relação da entidade no Governo Lula.

2.3.1 O REUNI e as ocupações de reitoria

Em continuidade ao projeto de transformação das universidades, no ano de 2007, no esteio do lançamento do *Programa de Aceleração do Crescimento* (PAC), o governo federal lançou o *Plano de Desenvolvimento da Educação* (PDE). Como parte do PDE, para o ensino superior, o Governo Lula implantou o plano de *Reestruturação e Expansão das Universidades Federais* (REUNI). O REUNI foi instituído pelo Decreto número 6.096, de 24 de abril de 2007, e apresentou as seguintes diretrizes:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior; III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade; IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada; V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007).

Em seu artigo primeiro, o decreto apresenta os objetivos, deste programa, “[...] de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007). O governo considerava que a estrutura física e os recursos humanos eram suficientes para atender a demanda atual, como se as universidades não estivessem sendo aproveitadas de forma eficaz.

No parágrafo primeiro, do artigo primeiro, consta que

[...] o Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano” (BRASIL, 2007).

Para alcançar a meta de 90% de estudantes diplomados, as instituições deveriam otimizar a produtividade acadêmica através da sobrecarga do corpo docente já incapaz de lidar com a demanda atual de trabalho, para poderem receber recursos públicos (FRANCO, 2008, p. 6).

E em seu artigo terceiro consta que o MEC “[...] destinará ao Programa recursos financeiros, que serão reservados a cada universidade federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação” (BRASIL, 2007), ou seja, só receberia verba adicional as instituições que aderissem ao decreto, o que consiste num verdadeiro ataque a autonomia universitária. Porém, as verbas para a expansão, não estavam garantidas com a adesão da universidade ao REUNI, pois estas dependiam do orçamento do MEC. Na prática o Decreto do governo visou condicionar o financiamento das universidades federais ao cumprimento de metas administrativas.

Através do REUNI o governo criou também os bacharelados interdisciplinares. Estes bacharelados são cursos divididos em grandes áreas do conhecimento tais como: humanas, ciências da natureza, artes e engenharia. Os bacharelados interdisciplinares serão cursos rápidos de dois a três anos em que o estudante não sai formado em nenhuma profissão.

A revista *Movimento*, de julho de 2007, em reportagem intitulada *Os desafios*

para a implementação do PDE, apresentou críticas pontuais da UNE ao PDE como a falta de debate prévio sobre o plano, fragmentação das políticas previstas, indefinição sobre a origem dos recursos para viabilizar os projetos e o receio do PDE acabar inviabilizando ou retardando o processo de tramitação da Reforma Universitária na Câmara (MORAES, 2007, p. 24). Mesmo com críticas, a UNE reivindicou o plano:

[...] o PDE apresenta elementos positivos e que podem, se efetivamente implementados, melhorar a Educação e beneficiar os estudantes [...] é o caso da meta para duplicar as vagas no Ensino superior no prazo de 10 anos [...]. Estas medidas consolidam iniciativas de democratização do acesso e ampliação das vagas (MORAES, 2007, p. 24).

A posição da entidade também foi expressa no documento *Resolução da reunião de diretoria da UNE sobre o REUNI* ao afirmar que o plano “[...] representa um importante avanço no compromisso do Estado com a universidade pública ao condicionar o processo de expansão de vagas à melhoria da infra-estrutura da IFES, com acréscimo de até 20% de verbas de custeio” (UNE, 2007b, p. 1). Para Franco, a UNE não discutiu o fato de o governo prever, como condição para um aumento nas verbas das federais, a redução do custo por aluno. Desta forma, a entidade foi “[...] conivente com o critério que exige que a expansão de vagas economize em condições de permanência oferecidas aos alunos, e estimulando um ensino também cada vez mais “enxuto” e dependente da contenção de despesas” (FRANCO, 2008, p. 11).

Em relação às críticas ao REUNI, realizadas pela UNE, estas não estão direcionadas às metas globais, transformando a responsabilidade do governo federal pelo total financiamento das universidades federais em exigências de produtividade acadêmica e organizacional (FRANCO, 2008, p. 11). Sendo assim, a UNE não se opôs diretamente às metas do REUNI, afirmando o desejo de “[...] intervir nos rumos da expansão e reestruturação das Universidades Federais” (UNE, 2007b, p. 2), ao invés de combatê-la.

Podemos perceber que o discurso dos dirigentes da UNE se iguala ao produzido pelo Estado, uma vez que os dirigentes são elevados à condição de gestores desse mesmo Estado. Para Paula:

[...] o discurso se desdobra, transmuta-se, adaptando-se sem se transformar, ou seja, adquire nova coloração: não se fala mais em transformação das estruturas sociais, mas, apenas, em programas e projetos de inclusão social, por si mesmos reveladores de dominação, sob novas formas (2009, p. 317).

Resultado de todo este processo de reestruturação das universidades federais e de processos locais, diversas universidades tiveram suas reitorias ocupadas, na maioria em oposição à posição da UNE, como o caso da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), em que houve conflito entre aqueles que apoiavam a ocupação e criticavam o REUNI e o próprio DCE que defendia o plano de reestruturação do Governo Lula (BRINGEL, 2008, p. 116).

Durante os anos 2007 e 2008, pelo menos 30 universidades públicas, de todas as regiões do país, assistiram à ocupação de suas respectivas reitorias pelos estudantes e/ou a protestos e paralisações de considerável intensidade, como consta no *Jornal da CONLUTE*:

Diante dos ataques de Lula e livre das amarras da velha UNE, os estudantes arregaçaram as mangas e iniciaram uma onda de ocupações por todo o país. UFRJ, UFF, Uni-Rio e UFRJ, UFPR, UFBA, UFC, UFPE, UFJF, Unifesp, UFSCar tiveram suas reitorias ocupadas e foram palcos de grandes enfrentamentos com o governo, as reitoria e as polícias Militar e Federal para dizer Não ao REUNI (2008, p. 1).

O primeiro caso de ocupação de uma reitoria, durante 2007, deu-se em março na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Contudo, a ocupação que repercutiu com maior intensidade foi a da Universidade de São Paulo (USP), em razão de sua longa duração, do porte da universidade, da midiaticização do processo e da estruturação e organização da ocupação. Em razão dos decretos do então governador José Serra, no dia 3 de maio de 2007, após assembleia, alunos da USP dirigiram-se ao prédio da reitoria para entregar uma carta com reivindicações à reitora Suely Vilela. Diante da ausência de Suely e de diálogo, os estudantes decidiram ocupar a reitoria (BRINGEL, 2008, p. 115). Os decretos de José Serra tinham por objetivo atacar a autonomia universitária das universidades estaduais paulistas.

Após estes “ataques” locais e regionais às universidades públicas, a implementação do REUNI, resultou em ocupações na maioria das universidades

federais. A reitoria da USP seria desocupada no dia 22 de junho, mas muitas outras reitorias permaneceram ocupadas pelo movimento estudantil em oposição à UNE, que utilizaram como bandeira comum de luta a defesa da universidade pública de qualidade. Para Bringel, a crítica ao REUNI foi o principal eixo articulador das demandas, recebendo, de modo geral, as seguintes críticas:

Escassez ou ausência de diálogo no processo de elaboração (caráter antidemocrático); atentado contra a autonomia universitária (a eventual liberação de recursos estaria condicionada ao atendimento das diretrizes e metas estabelecidas pelo REUNI); ataque contra a democracia interna das instituições (exigência de novas estratégias e cronogramas) e seu caráter público (expansão das possibilidades de introdução do setor privado, especialmente o de cunho mais mercantil, com possíveis reflexos inclusive nas linhas de pesquisa); preocupação com números e metas, e não com a qualidade do ensino; ampliação do acesso à universidade sem o correspondente aumento dos investimentos feitos pelo Estado (2008, p. 115-116).

As críticas realizadas são de movimentos defensores da universidade pública, financiada pelo Estado, pensada e organizada democraticamente, com o objetivo de manter a qualidade da educação. Movimentos como este demonstram a necessidade da utilização da conceituação movimentos estudantis (e não movimento estudantil), como defendemos no primeiro capítulo deste trabalho, pois ao mesmo tempo em que temos um movimento organizado pela UNE em defesa dos programas governistas, existia outro movimento, o das ocupações, que muitas vezes teve de enfrentar a direção da UNE para organizar a luta contra o REUNI.

Contrária as ocupações de reitoria contra o REUNI, a UNE, realizou entre os dias 4 e 8 de julho o seu 50º Congresso. Neste ano o Congresso foi realizado na Universidade de Brasília (UnB). Foram mais de 12 teses com propostas para a entidade e 9 chapas disputaram a diretoria. Votaram nestas chapas o total de 2.526 delegados. Este foi o primeiro Congresso da UNE que aconteceu após a mudança no processo de eleição de delegados, que passou a ser por universidade, através de eleições em urnas e não mais por curso.

Esta mudança foi votada no 11º CONEB, realizado em abril de 2006, que contou com a presença de mais de cinco mil representantes de entidades estudantis (UNE, 2007a). Para este congresso, os delegados foram eleitos na proporção de um para cada mil estudantes (UNE, 2007c). O evento foi patrocinado pela *Petrobrás*, no

valor de R\$ 100 mil. Sobre esta alteração, Bruno Elias, na época diretor de assistência estudantil da UNE, avaliou esta medida como positiva:

[...] primeiro, porque ele dá um caráter mais público para a disputa e para os debates em torno da UNE ao envolver toda a universidade e não só mais o curso como anteriormente e segundo, porque qualifica mais o debate porque obriga todas as teses a fazer o debate com todos os estudantes (ELIAS, 2007).

Antonio David, na época diretor de políticas educacionais da UNE, avaliou que “[...] em linhas gerais a experiência da eleição por universidade precisa ser melhor avaliada [...] em alguns sentidos está mais transparente e mais organizado e o percentual de eleições fraudadas é menor” (DAVID, 2007). As fraudes podem ser identificadas em denúncias de não cumprimento do regimento para eleição de delegados, não cumprimento de publicidade mínima, não divulgação dos prazos para inscrição de chapas, não haver campanha das chapas inscritas, não organização de debates. As fraudes também podem ocorrer devido a falta de movimento organizado em inúmeras universidades. Estas práticas, somadas a outras, reduzem a democracia⁵² da entidade.

O Congresso também foi marcado pelas comemorações de 70 anos da UNE. Iniciou com uma sessão solene no Senado Federal, no período da tarde do dia 4. Participaram ex-presidentes da entidade de diversas fases, além de ministros, deputados, senadores, autoridades do Distrito Federal e personalidades artísticas e intelectuais (UNE, 2007d). Além das comemorações do aniversário da entidade, no início do mesmo ano, a UNE reconquistou a sua sede na praia do Flamengo (UNE, 2007a, p. 5).

No dia 5, quinta-feira, no período da tarde aconteceram painéis simultâneos sobre os temas: novos rumos para a América Latina; alternativas para a construção de um projeto nacional; universidades pagas: regulamentação e Projeto de Lei (PL) da UNE; as mudanças na universidade pública; os direitos humanos no Brasil; a necessidade de uma reforma política. Aconteceram no mesmo horário seminários

⁵² Estamos tomando o conceito democracia em seu aspecto quantitativo mas compreendemos que o conceito é mais amplo. A democracia de uma organização não deve ser medida pela quantidade de delegados mas pela transparência do mandato. Desta maneira, a falta de controle na eleição de delegados, as fraudes faz com que a entidade reduza a sua democracia.

simultâneos sobre os temas: os desafios da Política energética: o biocombustível; a construção do direito à saúde no Brasil: passado, presente e desafios (UNE, 2007d).

A noite foi reservada para os GT's, que também aconteceram simultaneamente, sobre os temas: conjuntura; educação; estudantes beneficiários do ProUni e FIES; assistência estudantil; extensão; exames da ordem; cotas e combate ao racismo; representação discente; luta pelo passe-livre; meia-entrada. No mesmo horário dos grupos aconteceu um seminário sobre movimentos sociais, Aids e direitos humanos (UNE, 2007d).

No dia 6, sexta-feira, no período das 9 as 10 e meia da manhã, novos painéis simultâneos aconteceram sobre os seguintes temas: o PAC e o desenvolvimento; democratização dos meios de comunicação; as implicações do *Plano de Desenvolvimento da Educação*; meio ambiente: em busca do desenvolvimento sustentável; drogas: o debate atual no Brasil; políticas públicas de Esporte. No mesmo horário aconteceram GT's sobre os temas: Cultura: o CUCA e os pontos de cultura; a legalização do aborto e questões de gênero; sou GLBT e tenho orgulho: universidade e emancipação; movimento estudantil; comunicação do ME; *Projeto Rondon* e a defesa da Amazônia; inclusão digital, software livre e liberdade do conhecimento; juventude, participação e políticas públicas de juventude. Também no mesmo momento ocorreram seminários simultâneos sobre os temas: o financiamento da pesquisa no Brasil; desafios na formação em saúde para as necessidades do SUS (UNE, 2007d). Mesmo com as ocupações de reitoria, a UNE não organizou nenhum debate sobre o REUNI, apenas sobre o PDE.

Críticas ao formato do congresso foram realizadas pela Articulação de Esquerda, em sua tese *Reinventar o Brasil e o Movimento Estudantil*:

Não podemos mais aceitar os Congressos da UNE sem discussões ricas e propositivas, baseado nos "acordões" e "alianças" episódicas, na mera busca das chapas por cargos na Executiva e no Corpo, sem que haja discussões programáticas e ideológicas. Queremos uma UNE orgânica e voltada às suas bases. Uma UNE que faça o estudante sentir-se representado e orgulhoso de sua entidade (REIVENTAR, 2007, p. 9).

Este foi mais um congresso que contou com poucos espaços para opiniões divergentes. Esse modelo de congresso permite poucos espaços de construção. As poucas opiniões divergentes nos painéis, e os debates simultâneos, fazem com que

alguns debates tornem-se secundarizados, prejudicando o debate e não permitindo a formação política dos estudantes. A tese da tendência do PT Articulação, para o CONEB de 2006, também avaliava que os congressos da UNE:

[...] não tem funcionado satisfatoriamente. Primeiro, porque a tiragem de delegados nesta cultura política do ME e com essa estrutura, acabou configurando uma “corrida por atas”, assembléias que ninguém nunca viu, mesas de credenciamento nada imparciais e uma confusão que acaba fazendo de um momento que deveria o auge da mobilização da UNE um Congresso pouco politizado e uma eleição que não chega à imensa maioria dos estudantes. Além disso, o tamanho do Congresso da UNE (o último reuniu 12 mil pessoas), seu formato, a guerra pela direção da entidade, também não têm contribuído com debates tão agradáveis e politizados como a UNE pode fazer (MUDANÇA, 2006, p. 8).

Ao criticar a estrutura do congresso, a tendência Articulação, através do *Movimento Mudança*, deixou de afirmar que estavam fazendo parte da direção majoritária da entidade, como vimos, unificando com o PCdoB, em chapa, no congresso de 2005. Na prática mantinham o mesmo programa político do PCdoB para a UNE, ou seja, defesa dos programas do Governo Lula para a educação brasileira.

Ainda no dia 6, o período da tarde, uma passeata foi organizada intitulada *Verás que um filho seu não foge à luta – Romper as amarras do desenvolvimento- Por mudanças na política econômica* (UNE, 2007d). No dia 7, sexta-feira, com a presença de pouco mais de 4 mil estudantes, iniciaram as plenárias, no ginásio Nilson Neves e as defesas das teses. Também aconteceu um ato político dos 70 anos da UNE com a presença de fundadores da entidade, ex-líderes estudantis e familiares de estudantes desaparecidos durante a ditadura civil-militar.

A disputa entre os partidos mostrou-se acirrada diante das divergências entre os partidos defensores do governo e a oposição de esquerda. As teses analisavam o processo que resultou na reeleição do presidente Lula e suas políticas governamentais. As teses da UJS/PCdoB, *Eu quero é botar meu bloco na rua*, e das tendências do PT (*Articulação/Mudança*, *DS/Kizomba*) apresentavam a mesma opinião sobre o Governo Lula. Demonstraremos esta posição em trecho da tese da UJS/PCdoB:

A reeleição de Lula representa o êxito de uma nova concepção de País – pautada pelas idéias de aprofundamento da democracia, de reforço da soberania nacional e de inauguração de um novo ciclo de desenvolvimento, com valorização do trabalho, geração de empregos, distribuição de renda e combate às desigualdades sociais [...]. Lula foi reeleito com base em um programa avançado, que despertou, desde o primeiro momento, a fúria dos setores conservadores, por sinalizar uma série de avanços e propor, para o segundo mandato, o aprofundamento da transição rumo a um novo modelo de desenvolvimento nacional. Lula sai das eleições mais fortalecido do que se encontrava no início de 2003 (UJS, 2007, p. 27).

Contrariando a tese da UJS, que, como vimos, caracteriza positivamente o Governo Lula, a tese *Sonhos não envelhecem*, defendida pelo movimento *Contraponto* (movimento organizado pela tendência do PSOL, APS) apresentou que:

Desde o primeiro momento, as sinalizações e as medidas do governo foram as piores possíveis, e o fato é que, ainda no primeiro mandato, o Governo Lula consolidou-se como um governo irreversivelmente atrelado aos interesses do capital financeiro internacional, do latifúndio e das transnacionais (CONTRAPONTO, 2007, p. 5).

E realizou críticas a direção da UNE, quando apresentou, em tese, que “[...] há ainda quem diga que, no Governo Lula, o neoliberalismo está embrenhado apenas no Banco Central e no Ministério da Fazenda – ou seja, apenas na política econômica” (CONTRAPONTO, 2007, p. 6). A crítica refere-se às campanhas da UNE realizadas exigindo “Fora Meirelles”, penalizando apenas o Banco Central pelas políticas econômicas implementadas no Brasil. Como já vimos, Meirelles, assumiu o cargo de presidente do Banco Central no início do primeiro mandato do Governo Lula. Em relação à reforma universitária, a tese da UJS, defendeu, em sua tese, que:

A reforma da universidade e do sistema educacional como um todo ocupa lugar central no programa de mudanças empunhado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva. Hoje materializada no Projeto de Lei 7200/2006, a proposta de Reforma Universitária consolida reivindicações históricas da comunidade acadêmica, que podem se transformar em conquistas para o ensino superior caso o referido PL seja aprovado no Congresso Nacional. Muitas das reivindicações que apresentamos anteriormente encontram-se contempladas no conteúdo do PL 7200/06, que hoje tramita na Câmara dos Deputados. Embora não contemple aspectos essenciais para um processo de transformações profundas da universidade brasileira, o PL avança bastante nos âmbitos regulatório, organizacional e operacional do sistema de educação superior (UJS, 2007, p. 25).

Direção majoritária da UNE, a UJS, em sua tese, caracterizou o projeto 7200/06 como um avanço no campo educacional, ou seja, a mesma opinião dos anos anteriores. Reflexo desta posição, realizaram, em tese, a defesa do ProUni, reivindicando inclusive a sua ampliação:

Uma boa idéia nesse sentido foi o Programa Universidade Para Todos (Prouni), que se tornou uma alternativa de acesso ao ensino superior para as pessoas de baixa renda. A imensa procura pelo Prouni no final do último ano demonstra que muitos ainda estão lutando pela tão sonhada vaga na universidade brasileira. Mecanismos como esse merecem o apoio da UNE, desde que não se tornem entraves à expansão do ensino superior público e gratuito – a grande prioridade do movimento estudantil. Com a criação de mais universidades públicas o problema do acesso ao ensino gratuito pode ser enfrentado. Mas enquanto isso não ocorre, o Prouni também precisa avançar, ampliando as suas vagas e criando mecanismos de permanência, como o auxílio financeiro para os estudantes que participam do programa. Propomos: Duplicação das vagas do Programa Universidade para Todos (Prouni) (UJS, 2007, p. 25).

A UJS ao defender o ProUni como alternativa de acesso ao ensino superior não diz que, conforme, dados de 2005 a 2007, apenas 13% das bolsas pertenciam a alunos/as negros/as; 71% das bolsas são destinadas a estudantes de cursos noturnos; apenas 2,2% do total de bolsistas no ano de 2007 foram beneficiados com a bolsa-permanência (ANDRÉS, A., 2008, p. 26). Além disso, os bolsistas não têm, na prática, os mesmos direitos que os estudantes pagantes, sendo obrigados a optar por habilitações menos concorridas e não podem participar de seleção para programas de iniciação científica (ANDRÉS, A., 2008, p. 32).

Já a tese organizada pelo movimento *Contraponto*, repudiou a reforma universitária do governo federal e seus programas, como o ProUni:

É preciso nadar na contramão de tudo o que está aí. As universidades públicas não só não ampliam vagas como a pouca expansão do sistema tem se dado de forma demagógica. Expandem-se vagas em cursos de curta duração e a distância, isso sem falar na redução dos currículos, quantitativa e qualitativamente falando. Além disso, a assistência estudantil é profundamente deficiente na grande maioria das universidades públicas brasileiras, isso quando existe alguma assistência estudantil (CONTRAPONTO, 2007, p. 24).

Contrários a reforma universitária, o movimento *Contraponto*, em tese, propôs mudanças na Lei de Mensalidade a fim de garantir bolsas para todos os estudantes que delas precisam a partir de corte nos lucros das mantenedoras; pela

imediate interrupção da tramitação do PL nº. 7.200/06 e dos projetos a este apensados no Congresso Nacional; contra o ProUni e participação na Frente de Luta Contra a Reforma Universitária (CONTRAPONTO, 2007, p. 31).

As teses defendidas durante o congresso também mostraram a luta entre os partidos pelos rumos da entidade. Sobre a caracterização da entidade, a UJS, enquanto direção majoritária da entidade da UNE, defendeu que:

[...] é responsável por uma série de iniciativas que ajudaram a consolidar o movimento estudantil como ator importante da luta pelas mudanças [...] lutamos pela reforma da universidade brasileira, mobilizamos os estudantes contra Bush nas duas vezes em que ele por aqui esteve, realizamos o Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB) da UNE, retomamos o terreno histórico de nossa entidade na praia do Flamengo. Enfim, são muitas as lutas e realizações (UJS, 2007, p. 4).

Contrariando a tese da UJS, a caracterização da UNE, pelo setor oposicionista, na tese *Sonhos não envelhecem*, defendeu que:

Na busca por uma caracterização da atual situação da UNE, saltam aos olhos dois fatos. O primeiro é o profundo distanciamento da UNE em relação aos estudantes, de suas entidades locais – os CA's, DA's e DCE's – e de suas necessidades e lutas [...]. Ausente de praticamente todas essas lutas, a UNE sequer envia uma nota de solidariedade ou materiais para estes locais. O segundo fato que salta aos olhos e que é uma marca da intervenção política da entidade é a sua defensividade. No fundo, trata-se de uma postura que carrega uma visão de negação do conflito em nome do “diálogo pacífico” ou do “entendimento” com governos e reitorias e que, com o Governo Lula, tornou-se adesismo aberto e acrítico, apontado como “a nova atitude” (CONTRAPONTO, 2007, p. 31).

As críticas, realizadas pelo movimento *Contraponto*, denunciavam a ausência da UNE nas principais lutas organizadas pelos estudantes, preferindo o diálogo e a negociação e negando o conflito, principalmente no que se refere às políticas governamentais. Como já afirmamos, esta pressão para que as entidades busquem sempre a via da negociação e não da mobilização, visa transformá-lo em um instrumento estabilizador do regime atual (ALMEIDA, 2007, p. 51).

Nos últimos dias de congresso, foram votadas, nas plenárias finais as propostas para educação, saúde, meio ambiente, movimento estudantil, políticas públicas para a juventude, GLBT e reforma política. As propostas também

abrangeam questões voltadas à inclusão digital, direitos humanos, comunicação, conjuntura nacional e internacional. Entre as principais resoluções encontram-se:

Defesa da autonomia universitária. Não à privatização das universidades e sim ao caráter público do ensino superior. Fim de todo e qualquer curso pago em instituições de ensino superior públicas; contra as terceirizações e a cobrança de taxas e mensalidades no ensino superior público. Gestão democrática de fato na Universidade Pública, com eleições diretas para reitor e nos órgãos colegiados nas universidades e fim das fundações privadas. Pela expansão das vagas na universidade pública. É necessário lutar pela garantia de financiamento público, contratação de pessoal de carreira nas mais variadas áreas de trabalho e alocação de recursos para infra-estrutura como bibliotecas, laboratórios, RU's, etc. Que a UNE amplie o debate sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, a Universidade Nova, a Reforma do Ensino Superior, avaliação institucional e temas congêneres (UNE, 2007e, p. 2).

Ao mesmo tempo em que foi aprovado como resolução a ampliação de debates sobre o PDE e Reforma Universitária, a UNE já admitia publicamente a defesa dos projetos, como vimos em diversos momentos, demonstrando apoio ao governo federal. Este apoio às políticas governamentais também aparece nas resoluções, inclusive em elogios ao PAC:

A reeleição de Lula, para além de impedir o retrocesso, foi uma vitória importante. A polarização de projetos, em particular no segundo turno, fez com que a candidatura de Lula assumisse compromissos mais abertamente desenvolvimentistas, como a ampliação das políticas sociais, a necessidade de crescimento acelerado, a geração de empregos, a distribuição de renda e o protagonismo do estado como indutor do desenvolvimento. [...] Há um grande avanço quando o governo lança o Programa de Aceleração do Crescimento, visando um investimento de mais de R\$ 287 bilhões em infra-estrutura e nas áreas sociais, contribuindo para a geração de empregos (UNE, 2007f, p. 1).

No domingo, dia 8, ocorreu a eleição de diretoria. O resultado foi a vitória de Lúcia Stumpf (PCdoB), como a nova presidente da UNE. Do total de votos válidos (2.526), a chapa 11, *1º de Fevereiro* (PCdoB/UJS, MR-8, Articulação, DS, TM, PDT, PSB) conquistou 1.802 votos.

Disputavam outras 10 chapas inscritas, mas não apresentaram candidato para a presidência. A chapa 10, *Juventude Petista* (Articulação de Esquerda, O Trabalho e Movimento PT) totalizou 279 votos ficando na segunda posição. A chapa 7, *Um passo à frente* (tendências do PSOL/FOE) recebeu 232 votos. Já a chapa 9, organizada pelo Partido Comunista Revolucionário (PCR) conquistou 92 votos e a

chapa 8, organizada pelo PPS somou 73. A chapa *UNE livre* totalizou 7 votos, a chapas *Deus* recebeu 5 votos, a chapa do PSDB (Partido Social Democrata Brasileiro) e DEM (Democratas, antigo PFL) recebeu 3 votos. O Partido da Causa Operária (PCO) e prestistas retiraram a inscrição de suas chapas. Foram registrados 33 votos inválidos.

Ao final do congresso, Stumpf, presidente da UNE, em reportagem a Folha de São Paulo, afirmou que “[...] vamos fazer uma gestão de luta nos próximos dois anos. Com mais passeatas. Mais mobilização. Queremos transformações para hoje” (RIBEIRO, 2007).

2.3.2 A UNE e o avanço dos programas educacionais do governo federal

Na defesa das políticas educacionais do governo federal, no ano de 2008, a revista *Movimento*, em matéria *Reformar a Universidade de Norte à Sul* foi feita a defesa de que:

[...] embora vitorioso o programa de mudanças encontra-se cotidianamente submetido às pressões e proposições de diferentes atores sociais, cuja capacidade de intervenção pode aprofundar a idéia de um projeto nacional na área de educação ou, ao contrário disso, desviar o governo de seus objetivos iniciais (CALÉ, 2008, p. 33).

Na tentativa de justificar o posicionamento da entidade, diante destas políticas educacionais, a reportagem apresentou que “[...] a resultante desse processo de pressões e contra-pressões tem sido, até aqui positiva, e pode ser resumida na idéia de resistência”, e que “[...] o maior mérito do primeiro Governo Lula nessa área, tenha sido mesmo, o de ter deflagrado um amplo debate sobre a Reforma Universitária, com grande participação da sociedade e das entidades do setor acadêmico. Como fruto desse debate surgiu o Projeto de Lei 7200/06, que ficou conhecido como o PL da Reforma Universitária” (CALÉ, 2008, p. 33). Assim, a UNE reafirmava o seu papel de protagonista na elaboração e na organização pela aprovação do projeto. A entidade, afirmou que “[...] o PL 7200 e o PDE representam dois importantes instrumentos da luta por uma nova política de Estado para o setor educacional” (CALÉ, 2008, p. 35). Isso demonstra o total apoio da entidade ao projeto 7200/06 e ao PDE.

Com a implementação de políticas como o ProUni, em 2003, 10,6% dos jovens entravam no ensino superior. Em 2008, mesmo com o REUNI, foram 13,7%. Os números revelam que através da expansão defendida pela UNE e pelo Governo Lula, o Brasil demoraria 59 anos para que 30% da juventude brasileira tenha acesso ao ensino superior (TROGO, 2010, p. 23).

Ainda no ano de 2008, o governo federal, responsabilizou o Estado brasileiro pela destruição da sede da UNE no período da ditadura civil-militar e deslocou R\$ 2,8 milhões, previstos no Orçamento do mesmo ano para apoio à educação permanente de trabalhadores do SUS (Sistema Único de Saúde), para financiar a *Caravana Estudantil da Saúde*, organizada pela UNE. Esta caravana, iniciada em agosto e encerrada em novembro de 2008 mantinha como integrantes sete artistas, quatro documentaristas, dois produtores e treze diretores da entidade (FOLHA ONLINE, 2008).

Nesse ano, as verbas recebidas pela UNE, via convênios com o governo federal, atingiu o valor de R\$ 4,4 milhões. No ano anterior, o valor foi de R\$ 593,8 mil (OPINIÃO, 2010). As receitas derivadas das carteirinhas, no ano de 2008, atingiram o valor acima de R\$ 3 milhões (UNE, 2008c).

Ao mesmo tempo em que manteve o diálogo com a UNE, o Governo Lula implementava a sua reforma universitária e realizava a redução no orçamento em comparação aos gastos com a dívida pública. No ano de 2003, o governo federal pagou em juros e despesas da dívida mais de R\$ 132 bilhões e investiu R\$ 14 bilhões em educação (10,57% dos gastos com dívida pública). Em 2008 o governo pagou em juros e despesas da dívida R\$ 282 bilhões, investindo R\$ 24 bilhões em educação (8,51% dos gastos com dívida pública) (PAIVA, G., 2010).

A soma dos gastos sociais, em 2003, foi de 53,43% em comparação aos gastos com a dívida, e no ano de 2008, esse percentual caiu ainda mais totalizando 41,66% (SILVA JUNIOR, 2007, p. 6). Segundo Bosi e Reis:

Com o pagamento da dívida não há dinheiro para a educação, bem como para a manutenção dos demais serviços. Há, neste sentido, relação com as orientações do Banco Mundial inscritas no documento 'A educação Superior e as lições derivadas da experiência', que foi dirigido, na década de 1990, aos governos dos chamados países em desenvolvimento [...]. Num plano mais empírico e prático significou e significa acelerar o crescimento da participação privada na educação superior à medida que os recursos para as universidades públicas são minguados ano a ano e até mesmo

transferidos diretamente para a iniciativa privada como propõe o Programa Universidade para Todos (2004, p. 36-37).

Com o avanço nos cortes orçamentários da educação, as universidades tornaram-se, a cada período, mais subordinadas ao mercado. Esta subordinação não era recente. Já nos anos de 1990, as diretrizes do Banco Mundial orientavam e incentivavam a criação e crescimento das “fundações de apoio”, que viabilizavam cursos e serviços das universidades, naturalizando desta forma a mercantilização da educação. No Governo Lula, tais diretrizes foram operadas através de cortes no orçamento das verbas destinadas à Educação Superior. Vejamos o quadro com o percentual de investimento público direto à educação em relação ao PIB.

TABELA 1. PERCENTUAL DO INVESTIMENTO PÚBLICO DIRETO EM RELAÇÃO AO PIB – BRASIL (2002-2008)

ANO	TOTAL EM TODOS OS NÍVEIS	EDUCAÇÃO BÁSICA	EDUCAÇÃO SUPERIOR
2000	3,9	3,2	0,7
2001	4,0	3,3	0,7
2002	4,1	3,3	0,8
2003	3,9	3,2	0,7
2004	3,9	3,2	0,7
2005	3,9	3,2	0,7
2006	4,3	3,6	0,7
2007	4,5	3,8	0,7
2008	4,7	4,0	0,7

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. Sinopse das ações do Ministério da Educação. 2010c.

De acordo com os dados do MEC, o governo federal destinou no ano de 2002, 0,7% do PIB a educação superior e no ano de 2008, o percentual permaneceu o mesmo (BRASIL, 2010c). Entretanto, nesse mesmo período, as matrículas nas IFES cresceram aproximadamente 11%, pois ocorreu um crescimento no número de universidades e faculdades, evidenciado na tabela abaixo:

**TABELA 2 . INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR POR CATEGORIA – BRASIL
(2002-2008)**

UNIDADE DA FEDERAÇÃO / CATEGORIA ADMINISTRATIVA	2002	2008
Brasil	1.637	2.252
Pública	195	236
Federal	73	93
Estadual	65	82
Municipal	57	61
Privada	1.442	2.016
Particular	1.125	1.579
Comun/Confes/Filant	317	437

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopses Estatísticas da Educação Superior. Exercícios 2002 e 2008.

O número de universidades e faculdades públicas passaram de 195, no ano de 2002, para o número de 236, em 2008, sendo 20 federais, 17 estaduais e 4 municipais. As universidades e faculdades privadas passaram de 1442 para o número de 2016 no ano de 2008. Dessa forma, podemos perceber que, mesmo com o crescente número de matrículas e o aumento no número de universidades e faculdades, o investimento em relação ao PIB permaneceu o mesmo. Ocorreu um crescimento no número de universidades, e a expansão, pouco expressiva como vimos, realizada via REUNI aconteceu sem aumento percentual no orçamento.

Contrários ao REUNI, a Reforma Universitária e a posição da UNE, a Conlute junto com outras organizações realizaram no mês de abril uma Jornada de Lutas contra o REUNI e a Reforma Universitária. Ainda no ano de 2008, foi organizado um Plebiscito Nacional sobre o REUNI (CONLUTE, 2008).

2.3.3 O 51º Congresso da UNE

No ano de 2009, um dos principais anos no processo de implementação do REUNI, a UNE organizou o seu 51º congresso entre os dias 15 e 19 de julho. Pela primeira o Congresso da UNE contou com a presença do presidente da República. E novamente a Petrobrás foi um dos patrocinadores do evento com R\$ 100 mil

(PINHO, 2009). Foram 5.250 delegados e mais um contingente de 4 mil observadores.

No dia 15, quarta-feira, primeiro dia do congresso, houve uma sessão solene em homenagem aos 30 anos de reconstrução da UNE. No dia 16, no período da manhã, como parte da programação do Congresso da UNE, aconteceu o Encontro Nacional dos Estudantes do ProUni e neste aconteceu um ato com o presidente Lula (UNE, 2009a).

Em reportagem a Folha de São Paulo, o repórter Christian Baines afirmou que o presidente Lula, neste encontro, reforçou o discurso de implantar o programa de bolsas estudantis. O presidente Lula afirmou que: “[...] quando decidimos criá-lo, sofremos resistência. Diziam que o governo estava passando dinheiro para escolas particulares. Nós sabemos o quanto foi importante a gente construir na área da educação o que estamos colhendo” (BAINES, 2009a). Ainda no encontro, o presidente Lula emoldurou sua mão em um bloco de cimento, que foi chamado por estudantes de "pedra fundamental" da nova sede da entidade no Rio de Janeiro (BAINES, 2009a).

De acordo com o *site* da entidade, o Encontro Nacional dos Estudantes do ProUni, contou com a participação de cerca de 4 mil pessoas, além de personalidades e lideranças políticas como o ministro interino da Educação, José Henrique Paim e os Ministros dos Esportes, Orlando Silva; da Igualdade Racial, Edson Santos; da Casa Civil, Dilma Roussef; da Pesca, Altemir Gregolin; do Turismo, Luiz Eduardo Pereira Barretto Filho; da Secretaria Especial de Direitos Humanos Paulo Vannuchi; além do reitor da UnB, José Geraldo de Sousa Júnior (UNE, 2009a).

No período da tarde, como parte da programação do evento, aconteceu uma passeata “*Em Defesa do Petróleo e da Petrobrás*”, lembrando que a Petrobrás foi uma das empresas patrocinadoras do congresso.

No dia 17, das 9 às 11 da manhã, aconteceram 13 debates simultâneos, prática que como já afirmei, parece pouco contribuir para a formação política, pois pode secundarizar diversos temas e tirar o foco da juventude para os temas mobilizadores. Os temas dos debates foram: 30 Anos da Anistia no Brasil; América Latina e Integração Sul-Sul; democratização dos meios de comunicação; juventude,

saúde e políticas públicas; os desafios da construção do Sistema Nacional de Educação; meia-entrada: uma luta histórica; políticas públicas de esporte e juventude; o papel da educação à distância na expansão do ensino superior; assistência estudantil: ProUni e FIES; reforma política; juventude, segurança e políticas públicas; entre outros (UNE, 2009c).

No período da tarde, às 13 horas, foi realizado um ato para inauguração da escultura em homenagem à Honestino Guimarães e às 14 horas iniciaram outros debates simultâneos e os temas foram: Projeto Nacional de Desenvolvimento e a Crise Mundial; o protagonismo da juventude brasileira; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; juventude, trabalho e políticas públicas; políticas públicas de cultura e a *Lei Rouanet*; direitos das mulheres; regulamentação do ensino privado; reforma agrária no Brasil; contra a criminalização dos movimentos sociais; em defesa do petróleo e da Petrobrás; descriminalização da drogas; a reforma universitária da UNE.

Após um dia inteiro de painéis, às 19 horas iniciaram 13 GT's sobre os temas: conjuntura; reforma do ensino superior; políticas afirmativas; assistência estudantil; extensão universitária; passe-livre; meia-entrada; meio-ambiente; cultura; inclusão digital/software livre; movimento estudantil; gênero/LGBT; esportes. Porém, uma hora depois de iniciados os GT's, iniciaram shows (UNE, 2009c).

Como já assinalamos, diante das mudanças no formato dos congressos da UNE, a entidade foi retirando os espaços de debate, deixando estes para os painéis com representantes escolhidos pela própria entidade acabando com a promoção permanente de espaços para o debate e auto-determinação. Para Almeida “[...] a discussão permanente com a categoria [...] ajuda também, pela elevação geral da consciência, a aproximar os setores mais atrasados da classe a seus setores mais avançados” (2007, p. 78). Com a retirada de espaços de construção, nos parece que a UNE não estava interessada na politização da juventude, talvez para manutenção do mesmo grupo na direção, ou mesmo para manter a mesma política de apoio as políticas governamentais.

No sábado, dia 18, iniciaram as plenárias. Alguns temas importantes foram apresentados nas teses como a crise econômica, a crise do Senado e os programas governamentais para a educação. Vejamos as teses defendidas no congresso pelos

partidos políticos. Em relação ao Governo Lula, a tese da tendência do PT, Articulação de Esquerda/*Reconquistar a UNE*, defendeu que:

O Governo Lula reagiu à crise com mais investimento público, mais investimento social, mais mercado interno, mais Estado, mais integração continental. A construção de 1 milhão de moradias populares, o fortalecimento do PAC, e a ampliação do repasse da União aos municípios vai neste mesmo sentido (RECONQUISTAR, 2009).

A tese afirmava que as medidas do Governo Lula, para controlar a crise econômica foram positivas. Outra medida realizada foi o pagamento de 525 bilhões de juros da dívida externa. A juventude da CST, tendência do PSOL, em relação à crise econômica, afirmou, em sua tese *Vamos à Luta*, que:

Em meio à crise Lula corta recursos da educação e saúde. No entanto, destina 10 bilhões para o Fundo Monetário Internacional (FMI). Absurdo não é? Com esse dinheiro poderíamos evitar todos os cortes nas áreas sociais. De janeiro até 7 de maio de 2009, a dívida pública consumiu R\$ 81,5 bilhões do orçamento federal, ou seja, 10 vezes o que se gastou com educação. Diante da gravidade da crise devemos nos espelhar na América latina. [...] Outro fato que também marca a agenda nacional é uma profunda crise da falsa democracia dos ricos. No Senado presidido por José Sarney os escândalos não param. O último começou com a comprovação de que o então diretor-geral do Senado, Agaciel Maia – indicado por Sarney – não havia declarado a Receita Federal uma mansão de R\$ 5 milhões. Depois, descobriu-se que o motorista que atende a filha de Sarney recebe R\$ 12 mil por mês. Agora são mais de 300 boletins não publicados com mais de 600 atos secretos. O presidente Lula sabe de tudo e é o chefe da gang. Não é a toa que destinou a Collor a pasta de infra-estrutura do senado, cuja responsabilidade é administrar verbas do PAC. Seria cômico se não fosse uma verdadeira tragédia! Collor, um dos maiores corruptos do país volta à cena, convidado por Sarney e Lula para administrar dinheiro público. Infelizmente a direção majoritária da UNE (PC do B/PT) é cúmplice da operação abafa para salvar Sarney. A juventude precisa tomar as ruas novamente, com as caras pintadas, para colocar para Fora Sarney, Collor e os 80 picaretas do senado. Devemos repetir a campanha da UNE, que em 1992, incendiou o país, na campanha do Fora Collor! (VAMOS À LUTA, 2009).

Denunciando os cortes nos orçamentos para pagamentos ao FMI e a crise no Senado, a tese questionou a diretoria da UNE, acusando a mesma de cúmplice dos escândalos que aconteceram em Brasília. No mesmo sentido, a tese da tendência do PSOL, APS defendeu que:

Quando Lula assumiu, em janeiro de 2003, a dívida externa correspondia a R\$ 270 bilhões. Que fez o governo diante disso? Na contramão do

programa histórico que defendeu – auditoria e realização do plebiscito oficial da dívida – Lula optou por “honrar” os contratos às custas de um superávit primário que sangra o investimento social (CONTRAPONTO, 2009, p. 7).

As teses da CST e da APS denunciaram o caráter de classe do Governo Lula. De acordo com essas, o governo buscou cumprir os compromissos com os organismos multilaterais, implantando para os trabalhadores, políticas sociais que procuram amenizar os problemas sem erradicar suas causas.

Em relação à reforma universitária, a UJS/PCdoB, em sua tese, intitulada *Da unidade vai nascer a novidade*, afirmou que:

[...] apoiamos e lutaremos para ver aprovado o Projeto de Reforma Universitária da UNE. Acreditamos que ele pode ser um instrumento de luta pela efetiva mudança da realidade do ensino superior brasileiro e a UNE deve realizar uma ampla campanha, com materiais próprios, atividades e busca de apoios entre os estudantes, entidades, personalidades públicas, parlamentares e intelectuais para alavancá-lo e pressionar pela sua aprovação (UJS, 2009, p. 17).

Novamente a UJS defendeu o projeto de reforma universitária. Sobre o REUNI, a organização defendeu:

Mais vagas no ensino superior público: Essa sempre foi - e continua sendo - uma bandeira da UNE. De 2003 pra cá, 114 mil novas vagas e 13 novas universidades federais foram abertas. Isso representa um crescimento que, ainda que insuficiente, nos dá muito gás e certeza de que estamos no caminho certo! O REUNI (Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) - que o movimento estudantil precisa disputar os rumos da implementação em cada universidade para garantir que atenda às necessidades dos alunos e da democratização do acesso e manutenção da qualidade – tem representado a possibilidade concreta de ampliação dos investimentos em várias IFES (UJS, 2009, p. 37).

A tese da CST, contrariando a posição da UJS afirmou que:

Lula reforça o esquema neoliberal da educação. A lógica é a da educação bancária, voltada para o mercado, contrária à produção do conhecimento crítico. O discurso do governo não passa de propaganda enganosa. As medidas implementadas não avançam na possibilidade de ampliação do acesso. Aos que entram no ensino superior não é garantida a qualidade do ensino e a complementação do tripé com pesquisa e extensão. O único tripé que o governo aplica é o da expansão precária através do Ensino à distância-EaD, Programa Universidade Para Todos - PROUNI e Plano de Reestruturação da Universidades Federais-REUNI. Essa proposta de expansão encara os estudantes como meros números. Somos tratados

como simples estatísticas para fazer cumprir a meta do Plano Nacional de Educação de 30% dos jovens de 18 a 24 anos no ensino superior. Meta que o governo não cumprirá com a manutenção de uma política de corte de verbas e pagamento dos juros da dívida pública (VAMOS A LUTA, 2009).

Na mesma direção, a tese da APS defendeu que:

O REUNI tem como proposta central o aumento de recursos e a expansão da universidade sem qualidade, isto é, mediante o cumprimento de metas que desqualificam o ensino superior. Que devemos fazer? Garantir os recursos usando-os numa expansão de qualidade, ou seja, barrar o REUNI garantindo a expansão. Mas isso não é contraditório? Não. Em várias universidades tem sido possível garantir que os recursos vindos via REUNI sejam aplicados, por exemplo, em melhoria da infra-estrutura ou assistência estudantil, ou seja, sem o cumprimento de metas draconianas a expansão deixa de ser caracterizada como REUNI. Devemos lutar para barrar os projetos que estão na essência do REUNI: cursos tecnólogos, bacharelados interdisciplinares, novos cursos que não cumprem qualquer função social, etc. Ou seja, não podemos permitir que os recursos pelos quais tanto temos lutado sejam utilizados numa expansão sem qualidade. Ampliação de recursos sim, REUNI não! (CONTRAPONTO, 2009, p. 15).

Mesmo com este conjunto de críticas à reforma universitária e ao REUNI, as propostas da UJS e das tendências majoritárias do PT foram as vitoriosas no congresso. Entre as resoluções aprovadas encontram-se:

Após um processo de debate e formulação propositiva a UNE entra em um novo período de sua luta histórica. Devemos lutar pela aprovação da Reforma universitária da UNE, discutida por mais de 2.300 Centros e Diretórios Acadêmicos participantes no 12º CONEB, que garante plena autonomia na definição do projeto didático-pedagógico científico da Universidade, implementando o princípio da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão com garantia de liberdade de produção e circulação do saber (UNE, 2009d, p. 16).

A partir da resolução citada, percebemos que uma das principais tarefas da diretoria da UNE foi a mobilização em torno da aprovação, no Congresso Nacional, do Projeto de Lei 5.175, de 2009, que instituiu marco regulatório para a educação superior. O projeto foi apresentado em maio pela UNE e, entre as propostas, está a implementação de um auxílio-estudantil de cerca de 3/5 do salário mínimo vigente para todos os estudantes carentes, de universidades públicas e privadas (UNE, 2009e).

Também foram aprovados a inclusão de dois novos conselhos na entidade: o Fiscal, responsável pelo acompanhamento contábil da entidade e o Editorial, com o

objetivo de ampliar e fortalecer os meios de comunicação da UNE. Os estudantes aprovaram ainda moções em defesa da regulamentação da profissão de historiador, apoio a campanha *Fora Yeda* no Rio Grande do Sul, repúdio a qualquer discriminação contra mulheres dentro do movimento estudantil, incluindo punição (UNE, 2009d, p. 24-25).

Além destas resoluções, os delegados aprovaram a necessidade de um plebiscito, que ocorreria no ano de 2010, para escolher o posicionamento da entidade na eleição presidencial do mesmo ano. No final do congresso os delegados elegeram a nova diretoria. Três grandes campos se formaram para a disputa da direção da entidade: os apoiadores do Governo Lula (atual gestão da entidade, formada pelos partidos da base governista, como PCdoB e algumas correntes do PT); e os de grupos de oposição: a oposição de esquerda, liderado pelo PSOL, e a de direita, encabeçada por PSDB e DEM.

A frente da chapa *Da unidade, vai nascer a novidade*, que unificou PCdoB, PPS, PDT, PSB, DS, Articulação, Augusto Chagas foi escolhido por 2.018 dos 2.809 delegados (72% dos votos), e se tornou o décimo presidente consecutivo ligado ao PCdoB (UNE, 2009e). Em segundo lugar ficou a chapa *Vamos à luta, que é independente*, organizada por tendências do PSOL.

De acordo com o *site* da UNE, a diretoria da UNE eleita neste congresso:

[...] terá o compromisso de aprovar o Projeto de Lei da Reforma Universitária elaborado por estudantes de todo o Brasil em tramitação na Câmara dos Deputados, ver reerguida a nova sede da UNE na Praia do Flamengo e encampar a luta por mais acesso a universidade, ampliação do Programa Universidade para Todos (ProUni), pelo combate ao neoliberalismo, pela diminuição das desigualdades e distribuição de renda (UNE, 2009e).

Ficou evidente, mais uma vez, o papel de protagonista da UNE, pela aprovação da reforma universitária. Sobre a relação da UNE com o Governo Lula, para Pinho, a presença do presidente neste congresso da UNE, coroou a relação da UNE com o governo (PINHO, 2009). Em 2009, as verbas do governo federal para a agremiação foram de 2,9 milhões de reais, sendo assim entre 2004 e 2009 a UNE recebeu quase 10 milhões de reais (OPINIÃO, 2010). O montante, voltado para projetos culturais e de saúde, se aproximou ao que a entidade apresentou em seu

orçamento para o ano de 2009, no qual previa, em emissão de carteirinhas estudantis, receber valor acima de 2,7 milhões de reais (UNE, 2009b).

Sobre o financiamento estatal à entidade, para o presidente da UNE, Augusto Chagas, “[...] é mais do que legítimo que o governo financie o movimento estudantil” (FOLHA ONLINE, 2009). Para a ex-presidente da UNE, Lúcia Stumpf, “[...] o aumento expressivo dos repasses no Governo Lula não demonstra privilégio, e sim uma mudança de postura do governo” (ÚLTIMO SEGUNDO, 2009). Stumpf admitiu que o relacionamento da organização com o governo federal mudou desde as eleições de 2003, mas negou que a independência da UNE esteja comprometida, ao afirmar que:

A partir da eleição do Governo Lula, um presidente que tem uma identidade muito maior e mais próxima dos movimentos sociais, porque é oriundo desses movimentos, sem dúvida nós temos construído canais de diálogo mais uma vez próximos do governo, canais abertos pela UNE e que tem nos oferecido grandes possibilidades de avanços concretos nesse último período, mas é importante frisar que esse diálogo com os governos seja ela com a fundação da UNE em 1937, na época de Jango em 1962 ou nesse período da era do presidente Lula, todos esses canais de diálogo não interferem na autonomia e nem independência da UNE, o que justamente quer pela sua formação, quer pelo perfil que a entidade tem de agregar jovens das mais diferentes correntes de pensamento partidários e políticos do país, hoje nós temos essa diretoria atual da UNE, representantes do PSDB, do Democratas e também de oposição a esquerda do governo como PSOL e outros partidos aqui instituídos justamente por essa formação democrática da UNE, nós temos a garantia da manutenção da nossa autonomia, da nossa independência, fazendo as críticas ao governo sempre que são necessárias e ampliando os espaços de diálogo que nos são oferecidos, porque nós sabemos que por ali as conquistas também podem ser obtidas (STUMPF, 2009 *apud* PAULA, 2009, p. 335).

Stumpf alegou que a proporcionalidade na diretoria da entidade impede a UNE de perder a sua independência, mesmo com todos os canais de diálogo abertos com o Governo Lula. Vale lembrar que o diálogo é harmônico, desprovido de enfrentamento, de confronto onde as mobilizações de rua são imagens do passado (PAULA, 2009, p. 335).

A independência e autonomia, tão defendidos pela diretoria da UNE, podem ser confrontados diante da relação entre a UNE e o presidente Lula, desde as verbas oriundas do governo federal à entidade até na contribuição da entidade na aprovação de projetos do governo federal, como afirmou o próprio presidente Lula:

Eu queria aproveitar este momento para, de público, agradecer a algumas pessoas por esses seis anos de convivência com o governo federal. Eu queria começar agradecendo, ou reconhecendo, o trabalho que a União Nacional dos Estudantes fez no primeiro mandato do meu governo, quando o companheiro Petta presidia a Direção da UNE. Vocês sabem que toda vez que um jovem chega à mesa para comer e o prato está pronto, é muito mais fácil do que fazer o prato. O Petta, como presidente da UNE, ajudou no debate extraordinário para que nós pudéssemos mandar ao Congresso Nacional o projeto de lei de reforma universitária. O Petta contribuiu de forma extraordinária para que nós pudéssemos aprovar o ProUni. Eu não consigo entender a cabeça de meia dúzia de pessoas que, se dizendo de esquerda, eram contra o ProUni (BRASIL, 2008, p. 2).

O presidente Lula deixou claro o papel de Gustavo Petta e da UNE no debate e no envio do projeto de reforma universitária ao Congresso Nacional, e na aprovação de programas como o ProUni. O presidente agradeceu a intensa participação da UNE para aprovação de outros projetos, como o REUNI:

Quero agradecer também aos companheiros da UNE, e aí já à companheira Lúcia, quando nós resolvemos criar o Reuni. Eu sei que a UNE perdeu alguns DCEs porque tem gente que prefere o discurso fácil. O cidadão que não sabe como a mãe sofreu para fazer a comida, não sabe quantas vezes ela se queimou, não sabe o trabalho que ela teve ao se sujar de óleo à beira de um fogão, se senta à mesa e fala: “não gostei”. Quase todas as reitorias foram invadidas, a pretexto de quê? De que nós iríamos colocar muitos alunos por professor. Nós queríamos aumentar a média de 12 para 18 alunos por professor, e alguém dizia: “é demais, vai baixar o nível. O ideal é que tivesse apenas um aluno por cada professor”. É gente assim que atrapalha o desenvolvimento deste país, que aposta no insucesso deste país que já jogou muitas oportunidades fora (BRASIL, 2008, p. 2-3).

Ao agradecer a presidente da UNE Lúcia Stumpf, o presidente Lula agradeceu a UNE na participação para aprovação do REUNI, afinal a entidade esteve contra as dezenas de reitorias ocupadas, defendeu todos os pontos do projeto, com pequenas ressalvas e auxiliou o governo para a aprovação do programa nas universidades federais. No final de seu discurso o presidente Lula ironizou ao afirmar que as ocupações de reitoria aconteceram somente pelo aumento percentual de alunos por professor.

Diante da relação da UNE com o Governo Lula, na maioria dos centros mais avançados e organizados dos movimentos estudantis, que permanecem sendo as Universidades públicas, a direção da UNE deixou de ser a referência política. Para Arcary:

A UNE aceitou o atrelamento ao Governo Lula que assegurou com a reforma universitária uma anistia fiscal de dezenas de milhões anuais para o setor privado de ensino - pendurado em empréstimos milionários no BNDES, que poderiam ser executados, federalizando vários destes supermercados de diplomas – enquanto prossegue o abandono das universidades públicas (ARCARY, 2005).

Ainda no ano de 2009, as entidades que organizaram as ocupações e militantes que construíram essas, somado aos militantes do PSTU, alguns setores do PSOL, alguns DCEs e coletivos estudantis locais criaram, em junho, uma nova entidade estudantil, a Assembleia Nacional dos Estudantes Livre (ANEL). Para Catharina Lincoln, uma das integrantes da nova entidade, “[...] o Congresso da UNE virou um grande palanque, uma disputa de cargos”, criticou (VILELA, 2009).

No mesmo ano a ANEL, passou a organizar a juventude na luta contra os efeitos da crise econômica, principalmente em atos e debates realizados no mês de setembro; realizou mobilizações contra o REUNI; e diante da crise do Senado, passou a exigir *Fora Sarney* (ANEL, 2009a). A ANEL também atuou na greve da USP e na campanha *Fora Yeda* (ANEL, 2009a).

Em relação ao REUNI, a ANEL denunciou que os estudantes que ingressaram nos novos cursos implantados através do REUNI, no ano de 2009, vivenciaram problemas como:

[...] salas superlotadas, falta de professores, de laboratório, de bibliotecas, de bandejão. Alguns cursos não tinham sequer um lugar para funcionar. É o caso do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Naturais da UFVJM. A universidade alojou o curso em uma creche vizinha (ANEL, 2009b).

A nova entidade passou a organizar a construção de um Projeto de Lei que garantisse uma “expansão de qualidade” (ANEL, 2009). Os principais pontos do Projeto eram: Revogação do decreto do REUNI; garantir o investimento de 10% do PIB para a educação; abertura imediata de concursos públicos para a contratação de docentes e técnico-administrativos; respeito à democracia e autonomia das universidades; ampliação das vagas com ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil; garantir e ampliar as vagas já criadas pelo REUNI (ANEL, 2009b).

2.3.4 O último ano do Governo Lula

Toda a atuação da UNE, durante o segundo mandato do presidente Lula, foram brindados com a aprovação, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, de projeto que previa indenização até R\$ 30 milhões para a construção de uma nova sede para a UNE, no Rio. Este foi aprovado a dois dias da UNE decidir, entre outros pontos, se apoiaria à pré-candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff. O projeto foi apresentado em 2008, pelo presidente Lula, que reconheceu a responsabilidade do Estado na destruição do prédio da UNE no Flamengo em 1964, motivada pela repressão aos movimentos de esquerda. A construção foi metralhada e incendiada nos primeiros dias do golpe militar (O GLOBO, 2010).

Em 2008, quando o presidente Lula enviou o projeto ao Congresso, a Caixa Econômica avaliou o imóvel em R\$ 5 milhões. O Orçamento da União para 2010 havia previsto R\$ 30 milhões para a indenização, mas o valor deve ser ajustado por uma nova avaliação do terreno. O presidente Lula prometeu ajudar a UNE a reconstruir o prédio no final de 2007, quando o arquiteto Oscar Niemeyer doou um projeto para a nova sede, com centro cultural e 13 andares. A estimativa, na época, era de que a construção custasse cerca de R\$ 40 milhões (MENEZES, 2010). Em discurso de inauguração das obras da nova sede da UNE, o presidente Lula novamente agradeceu a parceria realizada entre UNE/UBES e governo federal:

Já depositamos 30 milhões na conta da UNE; ela nunca teve tão rica como está agora. Faltam 14 para completar os 44 milhões que ou nós fazemos uma medida provisória ou a companheira Dilma fará no início do seu mandato [...]. Foi uma alegria imensa trabalhar com você (presidente da une), trabalhar com o Ryan, trabalhar com a Stumpf, trabalhar com o Petta, trabalhar com o Orlando, [...], foi uma coisa muito bonita (BRASIL, 2010b, p. 6).

O governo deve repassar no ano de 2011 mais R\$ 14 milhões à UNE, totalizando um total de R\$ 44 milhões. A proximidade entre o governo e a entidade refletiu também em cargos. Dos últimos cinco ex-presidentes da UNE, quatro estiveram em postos de confiança no Governo Lula. Entre estes encontra-se o ministro do Esporte, Orlando Silva, que presidiu a UNE entre 1995 e 1997. Na sua pasta, estiveram também Ricardo Capelli (1997-1999) e Wadson Ribeiro (1999-2001). Felipe Maia (2001-2003) chefiou a ouvidoria da Ancine (Agência Nacional do Cinema).

No ano de 2010, ao fim dos dois mandatos do Governo Lula, as políticas implementadas no cenário nacional, refletiram as mudanças que ocorreram no interior do PT. O PT, partido que aglutinou a vanguarda das décadas de 1980 e 1990 se transformou. Diante do impacto do Leste Europeu, a tendência Articulação e grande parte das demais tendências do PT, aberta ou disfarçadamente, assumiram a tese da “democracia como valor universal”.⁵³ O PT, ao assumir esta perspectiva, passou a defender a democracia como estratégia, universal a ser aperfeiçoada. Segundo Almeida, as direções de partidos como o PT:

[...] ao renegarem a necessidade da revolução e da destruição do Estado burguês, e, portanto, de um tipo de partido necessário para realizar esta tarefa, acabam tendo como centro de sua política a administração da crise capitalista e passam a atacar as massas (2005, p. 13).

Para Dias, a partir dessa perspectiva, diversos partidos, não somente o PT, que lutavam pela transformação da sociedade, passaram por institucionalizar a luta dos trabalhadores através de uma política aliancista em unidade com a burguesia. Desta forma, passaram a buscar em outra classe (burguesia nacional progressista) a direção real do processo de libertação das forças produtivas. Confundiram a resolução da questão nacional com a possibilidade de um projeto de capitalismo nacional autônomo sem romper com a ordem do capital. Ao afirmarem tal transição, sem a presença revolucionária da classe trabalhadora, esses partidos tornaram-se prisioneiros do capitalismo, atrelando a ele aquelas classes e decapitando suas possibilidades reais de libertação (DIAS, 2006, p. 28).

A partir desta perspectiva, na defesa da cidadania, PT e PCdoB passaram a defender a política da Frente Popular. Com a argumentação de que é preciso "ampliar" o apoio na sociedade, e ganhar as eleições, esses partidos defendem as frentes eleitorais com os partidos como o PDT, PSB, PL, PMDB, e outros.

A UNE, dirigida majoritariamente pelo PCdoB, base de apoio do Governo Lula, apoiou abertamente o governo federal, contribuindo concretamente na implementação de políticas governamentais.

⁵³ Historicamente, os defensores desta concepção são denominados de reformistas. No interior da II Internacional apoiando-se no fato de que as condições objetivas não estão maduras para a revolução, buscou-se fazer da luta por reformas a essência do movimento socialista. Eduard Bernstein foi um dos formuladores deste ponto de vista.

Em oposição ao Governo Lula e aos projetos do PT e PCdoB, o PSOL, se mantém na oposição de esquerda da UNE, porém por ser um partido de tendências, cada qual mantém a sua atuação. O PSTU permanece atuando nos movimentos estudantis, visando ampliar o leque de apoio dos trabalhadores urbanos, mas buscando a aliança dos setores explorados da cidade e do campo em defesa do socialismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação, como vimos, buscou analisar a relação da UNE com o Governo Lula e a atuação dos partidos políticos na entidade. Nas primeiras páginas, fundamentado nos autores nominados, partimos do pressuposto de que os movimentos estudantis são passíveis de mudança, contrariando a tese da existência de um único movimento imutável. A história da UNE, confirmou esta hipótese investigativa.

Suas mudanças, muitas vezes iniciadas pelas correntes que a dirigiam, foram materializadas em práticas diferenciadas. Durante a ditadura civil-militar, a UNE, mesmo na clandestinidade, buscou organizar a juventude brasileira. Em outros momentos de sua história, optou pelo diálogo e negociação com o Estado, como foi durante parte do Governo Vargas, durante a presidência de João Goulart, durante o Governo Sarney e durante o Governo Itamar. Após a ditadura civil-militar, a UNE se pautou em torno à institucionalidade, visando eleger um presidente da República identificado com os movimentos sociais e passou a privilegiar a ação institucional em detrimento da mobilização direta dos estudantes.

No Governo FHC, a UNE pressionada pela sua base política, passou a organizar a campanha *Fora FHC*, porém distante das ruas e próxima aos gabinetes manteve posição polêmica em diversos momentos, como foi durante a greve das federais no ano de 1998.

Com a vitória de Lula, nas eleições de 2002, a UNE deixou o campo de oposição, para uma relação de colaboração e negociação com o Governo Lula, sem transformar radicalmente o discurso, transmitindo para o conjunto dos estudantes a imagem de continuidade das lutas históricas. O PCdoB, direção majoritária da entidade, manteve-se gestor da mesma, porém, naquele momento, como base política do governo federal.

Afim de implementar as medidas da reforma universitária, a UNE e o governo federal projetaram à população que compartilhavam dos mesmos ideais, quando a UNE através de inúmeras concessões, como reivindicações históricas dos estudantes, passou a defender todos os projetos do governo federal. Em retribuição,

foram milhões de reais em repasses do governo federal à entidade.

Em suma, este processo de cooptação da direção da UNE pelo Estado, nos ajuda a compreender o posicionamento da entidade de divulgar e analisar de forma fragmentada a reforma universitária; defender que a reforma estava em disputa, quando já estava sacramentada; escolher como espaço de disputa o Parlamento e a opção no envio de emendas, e não a organização e mobilização social dos estudantes.

A UNE, nesse período, perdeu sua independência financeira, diante dos recursos recebidos pelo governo e nesse processo, realizou mudanças na eleição de delegados (primeiro numericamente e depois por universidade e não mais por curso); reduziu os espaços de debate, com a redução gradual dos GT's nos congressos e a implementação de dezenas de painéis com representantes do governo; e também, usurpou o seu direito de representatividade ao defender projetos e posições políticas sem consultar a base.

A incorporação da UNE ao Governo Lula, a defesa categórica de sua política educacional, sua burocratização tornaram-se mais evidentes, pois desvios burocráticos, por parte da entidade, foram visualizados em governos anteriores ao de Lula. A UNE abandonou o campo das lutas completamente, com exceção de algumas mobilizações em defesa do governo federal, como durante o caso de corrupção, denominado de “mensalão”, até mesmo a crise que assolou o Senado no ano de 2009.

Diante desta realidade, organizações e entidades estudantis iniciaram um processo de reorganização do movimento estudantil, em oposição ao Governo Lula, produzindo questionamentos e rupturas com a UNE. As lutas travadas nas escolas e universidades passaram a se chocar contra a tradicional entidade nacional. Para dar respostas às lutas que começavam a se articular por fora da UNE foram construídos novos organismos. Uma fração de estudantes, e militantes do PSOL, que permaneceram na UNE, formaram a FOE, com o objetivo de disputar a direção da entidade. Outra parte rompeu com a UNE e, juntamente com militantes de partidos como o PSTU, construíram a CONLUTE e, posteriormente, a ANEL.

Em relação a luta entre partidos, percebemos que esta permaneceu ocorrendo no interior da UNE, assim como nos demais movimentos estudantis. A

disputa política entre os partidos, como vimos, ocorrem pela direção e pelos rumos das entidades. Como vimos, a relação dos movimentos estudantis com os partidos políticos é considerado um fator importante para a politização dos estudantes.

A partir deste trabalho e das contribuições da banca de qualificação, foi possível visualizar uma série de problemas, ainda não abordados, que merecem estudos. Entre eles podemos destacar o seguinte paradoxo: porque a UNE foi dirigida, em grande parte de sua história, por partidos mais a esquerda do que o partido de esquerda de maior expressão no Brasil?

Como vimos no decorrer desta dissertação, a esquerda sempre foi influente desde 1938 no interior dos movimentos estudantis. Não dirigiram a UNE durante um curto período, quando a UDN venceu as eleições de diretoria. O partido mais influente do campo da esquerda antes de 1964 era o PCB, porém, entre 1945 e 1964, não dirigiu a UNE. Do período de redemocratização aos dias de hoje, o partido mais influente da esquerda é o PT, porém, o mandato do partido na direção da UNE foi de poucos anos, na segunda metade dos anos de 1980. Sendo assim, não há correspondência entre o partido de esquerda mais influente da sociedade e o partido de esquerda que dirige a UNE.

Outras questões que merecem destaque: por que atualmente não existe um movimento de massas por mais vagas nas universidades públicas? Por que a UNE foi facilmente cooptada, mesmo sendo um movimento de vanguarda? Também se faz necessário aprofundar os estudos sobre a atuação dos partidos políticos nos diferentes movimentos estudantis, sobre os movimentos contemporâneos, como movimento Passe-Livre e as ocupações de reitoria. Outro tema que merece estudo é o processo de reorganização dos movimentos estudantis durante o Governo Lula.

Esperamos que os apontamentos desta dissertação possam contribuir na elaboração de novas temáticas que tenham o objetivo de analisar e encaminhar discussões sobre os movimentos estudantis no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABENDROTH, Wolfgang. **A história social do movimento trabalhista europeu**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ALBUQUERQUE, J.A. Guilhon. **Movimento Estudantil e Consciência Social na América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

ALMEIDA, Eduardo. Apresentação. In: **Documentos de Fundação da IV Internacional**. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

ALMEIDA, J.M. **Os sindicatos e a luta contra a burocratização**. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2007.

ANDRÉS, Aparecida. **O Programa Universidade para Todos**. Estudo. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 2008.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias Estudantis, 1937-2007**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.

ARCARY, Valerio. **As esquinas perigosas da história**. São Paulo: Xamã, 2004.

_____. **A UNE, 25 anos depois de Salvador**: Duas ou três coisas que eu sei sobre ela. 2005.

_____. Ultra-esquerdistas e sectários: anotações para uma história do extremismo de esquerda. **Tempos Históricos**. Marechal Cândido Rondon, vol.10, p. 243-266, 2007.

Às vésperas do 48º Congresso da UNE, nasce o Movimento Ruptura Socialista. Disponível em <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/04/252686.shtml>> Acesso em 05/07/2009.

BAINES, Christian. **Em encontro da UNE, Lula se emociona ao falar de programa social**. 2009. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u596018.shtml>> Acesso em 14/12/2010.

BAKUNIN, Mikhail A. **Escrito contra Marx**: Conflitos na Internacional. Distrito Federal: novos Tempos, 1989.

BIANCHI, Alvaro; Braga, Ruy; CARNEIRO, Henrique. O movimento estudantil e as ocupações. In: **Transgressões**: as ocupações de reitoria e a crise das Universidades Públicas. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008, p.21-28.

FOLHA DE SÃO PAULO, Jornal. **GORBATCHEV PROMETE ESCLARECER "FATOS PENOSOS" DA URSS**. Disponível em <http://almanaque.folha.uol.com.br/mundo_03nov1987.htm> Acesso em 02/02/2011.

BARBOSA, Andreza. A (Des) articulação do Movimento Estudantil: Décadas de 80 e 90. In: **Educação: Teoria e Prática**, São Paulo, nº19, p. 5-14, jul.-dez.2002.

_____. **O Movimento Estudantil Brasileiro: do início da década de 1990 a 2001**. In: GROPPPO, L.A.; Z Aidan Filho, M.; Machado, Otavio L. (Orgs.). **Movimentos juvenis na contemporaneidade**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008, p. 53-65.

BARCELLOS, Jalusa. **Revista UNE: 60 anos a favor do Brasil**. Rio de Janeiro, 1997.

BENEVIDES, Sílvio César Oliveira. **Na contramão do poder: juventude e movimento estudantil**. São Paulo: Annablume, 2006.

BENTO, Luciana. O futuro da universidade e a universidade do futuro. **Movimento**. São Paulo, nº 11, ago. 2004.

BIANCHI, Álvaro (org.) **Transgressões: as ocupações estudantis e a crise das universidades**. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2008.

BONETI, Lindomar Wessler. Educação e Movimentos Sociais hoje. In: JESINE, Edineide e ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. (Orgs) **Educação e Movimentos Sociais: novos olhares**. Campinas-SP: Alínea, 2007.

BOSI, A. P.; REIS, L. F. A reforma universitária nas universidades estaduais do Paraná. In: **Universidade e Sociedade**. Brasília, nº 34, p. 35-47, out. 2004.

_____. Banco Mundial, Governo Lula, Governo Requião e a Reforma universitária: uma análise comparativa. In: FIGUEIREDO, Ireni M.Z.; ZANARDINI, Isaura M.S.; DEITOS, Roberto A. (Orgs.). **Educação, políticas sociais e Estado no Brasil**. Cascavel,PR: Edunioeste, 2008, p.173-203.

BRANDÃO, Carla de Sant'ana. **Movimento Estudantil Contemporâneo: temas mobilizadores e formas de atuação**. In: GROPPPO, L.A.; Z Aidan Filho, M.; Machado, Otavio L. (Orgs.). **Movimentos juvenis na contemporaneidade**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008, p. 66-85.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **UNE: o reencontro do Brasil com a sua juventude**. Brasília, 1994.

BRINGEL, Breno. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. In: **Eccos - Revista Científica**, vol. 11, nº 1, p. 97-121, jun. 2009.

CALDEIRA, Paula. **Juventude e participação política: trajetórias de participação de jovens no movimento estudantil e em partidos políticos no Rio de Janeiro**. 130 f.

Dissertação de Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CALÉ, Flávia. Reformar a Universidade de Norte à Sul. **Movimento**. São Paulo, nº 19, p. 32-36, jan. 2008.

CARVALHO, Valéria Fernandes de. **A prática educativa do movimento estudantil universitário no contexto do neoliberalismo**: o curso de Ciências Sociais da UFRJ. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2006.

CÊA, Georgia Sobreira dos S. As versões do projeto de lei da reforma da educação superior: princípios, impasses e limites. In: SIQUEIRA, Ângela C.; NEVES, Lúcia Maria W. **Educação superior**: uma reforma em processo. São Paulo: Xamã, 2006, p. 43-79.

CHASIN, José. Algumas Considerações a Respeito do Movimento Estudantil Brasileiro. In: **Revista Brasiliense**, São Paulo, nº 38, nov-dez/1961.

CHAUÍ, M. **A Universidade Pública sob nova perspectiva**. Conferência de abertura da ANPed, Poços de Caldas, 05 de outubro de 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

CONCEIÇÃO, Gilmar Henrique da. **Partidos Políticos e Educação**. Cascavel,PR: Edunioeste, 2000.

_____. Comentários sobre a ação política: as Revoluções e os Partidos. In: **Educere Et Educare** – Revista de Educação / Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Cascavel. Colegiado do Curso de Pedagogia. Programa do Mestrado em Educação – Área de Concentração: Sociedade, Estado e Educação. Cascavel, vol. 1, p. 83-100, 2006.

_____. O partido político, seus parâmetros e seus círculos de participação. In: ORSO, Paulino José; ZANARDINI, Isaura Mônica Souza (Orgs.). **Estado, Educação e Sociedade Capitalista**. Cascavel,PR: Edunioeste, 2008, p. 177-208.

DEUTSCHER, I. **Trotsky, o Profeta Banido**. Rio de Janeiro: Ed.Civilização Brasileira, 1984.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Política Brasileira**: embate de projetos hegemônicos. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

DUVERGER, M. **Os partidos Políticos**. Rio de Janeiro:Ed. Zahar, 1970.

EDUCAÇÃO. **Revista Educação**. Ano 2, nº 3, 2009.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. 2ª ed. São

Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade do Brasil: um itinerário marcado de lutas. In: **Revista Brasileira de Educação**, nº 10, p. 16 -32, Jan/Fev/Mar/Abr. 1999.

_____. **UNE em Tempo de Autoritarismo**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

FOLHA ONLINE. **Ministério da Saúde transfere R\$ 2,8 mi do SUS para a UNE**. 2008. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u472739.shtml>> Acesso em 22/08/2010.

FONTANA, Josep. **A História dos Homens**. Bauru, SP:EDUSC, 2004.

FOOT, Francisco. Prefácio. In: **A questão do programa**. São Paulo: Kairós, 1979.

FORACCHI, Marialice M. **O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965.

FRANCO, Juliana O. **A UNE e a Reforma Universitária no Governo Lula**. Disponível em <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/julianafranco.pdf>> Acesso em 20/06/2008.

FREITAS, Cecília C.S.; TORRES, I.S.; SILVA, M.S.P.; PEREIRA, N.M. **O movimento estudantil e a reforma universitária: a República populista e o Governo Lula**. Disponível em <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/70.pdf> Acesso em 02/06/2010.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **Movimentos Sociais e Educação**. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GRACINDO, Regina V. **Partidos Políticos e Educação: O escrito, o dito e o feito**. Campinas: Papirus, 1994.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

GROPPO, L.A. As passeatas pelos impeachment em 1992 e os jovens "carapintadas". In: GROPPPO, L.A.; ZAIDAN FILHO, M.; MACHADO, Otavio L. (Orgs.). **Movimentos juvenis na contemporaneidade**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008, p. 39-52.

GUEVARA, Che. **La guerra de guerrillas**. Disponível em <<http://www.angelfire.com/de2/chequevara/arquivos.htm>> Acesso em 09/06/2010.

IANNI, Octavio. O jovem radical. In:_____. **Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira , 1963.

INÁCIO, ANA ELISE CARDOSO. **Jovens em Movimento**: Um estudo sobre o Movimento Passe-Livre em Florianópolis. 133 f. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

JABBOUR, Elias. **China**: infra-estruturas e crescimento econômico. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

LENIN, V.I. Diário das secretárias de Lenin. In:_____. **Últimos Escritos (testamento político) e Diários das Secretárias**. Belo Horizonte: Aldeia Global Editora, 1979a.

_____. **Que fazer?** São Paulo: Hucitec, 1979b.

_____. **O Estado e a revolução**. A revolução proletária e o renegado Kautsky. São Paulo: Editora e Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

_____. Projeto de Estatuto do Partido Operário Social-Democrático Russo (POSDR). In: FELIPPE, Wiliam (Org.) **Teoria e Organização do Partido**. São Paulo: Editora Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2006, 35-38.

LIMA Kátia; MARTINS, André S. Pressupostos, princípios e estratégias. In: NEVES, Lúcia Maria W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MARCONDES, Celso. **A UNE, há 30 anos**: o histórico "Congresso da Reconstrução". 2009. Disponível em <http://www.une.org.br/home3/opiniao/artigos/m_14677.html> Acessado em 27/12/2010.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan, 1998.

MARTINS FILHO, José Roberto. **Movimento Estudantil e Ditadura Militar**: 1964-1968. Campinas: Editora Papirus, 1987.

MARTINS, Roberto de Andrade. O sistema de arquivos da universidade e a memória científica. In: **Anais do I Seminário Nacional de Arquivos Universitários**. Campinas: UNICAMP, 1992, p. 27-48.

MARTOV, Y.O. Projeto de Estatuto do Partido Operário Social-Democrático Russo (POSDR). In: FELIPPE, Wiliam (Org.) **Teoria e Organização do Partido**. São Paulo: Editora Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2006, p. 39-44.

MENDONÇA, Gisela. A expansão em debate. **Movimento**. São Paulo, nº 10, p. 34-37, mar. 2004.

MENEZES, Nolei. **Senado aprova indenização de R\$ 30 milhões à UNE**. 2010. Disponível em <www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u737489.shtml> Acesso em 29/12/2010.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. **Identidade, Cultura e Política: Os movimentos Estudantis na Contemporaneidade**. 405 f. Tese de doutoramento em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

MICHELS, R. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: UnB, 1982.

MIELLI, Renata. **Uma grande frente de entidades pela reforma universitária**. 2005. Disponível em <http://une.org.br/home2/une_on_line_jun_2005/49_conune/m_419.html> Acesso em 15/08/2010.

_____. Renata. Universidade em sintonia com o Brasil. **Movimento**. São Paulo, nº 14, p. 17-20, abr. 2006a

_____. Projeto Brasil. **Movimento**. São Paulo, nº 15, p. 4-11, ago. 2006b.

_____. Uma nova universidade para um novo Brasil. **Movimento**. São Paulo, nº 20, p. 24-27, nov. 2008.

MINORO, Rafael. Reforma Universitária chega ao congresso. **Movimento**. São Paulo, nº 15, p. 27-30, ago. 2006.

MORAES, Danieli. Os desafios para a implementação do PDE. **Movimento**. São Paulo, nº 17, p. 23-25, jul. 2007.

_____. **Congresso histórico elege nova diretoria da UNE**. 2005. Disponível em <http://une.org.br/home2/une_on_line_jun_2005/49_conune/m_635.html> Acesso em 15/08/2010.

MORENO, Nahuel. Problemas de Organização. In: FELIPPE, William (Org.) **Teoria e Organização do Partido**. São Paulo: Editora Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2006, p. 155-199.

_____. **O Partido e a Revolução**. Teoria, programa e política. São Paulo: Editora Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

NORTE, Sergio Augusto Queiroz. **Bakunin: Sangue, Suor e Barricadas**. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

NOVACK, G. **Introdução à lógica marxista**. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2005.

NOVAES, Regina. **Juventude e sociedade**: jogos de espelhos. In: *Sociologia Especial*, São Paulo, ano I, nº2, p.7-15, 2007.

O GLOBO. **Indenização de R\$ 30 milhões para a UNE**. 2010 Disponível em <<http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2010/04/21/indenizacao-de-30-milhoes-para-une-285468.asp>> Acesso em 29/12/2010.

OMAR, Haldor. **CONUNE**: Resultado da eleição. 2003. <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/06/257072.shtml>> Acesso em 05/07/2009.

OPINIÃO. **O valor da UNE**. Disponível em <www.estadao.com.br/noticia_imp.php?req=not_imp542633,0.php> Acesso em 14/01/2011.

OTRANTO, Célia Regina. Desvendando a política da educação superior do Governo Lula. In: **Universidade e Sociedade**, Brasília, nº 38, p. 19-29, jun. 2006.

PADRÓS, Enrique. **Ditaduras Militares e neoliberalismo**: Relações explícitas nos descaminhos da América Latina. Ciências e Letras. Porto Alegre: FAPA, 1996.

PAIVA, Gabriel de Abreu Gonçalves. **Evolução das despesas com manutenção e desenvolvimento da educação superior no Governo Requião (2003-2006)**. 62 f. Monografia de Especialização em História da Educação Brasileira, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2010.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido**. Organización y poder em los partidos políticos. Madri: Alianza Editorial, 1982.

PAULA, Gil César Costa de. **A atuação da União Nacional dos Estudantes – UNE**: do inconformismo à submissão ao Estado (1960 a 2009). 375 f. Tese de doutoramento em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

PCdoB. A política Estudantil do Partido Comunista do Brasil: resolução do comitê central – maio de 1968. In:_____. **Política e Revolucionarização do Partido**. Goiânia: Editora Araguaia, 1981.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos: 1979–1998**. São Paulo: Perseu Abramo, s.d.

PAULANI, Leda. **Brasil Delivery**: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **A UNE nos Anos 60: Utopias e Práticas Políticas no Brasil**. Londrina: UEL, 1998.

PEREIRA, Luiz C. Bresser. **As revoluções utópicas**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1979.

PETRAS, James. Os fundamentos do neoliberalismo. In: RAMPINELLI, Weldir (Org.). **No fio da navalha**: crítica das reformas neoliberais de FHC. São Paulo: Xamã, 1997.

PHILOMENA, G. **O conceito de modo de produção**. Rio de Janeiro: Ed.Paz e Terra, 1978.

PINHO, Angela. **Patrocinada pela Petrobrás, UNE faz manifestação contra CPI**. 2009. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/595750-patrocinada-pela-petrobras-une-faz-manifestacao-contr-cpi.shtml>> Acesso em 14/12/2010.

PINTO, Álvaro Vieira. **A questão da universidade**. Coleção Cadernos Universitária. Rio de Janeiro: Ed. Universitária, 1962.

POERNER, Arthur. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. 5ª ed. Ilustrada, rev., ampl.e atual. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais**. In: Estudos Cebrap, 1973.

RANIERI, Nina. **Autonomia universitária**: as universidades públicas e a Constituição Federal de 1988. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e democracia: questões e controvérsias. In: MARTINHO, F. (Org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e Democracia: questões e controvérsias. In: MARTINHO, Francisco (Org.). **Democracia e Ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006.

REIS, Luiz Fernando. Termo de autonomia: estratégia de desobrigação do Estado quanto ao financiamento integral do ensino superior no Paraná. In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães (Org.). **Estado e políticas sociais no Brasil**: conferências do Seminário Estado e Políticas Sociais no Brasil. Cascavel,PR: Edunioeste, 2003, p. 119-149.

RIBEIRO, Ana Paula. **UNE elege estudante gaúcha presidente da entidade**. 2007. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u310365.shtml>> Acesso em 20/08/2010.

SAGRA, Alicia. **História das Internacionais Socialistas**. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

SALDANHA, Alberto. O mito do poder jovem. In: GROPPPO, L.A.; ZAIDAN FILHO, M.;

MACHADO, Otavio L. (Orgs.). **Juventude e Movimento Estudantil**: ontem e hoje. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008, p. 36-47.

SAMPAIO, Rafael. Congresso da UNE debate reforma universitária e rumos do Governo Lula. **Carta Maior**, jun.2005. Disponível em <http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/UNE_debate_ref_univ_gov_lula.htm> Acesso em 15/08/2010.

SANCHES, P.A. Benefício ou engodo? **Carta Capital**, nº423, dez. 2006.

SANFELICE, José Luís. **Movimento estudantil**: a UNE na resistência ao golpe de 64. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

SANTOS, Laura Karine Maia dos. **A União Nacional dos Estudantes e a “Reforma Universitária” do Governo Lula**: a educação pública em debate. 124 f. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

SARTORI, Giovani. **Partidos e Sistemas Partidários**. Brasília: UnB, 1982.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gerard. **Sociologia Política**. São Paulo: Ed.Difel, 1979.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. Reforma Universitária: a nova forma histórica das esferas pública e privada no início do século XXI. In: ORSO, Paulino (Org.) **Educação**: sociedade de classes e reformas universitárias. Campinas-SP: Autores Associados, 2007, p. 87-120.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. **Reinvenções da utopia**: a militância política de jovens nos anos 90. São Paulo: HackerEditores / FAPESP, 1999.

SPINDEL, Arnaldo. **O que é socialismo**. 11ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

STALIN. J. **Sobre os fundamentos do leninismo**. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/stalin/1924/leninismo/index.htm>>__ Acesso em 09/06/2010.

TEZINI, Juliana Caetano Vaccari. **Movimento Estudantil**: uma análise nas páginas da Revista Veja. 92 f. Monografia de Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2006.

TRINDADE, Héliogio. A República em tempos de reforma universitária: O desafio do Governo Lula. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, nº88, p. 819-844, out. 2004.

TROTSKY, Leon. **A Revolução Traída**. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

_____. **A História da Revolução Russa**. Tomo I e II. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

_____. **A Revolução Permanente**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ÚLTIMO SEGUNDO. **UNE quadriplica receita com doações de Governo Lula**. 2010. Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2007/07/11/une_quadriplica_receita_com_doacoes_do_Governo_lula_917630.html>. Acesso em 03/10/2009.

VILELA, Isabel. **Estudantes se articulam para disputas no Congresso da UNE**. 2009. Disponível em <www.correioweb.com.br/euestudante/noticias.php?id=3509&tp=17>. Acesso em 14/12/2010.

WARDE, Mirian Jorge. **Liberalismo e Educação**. 161 f. Tese de doutoramento em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

DEPOIMENTOS

ARAUJO, Clara. Depoimento. [25 de outubro, 2004]. Projeto Memória do Movimento Estudantil. Entrevista concedida a Ana Paula Goulart e Tatiana Di Sabbato. Disponível em <<http://www.mme.org.br/main.asp?Team=%7B3EBBBABF%2D203C%2D4E3E%2DB99F%2DE8B0CF00E072%7D>> Acesso em 20/08/2010.

CAPELLI, Ricardo. Depoimento. [18 de outubro, 2004]. Projeto Memória do Movimento Estudantil. Entrevista concedida a Ana Paula Goulart e Tatiana Di Sabbato. Disponível em <<http://www.mme.org.br/main.asp?Team=%7B3EBBBABF%2D203C%2D4E3E%2DB99F%2DE8B0CF00E072%7D>> Acesso em 20/08/2010.

DAVID, Antonio. Depoimento. [5 de julho, 2007]. Brasília. Documentário A UNE somos nós. Entrevista concedida a Danillo Ferreira, Danilo Silvestre, Guilherme Fragas, Marisa Castro.

ELIAS, Bruno. Depoimento. [5 de julho, 2007]. Brasília. Documentário A UNE somos nós. Entrevista concedida a Danillo Ferreira, Danilo Silvestre, Guilherme Fragas, Marisa Castro.

FARIAS, Lindberg. Depoimento. [1 de maio, 2005]. Projeto Memória do Movimento Estudantil. Entrevista concedida a Angélica Müller. Disponível em <<http://www.mme.org.br/main.asp?Team=%7B3EBBBABF%2D203C%2D4E3E%2DB99F%2DE8B0CF00E072%7D>> Acesso em 20/08/2010.

MAIA, Felipe. Depoimento. [10 de novembro, 2004]. Projeto Memória do Movimento Estudantil. Entrevista concedida a Ana Paula Goulart e Angélica Müller. Disponível em <<http://www.mme.org.br/main.asp?Team=%7B3EBBBABF%2D203C%2D4E3E%2DB99F%2DE8B0CF00E072%7D>> Acesso em 20/08/2010.

PETTA, Gustavo. Depoimento. [11 de novembro, 2004]. Projeto Memória do Movimento Estudantil. Entrevista concedida a Ana Paula Goulart e Angélica Müller. Disponível em <<http://www.mme.org.br/main.asp?Team=%7B3EBBBABF%2D203C%2D4E3E%2DB99F%2DE8B0CF00E072%7D>> Acesso em 20/08/2010.

STUMPF, Lúcia. Depoimento. [22 de março, 2009]. São Paulo. Entrevista concedida a Gil César Costa Paula.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

A Nova Democracia, 2003. Disponível em <<http://www.anovademocracia.com.br/no-11/1102-capitulos-finais-do-oportunismo-no-movimento-estudantil>> Acesso em 26/05/2009.

ANDES. **Quadro de greves**. Disponível em <http://www.andes.org.br/greve/quadro_das_greves/default.asp> Acesso em 03/07/2009.

ANEL. **Jornal da ANEL**. Edição nº 1, ago. 2009a. (Arquivo do autor)

_____. **Expandir a Universidade Pública: Revogar o REUNI de Lula**. 2009b. (Arquivo do autor)

BRASIL. Ministério da Educação. **Anteprojeto de Lei da Educação Superior**. 2005a. Disponível em <<http://www.ufpe.br/ufpenova/images/documentos/anteprojeto.pdf>> Acesso em 03/07/2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Assessoria de Comunicação Social. **MEC é favorável à proposta da UNE**. 2005b. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/e140205_mecune.pdf> Acesso em 20/08/2010.

_____. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm> Acesso em 20/08/2010.

_____. Ministério da Cultura. **Projeto Memória do Movimento Estudantil**. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/salic4/index.php?pronac=076435>. Consultado em 04/09/2009a.

_____. Ministério da Cultura. **Projeto Pesquisa Cultura na UNE: 1999 a 2007**. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/salic4/index.php?pronac=0714123>. Consultado em 04/09/2009b.

_____. Ministério da Educação. **O que é o REUNI?** Disponível em <http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=28> Acesso em 20/08/2010. 2010a

_____. Presidência da República. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia de lançamento da Caravana da UNE**,

da Caravana da Saúde e do Pacto da Juventude. Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2008. Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2008. Disponível em <<http://www.info.planalto.gov.br/>>. Acesso em 14/12/2010.

_____. Presidência da República. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante ato de lançamento da pedra fundamental da nova sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES).** Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 2010. Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2010. Disponível em <<http://www.info.planalto.gov.br/>> Acesso em 27/12/2010. 2010b

CONLUTAS. **Histórico da CONLUTAS.** Disponível em <<http://www.conlutas.org.br/>> Acesso em 20/03/2010.

CONLUTE. **Manifesto Nacional.** 2004. (Arquivo do autor)

_____. **Boletim da CONLUTE.** 2006. (Arquivo do autor)

_____. **Histórico da CONLUTE.** Disponível em <<http://www.conlute.org.br/>> Acesso em 03/10/2008.

_____. **Jornal da CONLUTE.** Mar. 2008. (Arquivo do autor)

CONTRAPONTO. **Sonhos não envelhecem.** Tese defendida no 50º CONUNE. 2007. (Arquivo do autor)

_____. **Por um movimento estudantil, autônomo, democrático e de luta.** Tese defendida no 51º CONUNE. 2009. (Arquivo do autor)

FRENTE DE LUTA CONTRA A REFORMA UNIVERSITÁRIA. **Manifesto da Frente de Luta contra a Reforma universitária.** 2007. (Arquivo do autor)

FOE. **A luta é que nos UNE.** Tese defendida no 49º CONUNE. 2005. (Arquivo do autor)

INTERSINDICAL. **Histórico da Intersindical.** Disponível em <<http://www.intersindical.org.br/>> Acesso em 20/03/2010.

KIZOMBA. **Uma nova cultura política no movimento estudantil.** Tese defendida no 49º CONUNE. 2005. (Arquivo do autor)

LER-QI. **49º CONUNE.** Consultado em <<http://www.ler-qi.org/spip.php?article34>> Acesso em 28/05/2009.

MUDANÇA. **Por uma reviravolta no movimento estudantil.** Pré-tese ao 11º CONEB. 2006. (Arquivo do autor)

PCdoB. **Programa.** 1995. (Arquivo do autor)

PSOL. **Estatuto**. 2005a. Disponível em <www.psol50.org.br> Acesso em 20/03/2010.

_____. **Programa**. 2005b. Disponível em <www.psol50.org.br> Acesso em 20/03/2010.

PSTU. **Programa**. 1994. Disponível em <www.pstu.org.br> Acesso em 20/03/2010.

_____. **Golpe no 48º CONUNE ataca democracia no movimento e estudantil**. 2003. Disponível em <www.pstu.org.br/juventude_materia.asp?id=1030&ida=0.>> Acesso em 26/05/2009.

_____. **Derrotar a Reforma, Romper com a UNE e Fortalecer a Conlute**. In: Caderno de Teses do Encontro Nacional A luta contra a reforma universitária e os rumos do movimento estudantil. Porto Alegre, 2005. (Arquivo do autor)

PT. **Carta de Princípios**. 1979.

_____. **Manifesto da Juventude do PT ao 48º Congresso da UNE**. 2003. Disponível em <<http://www.juventudedopt.hpg.com.br/noticias/not31.htm.>>> Acesso em 01/06/2009.

_____. **Estatuto**. 2007. Disponível em <www.pt.org.br> Acesso em 20/03/2010.

RECONQUISTAR A UNE. **Universidade sempre pública e gratuita**. 2004. (Arquivo do autor)

_____. Tese defendida no 49º CONUNE. 2005. (Arquivo do autor)

_____. Tese defendida no 51º CONUNE. 2009. (Arquivo do autor)

REIVENTAR. **Pra reiventar o Brasil e o movimento estudantil**. Tese defendida no 50º CONUNE. 2007. (Arquivo do autor)

RIBEIRO, Philipe. **Fato Comentado**. Nº3, jun.2003.

ROMPENDO AMARRAS. Tese defendida no 47º CONUNE. 2001. (Arquivo do autor)

RUPTURA. **Tese do Movimento Ruptura Socialista**. Tese defendida no 48º CONUNE. 2003. (Arquivo do autor)

UJS. **Na Pressão pelas mudanças**. Tese defendida no 49º CONUNE. 2005. (Arquivo do autor)

_____. **Eu quero é botar meu bloco na rua**. Tese defendida no 50º CONUNE. 2007. (Arquivo do autor)

_____. **Da unidade vai nascer a novidade.** Tese defendida no 51º CONUNE. 2009. (Arquivo do autor)

UNE. **Carta de Princípios da UNE.** 1979. (Arquivo do autor)

_____. **Estatuto.** 1985. (Arquivo do autor)

_____. **Programação do 48º Congresso da UNE.** 2003. Disponível em <www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/06/256648.shtml> Acesso em 05/07/2009.

_____. **Resoluções do 48º Congresso da UNE.** 2004a. (Arquivo do autor)

_____. **Uma reforma necessária.** 2004b. (Arquivo do autor)

_____. **Reforma Universitária com democracia e soberania.** 2004c. (Arquivo do autor)

_____. **A reforma universitária que a UNE quer.** Documento aprovado no 53º CONEG da UNE, 2004d. (Arquivo do autor)

_____. **Todos às ruas pela Reforma Universitária.** 2004e. (Arquivo do autor)

_____. **Programação do 49º Congresso da UNE.** 2005a. Disponível em <http://une.org.br/home2/une_on_line_jun_2005/49_conune/m_233.html> Acesso em 15/08/2010.

_____. **Manifesto em defesa do debate da Reforma Universitária.** 2005b. (Arquivo do autor)

_____. **Resoluções do 49º Congresso da UNE.** 2005c. (Arquivo do autor)

_____. **Jornal da UNE.** São Paulo, jun. 2006a. (Arquivo do autor)

_____. **Previsão de Receitas para o ano de 2006.** 2006b. Disponível em <<http://www.une.org.br>> Acesso em 10/09/2010.

_____. A Vez do SINAES. In:_____. **Jornal da UNE.** São Paulo, jun. 2006.

_____. **Jornal da UNE.** São Paulo, mar. 2007a. (Arquivo do autor)

_____. **Resolução da reunião de diretoria da UNE sobre o REUNI.** 2007b. Disponível em <http://www.une.org.br/home3/downloads/resolucao_une_reuni.pdf> Acesso em 20/08/2010.

_____. **Regimento do 50º Congresso da UNE .** 2007c. (Arquivo do autor)

_____. **Programação do 50º Congresso da UNE .** 2007d. (Arquivo do autor)

_____. **Proposta de Resoluções Consensuais.** 2007e. Disponível em www.une.org.br/home3/movimento_estudantil/movimento_estudantil_2007/m_9718.html> Acesso em 20/08/2010.

_____. **Resolução de Conjuntura para o 50º Congresso da UNE.** 2007f. Disponível em www.une.org.br/home3/movimento_estudantil/movimento_estudantil_2007/m_9718.html> Acesso em 20/08/2010.

_____. **Histórico da UNE.** Disponível em http://www.une.org.br/home3/une_online/m_4161.html>. Acesso em 13/09/2008a.

_____. **Estrutura.** Disponível em http://www.une.org.br/home3/entidades_estudantis/m_4238.html> Acesso em 03/10/2008b.

_____. **Prestação de Contas 2008.** 2008c. Disponível em <http://www.une.org.br>> Acesso em 10/09/2010.

_____. **1º Encontro Nacional dos Estudantes do ProUni Iota Centro de Convenções em Brasília.** 2009a. Disponível em www.une.org.br/congresso/noticias/indexDetalhe.asp?ccd=108> Acesso em 14/12/2010.

_____. **Orçamento 2009.** 2009b. Disponível em <http://www.une.org.br>> Acesso em 10/09/2010.

_____. **Programação do 51º Congresso da UNE.** 2009c. (Arquivo do autor)

_____. **Resoluções aprovadas no 51º Congresso da UNE.** 2009d. (Arquivo do autor)

_____. **O estudante da USP Augusto Chagas é o novo presidente da UNE.** 2009e. Disponível em www.une.org.br/congresso/noticias/indexDetalhe.asp?ccd=112> Acesso em 14/12/2010.

_____. **Congresso Nacional de Entidades de Base.** Disponível em www.une.org.br>. Acesso em 03/10/2009.

_____. **Congresso Nacional de Entidades Gerais.** Disponível em www.une.org.br> Acesso em 03/10/2009.

VAMOS À LUTA. Tese defendida no 51º CONUNE. 2009. (Arquivo do autor)